

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**IDENTIDADE TERRITORIAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:  
PONTO DE APOIO PARA UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DA  
QUESTÃO AMBIENTAL**

**DILERMANDO CATTANEO**

**ORIENT.: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY**

**PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2004.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**IDENTIDADE TERRITORIAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:  
PONTO DE APOIO PARA UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DA  
QUESTÃO AMBIENTAL**

**DILERMANDO CATTANEO**

**Orient.: Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Dirce Maria Antunes Suertegaray**

**Banca examinadora: Prof. Dr. Carlos Walter P. Gonçalves (PPG em Geografia - UFF)  
Prof. Dr. Roberto Verdum (PPG em Geografia - UFRGS)  
Prof. Dr. Nelson Rego (PPG em Geografia - UFRGS)**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Geografia,  
como requisito para obtenção do Título de  
Mestre em Geografia.**

**Porto Alegre, agosto de 2004.**

Esta dissertação de mestrado é dedicada:

A todas as populações de tempo lento,  
para que um dia os impostos que financiaram  
minha bolsa retornem em poder de subversão  
da lógica produtivista que (n)os oprime.

Somos parceiros na lentidão...

razão



DIALÉTICA DO EU

emoção

À menina superpoderosa, dona do Tempo e da razão,  
que trouxe a chuva na estiagem e a ressaca na calmaria.  
Passado o temporal, brincou com as nuvens do céu nublado que restou.  
Hoje, tempo bom, cuidamos para que os respingos do passado  
não ofusquem o que gostaria que fosse um nascer do Sol...

## *NATUREZA ÍNTIMA*

*Cansada de observar-se na corrente  
Que os acontecimentos refletia,  
Reconcentrando-se em si mesma, um dia,  
A Natureza olhou-se interiormente!  
Baldada introspecção! Noumenalmente  
O que Ela, em realidade, ainda sentia  
Era a mesma imortal monotonia  
De sua face externa indiferente!  
E a Natureza disse com desgosto:  
“Terei somente, porventura, rosto?”!  
“Serei apenas mera crusta espessa?!”  
“Pois é possível que Eu, causa do Mundo,  
Quanto mais em mim mesma me aprofundo,  
Menos interiormente me conheça?!”*

*Augusto dos Anjos*

## AGRADECIMENTOS

Não poderia colocar aqui todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho. No entanto, não tenho como deixar de citar algumas em especial. Isso não significa que têm mais ou menos importância, mas que de alguma forma colaboraram. Por isso, os agradecimentos a seguir, como eu, não obedecem a nenhuma ordem:

À Dirce, pelo incentivo e pelos debates epistêmicos que nos fizeram (e ainda fazem) “abrir a cabeça” para a pluralidade de mundos e idéias. Mais que orientadora, tornou-se cúmplice nos momentos difíceis de uma jornada que parecia não ter fim...

À Déa, pela surpresa que ela me fez hoje de noite..... Nestes pequenos gestos, conheci uma grande e maravilhosa pessoa, que tem uma influência enorme na minha vida. Sem ela, esta dissertação não teria nascido. Espero que os fins-de-semana perdidos possam ser recuperados com a mesma energia com que me ajudou. Antes de namorado, sou seu admirador...

A todo pessoal do NEGA (Núcleo de Estudos Geografia & Ambiente), pela força que deram e pelas contribuições acrescentadas, nos nossos debates e fora deles. Rogério, Cristiano, Vanessa, Edson, Carina, Josi, Biguá e Sinthia, nossa prática auto-gestionária e nossa diversidade fez nascer esta primeira dissertação. Espero que de muitas...

Aos moradores antigos e aos que ainda resistem no Parque Nacional dos Aparados da Serra. Apesar de açoitados pelo IBAMA, ainda conseguem ânimo para colaborar e acolher muito bem os pesquisadores que, como nós, vão em busca de seus relatos.

A todos os habitantes do Núcleo Picinguaba e da Reserva Ecológica da Juatinga, que não só colaboraram como também deram novos rumos à pesquisa. Apesar de acostumados a ser objetos de estudo, os caiçaras sabem mais da vida do que muitos intelectuais diplomados.

À Lu, à Ani e ao Agnaldo, pelo apoio e pela parceria, naquele fim-de-semana gelado no Itaimbézinho...

Ao Judeci, por ter aceitado o desafio de ser meu “bolsista” em Parati e Picinguaba, e acima de tudo pelo companheirismo em campo. As trilhas da Juatinga não conseguiram nos vencer!...

Aos colegas e professores do Pós, pelo companheirismo e pela intensidade dos debates travados em aula, pelos corredores, ou mesmo nas mesas-redondas em que o “microfone” era um copo...

À Zélia, pela prestatividade espontânea e pelo esforço empreendido na secretaria do Pós para corrigir as minhas “trapalhadas” burocráticas. Seu apoio foi fundamental.

A toda minha família, sempre presente em todos os momentos desta caminhada. À mãe, à Tina, Cabeção e à minha prima e agora colega Renata. E principalmente ao pai, que mesmo de longe incentivou e torceu para ver seu filho ser o primeiro na família a portar o título de mestre.

Aos companheiros “geo-anarquistas”, pelos debates que nos fizeram crescer muito, como intelectuais e como seres-humanos. A chama por nós acendida quem sabe virará um incêndio, provocando correria e desconstruindo o espaço, a sociedade e o conhecimento...

E mais uma vez à Sinthia, ao Rogério e à Carina, que além de companheiros, amigos e “provocadores”, deram aquela força nos mapas e nos momentos finais deste trabalho.

E finalmente, a toda rede de amigos que se formou nestes últimos anos. Companheiros de festas, viagens, acampamentos e encontros, confidentes de angústias e celebradores de alegria. Felipe, Raquel, Mousquer, MT, Jana, Carol, Alex, Luis Antonio, Daia, Diandro, Fabi, Paul, Cris, Castor, Evandro, os “geovelhas”, a “cachorrada”, os “irmãos de leite”, os membros da Acip, e mais aqueles que eu já agradei, e ainda aqueles que eu estou esquecendo neste momento (perdoem...), além dos que moram longe (mas às vezes são tão próximos), todos membros de uma grande família que veio se encontrar pela mão da Geografia. Obrigado pela energia que mandaram. Podem acreditar que este trabalho tem um pouco de cada um de vocês...

E a todos os amoristas e “desacorçoados” em geral, na eterna e utópica busca pela tranquilidade dos sentimentos...

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>8</b>
<b>RESUMO</b>	<b>9</b>
<b>ABSTRACT</b>	<b>10</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1. JUSTIFICATIVA	11
2.2. OBJETIVOS	13
<b>2. REFERENCIAIS TEÓRICOS</b>	<b>15</b>
2.1 QUESTÃO AMBIENTAL	15
2.2 CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	18
2.3 IDENTIDADE TERRITORIAL	22
<b>3. CAMINHOS METODOLÓGICOS</b>	<b>25</b>
3.1 PRIMEIRO MOMENTO: (DES)CONSTRUÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	25
3.2 SEGUNDO MOMENTO: DEFINIÇÃO E PREPARAÇÃO DAS UC'S	27
3.3 TERCEIRO MOMENTO: ENTREVISTAS QUALITATIVAS	29
3.4 QUARTO MOMENTO: (RE)CONSTRUÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	30
<b>4. QUESTÃO AMBIENTAL E CORRENTES DO PENSAMENTO</b>	<b>32</b>
4.1 A CONCEPÇÃO POSITIVISTA	33
4.2 A CONCEPÇÃO NEOPOSITIVISTA	34
4.3 A CONCEPÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO	36
4.4 A CONCEPÇÃO DA FENOMENOLOGIA	39
4.5 AS TENDÊNCIAS PÓS-MODERNAS	40
<b>5. QUESTÃO AMBIENTAL E GRUPOS SOCIAIS</b>	<b>47</b>
5.1 A VISÃO DO PODER PÚBLICO	47
5.2 A VISÃO DO SETOR PRIVADO	51
5.3 A VISÃO DAS ONG'S AMBIENTALISTAS	53
5.4 A VISÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	55
5.5 A VISÃO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS	56

<b>6. ÁREAS PROTEGIDAS E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL: IMPASSES E CONFLITOS</b>	<b>58</b>
6.1 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS	59
6.2 QUESTÕES FUNDIÁRIAS	60
6.3 HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DOS BIOMAS	60
6.4 CONFLITOS COM POPULAÇÕES DO INTERIOR E ENTORNO	62
<b>7. O CASO DO PARQUE NACIONAL DOS APARADOS DA SERRA</b>	<b>66</b>
7.1 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO	67
7.2 IDENTIDADE TERRITORIAL	68
7.3 IMPASSES E CONFLITOS	69
<b>8. O CASO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR – NÚCLEO PICINGUABA E RESERVA ECOLÓGICA DA JUATINGA</b>	<b>74</b>
8.1 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO	77
8.1.1 NÚCLEO PICINGUABA	79
8.1.2 RESERVA ECOLÓGICA DA JUATINGA	80
8.2 IDENTIDADE TERRITORIAL	81
8.3 IMPASSES E CONFLITOS	85
8.3.1 NÚCLEO PICINGUABA	86
8.3.2 RESERVA ECOLÓGICA DA JUATINGA	88
<b>9. BASES EPISTÊMICAS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b>	<b>91</b>
9.1 EXTERNALIZAÇÃO DA NATUREZA	91
9.2 NATUREZA X HOMEM: O BEM CONTRA O MAL	93
9.3 EXTERNALIZAÇÃO E HOMOGENEIZAÇÃO DO HOMEM	94
<b>10. OUTRAS LEITURAS DA QUESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>96</b>
10.1 A INSERÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL	96
10.2 A NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO	97
10.3 DE BAIXO E DE DIVERSOS PONTOS	98
10.4 HOMEM E NATUREZA - IGUALDADE E DIFERENÇA	99
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>102</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>109</b>



## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Quadro 1</b> - Resumo das correntes científicas e sua relação com a questão ambiental	46
<b>Mapa 1</b> - Localização do Parque Nacional dos Aparados da Serra	110
<b>Carta-imagem 1</b> - Limites do Parque Nacional dos Aparados da Serra	111
<b>Croqui 1</b> - Pontos principais e trilhas no P. E. da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba	112
<b>Imagem 1</b> - Localização do Parque Estadual da Serra do Mar e Núcleo Picinguaba	113
<b>Carta-imagem 2</b> - Limites da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu	114
<b>Carta-imagem 3</b> - Limites da Reserva Ecológica da Juatinga	115
<b>Mapa 2</b> - Localização da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu	116
<b>Croqui 2</b> - Unidades de Conservação em Parati	116
<b>Foto 1</b> - Vista aérea do Canyon Itaimbézinho	117
<b>Foto 2</b> - Cerca delimitadora do IBAMA, no Parque Nacional dos Aparados da Serra	117
<b>Foto 3</b> - Vila e Praia de Picinguaba	118
<b>Foto 4</b> - Caiçaras preparando a pesca com o cerco em Camburi	118
<b>Foto 5</b> - Praia da Ponta Negra	119
<b>Foto 6</b> - Caiçara morador da Praia do Sono	119

## **RESUMO**

Esta dissertação de mestrado consiste em um estudo epistemológico da questão ambiental, baseado na análise das identidades territoriais das populações habitantes de Unidades de Conservação (UC's). Tais populações geralmente têm um modo de vida peculiar e muito vinculado com o espaço onde vivem. Além disso, elas também têm outras percepções sobre a questão ambiental e os conceitos relacionados. Estas percepções, entretanto, geralmente são subjugadas em nome da tecnocracia presente nos órgãos e instituições que trabalham com a temática ambiental.

Neste contexto, o trabalho realiza um levantamento dos impasses e conflitos existentes a partir das considerações acima expostas, e os relaciona com as visões, sobre a questão ambiental, dos diferentes grupos sociais envolvidos (poder público, setor privado, ONG's, movimentos sociais e populações tradicionais). A esta análise acrescenta uma (re)leitura dos métodos científicos à luz da epistemologia (positivismo, neopositivismo, materialismo histórico e dialético, fenomenologia, pós-modernismo e anarquismo), e o modo como cada um deles entende os conceitos de natureza e ambiente. Após, relaciona estas concepções metodológicas com as visões dos diferentes grupos, identificando a posição mais ligada a cada um deles. Com isso, as UC's são questionadas a partir de sua base epistêmica, que reflete a matriz de pensamento ocidental moderno, e que por sua vez tende a dicotomizar homem e natureza. Ao final, são propostas outras leituras, baseadas em outras matrizes epistemológicas, para superar os impasses relativos a este viés da questão ambiental.

**Palavras-chave:** epistemologia ambiental, identidade territorial, unidades de conservação.

## **ABSTRACT**

This dissertation consists in an epistemological study of the environmental question, based on analysis of territorial identities of the populations inhabitants in protected areas. Such populations usually have a peculiar lifestyle, very linked with the geographical space where they live. Moreover, they have other perceptions about the environmental question and their related concepts. However, this perceptions are generally subjugated by the “technocracy” present in the agencies and institutions that works with the environmental thematic.

In this context, the work carries through a survey, the impasses and conflicts produced by the considerations above displayed, and it relates them with the environmental question views of the different involved social groups (government power, private sector, non-government organizations, social and activities movements and indigenous people). To this analysis, it adds a (re)reading of the scientific methods, viewed from epistemological “eyes” (positivism, neopositivism, historical and dialectical materialism, phenomenology, post-modernism and anarchism), and the way as each one of them understands the concepts of nature and environment. After, it relates these methodological conceptions with the views of the different groups, identifying the position more connected with each of them. From this, the protected areas are questioned from your epistemic basis, that reflects the modern occidental thought matrix, and that tends to dichotomize man and nature. To the end, other readings, based on other epistemological matrices, are proposals, to surpass the impasses relatives to this side of the environmental question.

**Key-words:** environmental epistemology, territorial identities, protected areas.

## **1. INTRODUÇÃO**

Esta dissertação de mestrado consiste em um estudo epistemológico da questão ambiental, tomando por base o questionamento do modelo de conservação da natureza adotado no Brasil e seu viés mais relevante: a implementação de Unidades de Conservação. Tal questionamento é feito a partir de duas perspectivas: a primeira é a relação destas unidades com a população que reside em seu interior. São levantados aspectos geradores de impasses e os conflitos oriundos da política de expropriação dos moradores. Além disso, é realizada uma análise da identidade territorial e das percepções sobre o ambiente presente nos mesmos. A segunda perspectiva do questionamento inicial é referente à matriz epistemológica que embasa a estratégia de conservação em UC's. As várias concepções científicas e metodológicas são levantadas e confrontadas com a visão de cada grupo de atores envolvidos na temática ambiental. Neste contexto, relacionam-se as bases epistêmicas com as bases teóricas das UC's e tem-se a posição filosófica orientadora das instituições que as criam e gerenciam. A partir destas perspectivas, são propostos outros olhares e estratégias sobre a questão ambiental, principalmente no que concerne à preservação de áreas com atributos ecológicos e culturais especiais.

### **1.1. JUSTIFICATIVA**

Nos últimos anos, têm-se notado um avanço significativo no tratamento da questão ambiental no mundo. Diversas são as teorias e práticas adotadas a respeito deste assunto, assim como diversos são os grupos sociais envolvidos nesse tema. Governos, empresas, organizações não-governamentais, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade levantam a bandeira “ecológica” e isto faz apontar para a direção de um pensamento quase único acerca da problemática da relação do homem com o meio em que vive. Percebe-se, não obstante, que este pensamento está embasado em uma matriz filosófica fundamentalmente cartesiana-racionalista, que predomina nas sociedades ocidentais.

Entretanto, existem várias formas de se fazer a leitura da relação homem x meio e dos conceitos ligados à natureza. Teorias que vão desde as elaboradas pelos filósofos pré-socráticos até as feitas por intelectuais da era moderna (e pós-moderna) apontam para a existência de outras naturezas, outros ambientes e outras formas de interpretar a relação sociedade x natureza. Mas, quais são essas teorias e correntes de pensamento? O que cada uma delas expõe? E, afinal, por que ficaram ocultas (ou quase) durante tanto tempo?

Para responder a estas questões, é necessária uma análise epistemológica detalhada e complexa dos conceitos de natureza e ambiente, o que vem sendo feito com relativo sucesso por autores de dentro e fora da ciência geográfica. Além da questão conceitual, também são abordadas as origens e evolução do tratamento da questão ambiental no Brasil e no mundo. Tudo isto torna uma pesquisa nesta área ainda mais enriquecedora.

Todavia, faz-se necessário também um estudo a respeito das políticas públicas e de legislação ambiental mais aprofundado e complexo, relacionado com a base filosófico-científica e sócio-histórico-cultural que instituíram tais políticas. Isto porque muitos trabalhos, dentro do campo governamental e acadêmico, vêm sendo desenvolvidos e apontados como solução para a problemática ambiental, visto que norteiam e subsidiam as tomadas de decisão dos gestores do espaço. Assim, nos últimos tempos, têm-se assistido à criação e implantação de diversas Unidades de Conservação (UC's), áreas consideradas de valor paisagístico e ecológico onde o espaço é zoneado, planejado, ordenado e gerenciado de acordo com as concepções dos atores sociais que nele influenciam. Na grande maioria das vezes, estas concepções são orientadas pela mesma matriz filosófica dominante na cultura ocidental, o pensamento cartesiano-racionalista, que tende a dicotomizar os elementos humanos e naturais, separando assim o homem da natureza, colocando esta como um elemento a ser dominado pelas sociedades humanas.

Além disso, todo o processo de criação, planejamento e gestão das UC's é realizado, na grande maioria das vezes, de forma tecnocrática, sem a participação das populações que ocupam o local. Não bastasse isso, tais populações também são relegadas a um segundo plano, pois também poucas vezes é levada em conta sua identidade com o local onde vivem. Esta identidade é o resultado da convivência cotidiana dos grupos com o seu território, além da relação que possuem entre si, o que lhes confere uma cultura própria e uma relação diferenciada com o espaço e o uso que dele se faz. Nesse sentido, a adoção dos aspectos de identidade territorial nos estudos ambientais é não só enaltecida como também necessária.

Observações empíricas, no entanto, comprovam que a grande maioria das unidades de conservação da natureza (parques, reservas biológicas, estações ecológicas, etc.), não apresentam planos de manejo e programas de desenvolvimento levando em consideração a identidade das populações ocupantes e, quando apresentam, o fazem de maneira discriminatória, gerando impasses e conflitos entre os órgãos públicos ambientais e os moradores do local. Em verdade, há uma espécie de pré-disposição dos órgãos reguladores em “favorecer” os aspectos naturais em detrimento dos sociais relacionados aos moradores, os quais geralmente são vistos como agressores e depredadores do meio, o que reflete novamente a visão dicotomizada de sociedade e natureza.

Deste modo, há uma espécie de uniformização na abordagem da questão ambiental, embora haja uma grande variedade de correntes distintas que defendem teorias mais ou menos conservacionistas, mas dentro da mesma matriz epistemológica. As políticas ambientais, inclusive das UC's, obedecem a esta ordem, que foi historicamente instituída pelos próprios homens, nas suas lutas e conflitos entre si.

Portanto, com esta pesquisa pretendeu-se fazer uma avaliação dos aspectos da identidade das populações que residem em unidades de conservação, observando como se dão as políticas de controle e regulamentação destes espaços, relacionando sempre com as causas sócio-econômicas e históricas responsáveis pelas mesmas, a fim de problematizar e analisar as raízes e enfoques epistemológicos instituídos na questão ambiental, para com isso propor novos olhares sobre a gestão de espaços com valores e interesses especiais.

## **2.2. OBJETIVOS**

O objetivo geral desta dissertação é realizar uma análise epistemológica acerca dos conceitos de natureza e ambiente, levando em consideração o estudo das identidades culturais e territoriais dos grupos humanos presentes em áreas declaradas unidades de conservação da natureza.

No entanto, para chegar a tal objetivo, algumas metas foram traçadas, e acabaram por se constituir em objetivos específicos. Entre estes, podemos destacar:

a) Levantar e analisar como algumas correntes do pensamento científico e geográfico (positivismo, neopositivismo, materialismo histórico e dialético, fenomenologia e tendências pós-modernas) percebem a relação homem x meio e os conceitos de natureza e ambiente, a partir da leitura das obras de alguns autores pré-selecionados.

b) Destacar a concepção dos conceitos de natureza e ambiente, além da percepção da relação sociedade x natureza, por alguns dos grupos sociais envolvidos na problemática ambiental (poder público, setor privado, ONG's ambientalistas, movimentos sociais e populações tradicionais).

c) Avaliar, de forma genérica, as pendências, impasses e conflitos sócio-ambientais nas Unidades de Conservação brasileiras, decorrentes de políticas públicas ambientais.

d) Avaliar, de forma específica, as pendências, impasses e conflitos sócio-ambientais em pelo menos 2 (duas) unidades de conservação diferentes, analisando as identidades e percepções das populações ocupantes.

e) Relacionar as idéias e conceitos de natureza e ambiente assumidas pelas correntes de pensamento com as políticas públicas adotadas nas unidades de conservação da natureza, destacando suas afinidades e contradições, além dos impasses gerados com as populações ocupantes.

f) Propor, a partir do exame das diversas identidades e leituras da natureza, novas formas de abordagem da questão ambiental, principalmente nas áreas relacionadas a unidades de conservação, salientando a possibilidade de autogestão territorial e ambiental pelas populações ocupantes.

Alguns destes objetivos não foram plenamente alcançados, ou ainda foram sutilmente alterados. Mesmo assim, guiaram e impulsionaram a pesquisa, além de forjarem novas idéias para futuros trabalhos. Por enquanto, as páginas a seguir sintetizam o esforço de vários meses de dúvidas, reflexões, (in)certezas e algumas singelas idéias construídas ao longo de nossa trajetória acadêmica.

## **2. REFERENCIAIS TEÓRICOS**

### **2.1 QUESTÃO AMBIENTAL**

O tratamento da questão ambiental na contemporaneidade aponta para uma série de questionamentos de ordem política e filosófica. Os questionamentos de ordem política sobressaem geralmente no plano material das idéias e indicam uma contestação ao agir ambiental, sobre como ele é realizado nas instituições<sup>1</sup> que dele se apoderaram. Porém, tais instituições não se apoderaram somente do agir ambiental, mas também do ambiente como um todo, estabelecendo assim uma relação de dominação sobre o próprio conceito de ambiente e também o conceito de natureza. Desse modo, o tratamento da questão ambiental aponta também para questionamentos de ordem filosófica, que aparecem mais comumente no campo da epistemologia. Essa dupla base de contestação (política e filosófica) tem mostrado que há uma complexidade inerente à questão ambiental e à própria maneira de analisá-la, que acaba por extrapolar os preceitos da razão científica clássica, mostrando que há outros “mundos” além dos muros das disciplinas e que não é somente a técnica (instrumental) que modifica o que é concreto, uma vez que o próprio concreto (material) perde força e abre caminho para o fenômeno (consciência). Assim, a objetividade disjuntiva da ciência clássica, que moldou o ambiente (política e filosoficamente) passa a ser superada pelo híbrido de materialidade e subjetividade que caracteriza um saber pós-moderno. Tal saber, por sua vez, põe em xeque a tradicional relação dicotomizada entre sujeito e objeto, pois o próprio sujeito vira objeto e vice-versa. Deste modo, como analisar a questão ambiental e os conceitos a ela associados sem levar em conta essa complexidade? Daí a necessidade, como propõe este trabalho, de uma análise epistemológica, mas também política<sup>2</sup>, dos conceitos de ambiente e natureza que vá além dos paradigmas da modernidade, ou que ao menos reflita sobre sua condição.

---

<sup>1</sup> Aqui o termo instituição se refere não somente ao conjunto de organizações institucionalizadas (públicas ou privadas), mas também às relações sociais que as definem.

<sup>2</sup> Política no sentido original do termo: *Pólis*, limite auto-construído pelos homens para participação na democracia.



Idéias a esse respeito já vêm sendo construídas por pensadores há algum tempo. Entre os autores que analisam esta temática, cabe destacar Carlos Walter Porto GONÇALVES (1989, p. 139) que nos aponta várias reflexões interessantes:

Verifica-se que a questão ambiental não pode ser reduzida ao campo específico das ciências da natureza ou das ciências humanas. Ela convoca diversos campos do saber, pois a questão ambiental, na verdade, diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza. [...] Nenhuma área do conhecimento específico tem competência, pois, para decidir sobre ela... A não ser que se acredite que cabe aos cientistas e técnicos decidir sobre o devir da sociedade. Por aí se abre o caminho em direção ao totalitarismo que entende a razão técnico-científica como sendo a razão absoluta.

A questão ambiental é, assim, mais que um campo interdisciplinar, pois nela se entrecruzam o conhecimento técnico-científico; as normas e valores; o estético-cultural, regidos por razões diferenciadas, porém não-dicotômicas. Ela requer um campo de comunicação intersubjetiva não viciado e não manipulado para que a razão comunicativa possa se dar efetivamente (idem).

A complexidade da questão ambiental decorre do fato de ela se inscrever na interface da sociedade com o seu-outro, a natureza. A dificuldade em lidar com ela, nos marcos do pensamento herdado, é evidente: no mundo ocidental, natureza e sociedade são termos que se excluem. As ciências da natureza e as do homem vivem dois mundos à parte e, pior, sem comunicação. Não há como tratar a questão ambiental nesses marcos. Hoje sabemos que essa é **uma** das formas de se organizar o saber, não a **única!** [grifos do autor]. Nas diversas regiões do conhecimento científico, percebemos a inquietação que se manifesta no questionamento dos seus fundamentos. Mais que a interdisciplinaridade, se impõe uma atitude mais radical, no sentido de ir à raiz do problema: se impõe uma transdisciplinaridade. O primeiro passo já vem sendo dado na medida em que vários pensadores e pesquisadores sensíveis percebem que a razão não governa toda a vida e que o paradigma atomístico-individualista não dá conta da complexidade da *physis* (p. 140).

Sabemos o quanto nos dias atuais o tratamento da questão ecológica vem sendo domesticado, institucionalizado. Há uma corrente muito forte entre os ecologistas que tenta transformar a questão ambiental em problema exclusivamente técnico, tornando-a, assim, prisioneira do que pretende questionar. É a **tecnocracia ambientalista** [grifo meu] que não quer reconhecer que a técnica é, ela mesma, instituída socialmente e que somente a partir da Revolução Industrial é que passou efetivamente a ser considerada como o motor da sociedade (idem).

Este enfoque da questão ambiental é também analisado por Enrique LEFF (2001a), embora para ele o questionamento do ambiente se dê muito mais no campo epistêmico do que em qualquer outro, visto que, na sua concepção, a crise ambiental não é uma crise do ambiente em si, mas sim do que se pensa sobre o ambiente. Nesse sentido, aponta para a necessidade de uma epistemologia ambiental, nos dizendo o seguinte:

A epistemologia ambiental, mais que um projeto com a finalidade de apreender um objeto de conhecimento, é um trajeto para chegar a saber o que é o ambiente, esse estranho objeto do desejo de saber que emerge do campo de externalidade e de extermínio para o qual foi enviado, expulso do logocentrismo e do círculo de racionalidade das ciências. O ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento (p. 17).

Sobre o aparecimento da questão ambiental como fenômeno contemporâneo, Leff faz as seguintes reflexões:

A questão ambiental emerge de uma problemática econômica, social, política, ecológica, como uma nova visão de mundo, propondo uma verdadeira revolução ideológica e cultural que problematiza toda uma constelação de paradigmas do conhecimento teórico e de saberes práticos (p. 138).

A questão ambiental aparece como sintoma da crise da razão da civilização moderna, como uma crítica da racionalidade social e do estilo de desenvolvimento dominantes, e como uma proposta para fundamentar um desenvolvimento alternativo (idem).

A questão ambiental surge como uma problemática social e ecológica generalizada de alcance planetário, que atinge todos os âmbitos da organização social, os aparelhos do Estado e todos os grupos e classes sociais. Isso induz a um amplo e complexo processo de reorientação e transformações do conhecimento e do saber, das ideologias teóricas e práticas, dos paradigmas científicos e das práticas de pesquisa. Estes processos não são produzidos pelos desenvolvimentos internos das ciências nem se referem apenas às políticas científicas e tecnológicas, ou seja, à aplicação dos conhecimentos existentes aos fins do desenvolvimento sustentável. Por meio do conflito social colocado em jogo pela crise ambiental, problematizam-

se os **interesses disciplinares** [grifo do autor] e os paradigmas estabelecidos do conhecimento, sobretudo no terreno das ciências sociais, que são as formações teóricas e ideológicas que legitimam uma racionalidade social determinada (por exemplo, o direito privado e a racionalidade econômica que legitimaram e institucionalizaram as formas de acesso, propriedade e exploração dos recursos naturais e que surgem como causa da degradação sócio-ambiental) (p. 139).

A partir destas abordagens, o autor abre a perspectiva da existência de um “saber ambiental”, que, segundo ele, pode ser analisado sob diferentes ângulos. Salientando a importância e influência do poder e do discurso neste saber ambiental, faz um exame do mesmo baseado em Michel Foucault:

A partir desta perspectiva de análise, é possível ver o surgimento das formações discursivas do saber ambiental como um efeito do “poder” no conhecimento; ver a circulação e transformação (manipulação e legitimação) de seus conceitos por meio do jogo de interesses opostos de países, instituições e grupos sociais. Ao mesmo tempo, nos permite entender o saber ambiental não como uma doutrina homogênea, fechada e acabada, mas como um campo em construção de formações ideológicas e teóricas heterogêneas, abertas e dispersas, constituídas por uma multiplicidade de práticas sociais: o saber camponês e das comunidades indígenas sobre seu ambiente e seus recursos, integrado a suas formações ideológicas, seus valores culturais e suas práticas tradicionais de uso dos recursos; a dispersão do saber ambiental inscrito no discurso do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável e sua apropriação desigual pelo discurso da globalização econômica, pelo discurso e pelas práticas do movimento ambientalista, pelo discurso oficial do Estado e pela ordenação jurídica da legislação ambiental (idem).

## 2.2 CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

A partir desse espectro de questionamentos da questão ambiental como um todo, os próprios modelos e estratégias de conservação e preservação do que se tem como “ambiente natural” também passam a ser questionados e criticados. Ainda que tais contestações sejam bem abrangentes, para os fins deste trabalho são mais significativas aquelas que dizem

respeito ao modelo de preservação baseado na criação e implantação de Unidades de Conservação da natureza (UC's).

Segundo o IBAMA, baseado na lei que define o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000), uma UC é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. As UC's são divididas em: Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral (antes classificadas como de “Uso indireto”) são “aquelas Unidades onde está totalmente restringida a exploração e o aproveitamento econômico direto dos seus recursos naturais, podendo haver apenas o aproveitamento indireto de seus benefícios” (ex.: Parque Nacional, Estação Ecológica e Reserva Biológica). Já as Unidades de Uso Sustentável (antes classificadas como de “Uso Direto”) são “aquelas nas quais a exploração e o aproveitamento econômico direto ou exploração dos recursos naturais são permitidos, de uma forma planejada ou regulamentada” (ex.: Área de Proteção Ambiental, Reserva Extrativista e Floresta Nacional).

Algumas das críticas mais contundentes ao modelo de preservação baseado em Unidades de Conservação dizem respeito a como essas “áreas naturais protegidas” se estabeleceram nos países pobres, geralmente sem levar em consideração as populações que ocupam ou ocupavam tais áreas. Um dos principais analistas de tal situação é Antonio Carlos DIEGUES (2000a, p. 13), que aponta as seguintes considerações:

A criação de parques e reservas tem sido um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo. O objetivo geral dessas áreas naturais protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como parques, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas no seu interior.

A concepção dessas áreas protegidas provém do século passado, tendo sido criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a **vida selvagem** (*wilderness*) ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza. A idéia subjacente é que, mesmo que a biosfera fosse totalmente transformada, domesticada pelo homem, poderiam existir pedaços do **mundo natural** em seu estado primitivo, anterior à intervenção humana. No entanto, mais

do que a criação de um espaço físico, existe uma concepção específica de relação homem/natureza, própria de um tipo de naturalismo, que Moscovici (1974)<sup>3</sup> denomina de **naturalismo reativo**, isto é, uma reação contra a corrente dominante do **culturalismo** [grifos do autor] (idem).

Para o naturalismo da proteção da natureza do século passado, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la. Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem pudesse refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono. Parece realizar-se a reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden. Esse neomito, ou mito moderno, vem impregnado, no entanto, do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica, etc. Como afirma Morin (1986)<sup>4</sup>, o pensamento técnico-racional, ainda hoje se vê parasitado pelo pensamento mítico e simbólico (idem).

A partir da consideração de que as áreas naturais protegidas são “mitos modernos da natureza intocada”, DIEGUES, em trabalho mais recente (2000b), aponta para a necessidade da adoção de outras estratégias de conservação, que absorvam os aspectos culturais das chamadas “populações tradicionais”, que na maioria das vezes moram nas áreas protegidas. Fundamentando essa proposição, faz a seguinte reflexão:

Há uma grande resistência das instituições governamentais em começar a avaliar os próprios modelos de conservação do mundo natural e de sua biodiversidade. Há, no entanto, fortes indícios que esses modelos de conservação (áreas protegidas, corredores ecológicos, etc.), em grande parte importados de países temperados, com realidade ecológica e sócio-cultural distinta da nossa, têm se revelado inadequados para atingir os objetivos da conservação ambiental. O problema é que não somente eles foram importados enquanto estruturas físico-territoriais (como parques e reservas), mas também como concepção de relação entre sociedade e natureza, pela qual esta última somente poderá ser salva se mantida afastada da própria sociedade. E o que é mais grave, se as comunidades tradicionais locais que sempre dependeram dos bens gerados pelas florestas e águas forem mantidas longe do que, dentro desse modelo, é chamado de “mundo selvagem”. Além disso, esse modelo é sugerido e muitas vezes imposto por instituições financeiras, governos e

<sup>3</sup> MOSCOVICI, S. **Hommes domestiques, hommes sauvages**. Paris: Union Générale d'Éditions (Collection 10/18). 1974.

<sup>4</sup> MORIN, E. **O método: o conhecimento do conhecimento**. São Paulo: Europa-América (Bib. Universitária). 1986.

mega-organizações ambientalistas internacionais sem levar em conta a realidade ecológico-cultural dos países tropicais (p. I-II).

Este tipo de crítica é também realizado por diversos outros autores, que chegam mesmo a propor um novo modelo de conservação, baseado em estratégias que, além de respeitarem a cultura dos moradores locais (o que vem sendo proposto sistematicamente nos últimos anos, inclusive dentro de alguns órgãos governamentais), respeitem também a participação dos mesmos no processo de gestão da área protegida. Além disso, são apontadas também alternativas que mantenham o modo de vida, trabalho e geração de renda das famílias ocupantes, como a proposta da Reserva Extrativista. Em outro trabalho, Carlos Walter Porto GONÇALVES (2001, p. 147-148) defende esta idéia e a relaciona com a questão das matrizes de racionalidade ambiental:

O pressuposto [das unidades de conservação onde a população é expulsa, como no Parque Nacional do Jaú/AM], infelizmente, é que a população “não sabe” o que é meio ambiente, numa clara visão de primeiro mundo, em que a população vive mais num ambiente que é uma tecnosfera, e por isso constrói uma visão de natureza contemplativa, como tão bem salienta Antônio Carlos Diegues. Essa é a visão do ambientalismo do primeiro mundo à qual, infelizmente, estamos nos acostumando. Assim, com esse olhar submisso para o primeiro mundo, sem que ninguém nos obrigue a isso, diga-se de passagem, deixamos de ver a riqueza das propostas que criamos, invenções extremamente originais como a Reserva Extrativista que, hoje, a UICN - União Internacional de Conservação da Natureza, reconhece como extremamente original e, mais ainda, reconhece que a principal causa da crise das unidades de conservação ambiental no mundo inteiro se deve a que não haviam levado em consideração a variável antropológica e sociológica: isto é, o homem, com sua cultura. Assim, vemos, mais uma vez, os danos dessa nossa matriz de pensamento filosófico, em que homem e natureza são categorias excludentes. Muitos dos que professam a defesa da natureza, insistimos, ao não perceberem os fundamentos filosóficos impregnados nas suas próprias práticas - que, aliás, ignoram solenemente como se não os conformassem - acabam tendo uma “sociologia ingênua” que ignora a complexidade da formação bio-psico-sócio-geo-histórica que comanda as práticas humanas.

### **2.3 IDENTIDADE TERRITORIAL**

A incorporação da variável antropológica (em toda sua complexidade) na questão ambiental, principalmente nos modelos de planejamento e gestão das unidades de conservação, não pode estar vinculada estritamente aos aspectos culturais ou econômicos das chamadas populações tradicionais (indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos e outras comunidades que possuem um certo grau de “isolamento” cultural). Aliás, não são somente tais populações que possuem tradição (o que garantiria o título de população tradicional) ou são tradicionais perante as outras. É necessário que se incorpore, também, os aspectos de identidade e percepção das pessoas que moram em áreas protegidas. Estes aspectos garantiriam uma matriz mais subjetiva do saber ambiental, e contribuiriam para uma análise mais complexa dos já mencionados modelos de planejamento e gestão das UC's. Além disso, não excluiriam do processo os nativos que, independente de terem uma tradição mais ou menos arraigada, sofrem com a política ambiental contemporânea, extremamente objetiva e técnica. Assim, há que se levar em consideração, além da cultura e do modo de vida, a identidade territorial dos moradores que habitam as áreas das UC's e a percepção que eles têm do espaço que ocupam.

É essa identidade territorial que pretende ser o ponto de apoio para a análise epistemológica a que se propõe este trabalho. Sua dimensão é, também, complexa. Entretanto, possui alguns pressupostos. Rogério HAESBAERT (1999, p. 172), um dos mais proeminentes escritores sobre o assunto, diz que há um pressuposto geral:

... toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social.

Para o autor, a identidade territorial é uma espécie de apropriação simbólica (mas também concreta) do espaço pelos que nele (dele) vivem. Dá uma idéia de pertencimento a determinado lugar. Mais adiante (p. 173-174), faz algumas advertências que apontam exatamente para a complexidade do termo:

... o fato de tratarmos a identidade territorial primordialmente como uma identidade social não quer dizer que ignoremos a indissociabilidade das dimensões individual, mais subjetiva, e social, mais objetiva, na construção das identidades.

Assim como a identidade individual, a identidade social é também uma identidade carregada, ao mesmo tempo, de subjetividade e de objetividade. Na discussão da identidade territorial isto irá aparecer de forma muito nítida, pois por mais que se reconstrua **simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui** [grifo do autor], de alguma forma, um componente estruturador da identidade (idem).

Por fim, faz considerações que são de fundamental importância para a realização deste trabalho e do modo como ele será feito, pois indica a dimensão histórica, de imaginário social, do território, e também a sua subjetividade onipresente. Diz o autor:

Uma das características mais importantes da identidade territorial, correspondendo ao mesmo tempo a uma característica geral da identidade, é que ela recorre à uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência “condense” a memória do grupo, tal como ocorre deliberadamente nos chamados monumentos históricos nacionais (p. 180).

Produto e produtor de identidade, o território não é apenas um “ter”, mediador de relações de poder (político-econômico) onde o domínio sobre parcelas concretas do espaço é sua dimensão mais visível. O território compõe também o “ser” de cada grupo social, por mais que a sua cartografia seja reticulada, sobreposta e/ou descontínua. Ao mesmo tempo prisão e liberdade, lugar e rede, fronteira e “coração”, o território de identidade pode ser uma prisão que esconde e oprime ou uma rede que se abre e conecta e um “coração” que emana poesia e novos significados (p. 186).

Estas reflexões mostram que, independente de sua “tradição”, as comunidades que vivem em áreas declaradas unidades de conservação da natureza podem possuir uma identidade territorial clara, e que é possível identificá-la. Além disso, apontam para outros conceitos que o mesmo autor estuda, e que serão utilizados durante o trabalho: **territorialidade**, possuindo aqui o mesmo significado que identidade territorial, e **des-**



**territorialização**, entendida como o processo de perda do território (perda concreta mas também simbólica). No caso dos moradores que são “retirados” das UC’s de proteção integral, há uma perda concreta de território, mas o que deixa a cicatriz mais profunda é justamente a perda simbólica, subjetiva, que deixa no imaginário social as marcas de uma aliança com a terra que não se perde.

### **3. CAMINHOS METODOLÓGICOS**

A construção do estudo proposto nesta dissertação não teve um desenvolvimento metodológico linear. Entretanto, é possível identificar quatro momentos distintos, onde cada etapa do trabalho recebeu maior ou menor atenção. Isto não significa que a metodologia foi colocada em segundo plano no trabalho, ou, ainda, que não houve uma metodologia específica. Evidentemente os procedimentos metodológicos obedeceram a uma lógica tradicional no que diz respeito a sua parte prática (pesquisa bibliográfica, trabalhos de campo, uso de equipamentos e de computadores, relacionamento de informações, etc.), mas como o próprio objetivo do trabalho é uma análise teórica, resolvemos entender a metodologia não como um conjunto de práticas e técnicas lineares que são descritas detalhadamente no escopo do trabalho, mas como um dos pontos cruciais do mesmo, onde é possível construir, desconstruir e reconstruir teorias, idéias e conceitos de forma livre e plural, sem deixar de lado o rigor metodológico necessário a um trabalho coerente, mas não o prendendo a um único e determinado método. A seguir são apresentados os quatro momentos de realização da dissertação.

#### **3.1 PRIMEIRO MOMENTO: (DES)CONSTRUÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL**

Um primeiro momento pode ser considerado o da percepção da questão ambiental como questão política e social. As várias leituras a respeito de uma crítica aos preceitos ambientalistas, e como eles foram sendo incorporados ao sistema capitalista, permitiu-nos perceber que a perspectiva de solução dos problemas ambientais não se daria de outra forma se não com a mudança de sistema econômico. Constatamos que boa parte destes problemas eram originados a partir das desigualdades sociais e econômicas inerentes ao capitalismo, e não a partir de uma postura naturalmente agressora do homem. Não obstante, notamos que a superação da crise ambiental não se daria apenas com uma mudança de governos ou estratégias políticas. Era preciso uma ruptura mais profunda, socialista, que, no entanto, não

poderia estar vinculada ao domínio absoluto por parte do Estado, como acontecia nos países do leste europeu, profundamente degradados e poluídos. A pretendida relação mais harmoniosa entre homem e natureza se daria com a democratização plena e com a aproximação dos diversos campos do conhecimento.

Entretanto, a experiência de trabalho e de convivência em órgãos públicos ambientais e na própria Universidade nos fez perceber que as tendências norteadoras destes órgãos eram bem diferentes de nossa ideologia. Neles, havia e ainda há um predomínio exacerbado da visão conservadora que não entende os problemas ambientais como sendo também sociais, e, pior, que delega a solução de tais problemas a meras abordagens técnicas e não políticas e/ou econômicas. Isto se tornou ainda mais claro quando percebemos a apropriação destas soluções pelo sistema capitalista. O discurso ambientalista proferido por tais órgãos, por ONG's, e saído em grande parte da Universidade, “caiu como uma luva” aos que pretendiam continuar gerando riqueza e acumulação. O temor das críticas e contestações dos primeiros anos do ambientalismo havia se transformado em uma esperança de lucro. Adotando tal discurso, os empresários e capitalistas em geral poderiam, em uma só empreitada, acabar com as tais contestações e gerar fontes de renda (para si próprios, claro!). O discurso da reciclagem, por exemplo, passou a ser largamente difundido e apoiado pela maioria das empresas, uma vez que não questionava a produção e a ideologia do consumo. O ambientalismo puritano, técnico e a-político das instituições passou a ser visto por nós como algo apropriado pelo capitalismo, e que, portanto, não serviria como ponto de superação do mesmo.

Paralelo a isto, começamos a perceber que o discurso do “ambientalismo institucional” era, além de capitalista, autoritário e unilateral, pois as decisões eram (e ainda são) tomadas de “cima para baixo”, sem a participação ou sequer consulta às populações ou comunidades afetadas por estas decisões. Notamos que estas populações ou comunidades tinham (e ainda têm) idéias e posições diferentes a respeito da questão ambiental. A maioria destas comunidades, constituídas em maior grau por excluídos, expropriados ou marginalizados em geral, tem leituras próprias da natureza e, muitas vezes, relações com o meio natural muito menos agressivas. Assim, constatamos que era necessária a **popularização** da questão ambiental, não no sentido de levar a elas a noção institucional de ambiente, mas de ouví-las e aceitar a sua participação nas tomadas de decisões referentes à política ambiental.

O aprofundamento das leituras sobre a questão ambiental, a partir de sua perspectiva epistêmica, nos fez pensar o ambiente com outros olhares. A superação da lógica institucional desta questão não se daria apenas com as mudanças nos paradigmas políticos e econômicos.

Era necessária, agora, a absorção de um outro paradigma **filosófico** para entender a natureza e o ambiente. Isto porque fomos notando que a apropriação do Estado, seus órgãos e instituições governamentais, não governamentais e empresas, não se dava somente no campo da ação e das práticas, ela se dava também no campo conceitual e teórico, pois eram estes os atores que definiam e ainda definem os conceitos de natureza, ambiente e outros relacionados à apropriação humana do meio natural. A perspectiva teórico-metodológica fez com que começássemos a entender o ambiente muito mais como **método** do que como objeto, pois a solução à crise ambiental não estaria no ambiente em si – enquanto objeto físico, de ação concreta –, mas sim naquilo que se pensa sobre o ambiente. Daí a necessidade de uma análise mais teórica, metodológica e epistemológica da questão ambiental, que tornou-se o objetivo principal de nosso trabalho.

### **3.2 SEGUNDO MOMENTO: DEFINIÇÃO E PREPARAÇÃO DAS UC'S**

Um segundo momento desta caminhada para a construção da dissertação foi a constatação de que a análise epistemológica da questão ambiental deveria ser baseada em um estudo mais particular, que ao mesmo tempo fornecesse subsídios para tal análise e oferecesse um caráter mais prático a um trabalho eminentemente teórico. Não que o exame puramente teórico e não embasado em estudos de casos específicos fosse deslegitimar nossa pesquisa, mas compreendemos que era necessária a adoção de um **suporte** para “destrincharmos” nossa análise epistemológica. Assim, para responder a estes anseios, resolvemos eleger a questão das populações humanas em Unidades de Conservação, mais especificamente no que se refere à identidade territorial das mesmas, pois vimos que a partir daí era possível questionar as estratégias e as concepções filosóficas dos atores inseridos na política conservacionista. Além disso, havia uma preocupação subjacente com a geograficidade da pesquisa, e uma abordagem deste tipo não deixaria dúvidas quanto ao caráter do trabalho, eminentemente geográfico, mas não vinculado à área de Geografia física, humana, ambiental, territorial, etc. A idéia fundamental pressupunha um trabalho de Geografia somente, uma vez que não compactuamos com as correntes que vêem o espaço geográfico desarticuladamente. Prova disso é que tentamos demonstrar, já no título da dissertação, o envolvimento, a inter-relação e a unicidade entre o “territorial” e o “ambiental”, não por acaso duas linhas de pesquisa do nosso Programa de pós-graduação.

A partir destas formulações iniciais, partimos para a definição das UC's que seriam estudadas mais profundamente e serviriam como subsídio à análise teórica. Estabelecemos basicamente dois critérios para esta definição:

a) Categoria da Unidade: deveriam ser UC's de proteção integral, ou seja, que têm seu uso muito restrito e onde, de acordo com o SNUC, não é permitida a presença de moradores ou uso dos recursos pelos mesmos, como os Parques e Reservas Ecológicas e Biológicas.

b) Presença humana efetiva: deveria haver moradores na área interior da UC, que ocupassem ou vivessem no local há pelo menos 50 anos, para caracterizar um vínculo mais profundo com o território. Além disso, a presença humana em UC's de proteção integral era garantia certa da existência de impasses e conflitos.

Estabelecemos que duas Unidades de Conservação seriam suficientes para atingir o objetivo proposto. Deste modo, a primeira escolha foi pelo Parque Nacional dos Aparados da Serra, localizado na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e cujas características e impasses já conhecíamos, em função da vinculação com a região devido a relações familiares. Neste parque há um conflito que se desenrola há mais de 40 anos entre os moradores, em sua maioria criadores e agricultores, e os órgãos responsáveis pela administração do mesmo.

A segunda escolha recaiu sobre uma região onde se sobrepõem parcialmente quatro Unidades de Conservação distintas. Trata-se de uma área de domínio da Mata Atlântica na divisa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, inserida no território dos caízaras, ocupantes tradicionais desta região do litoral brasileiro. Neste sentido, a grande quantidade de dados sobre a região, aliada à relativa produção e disponibilidade de bibliografia sobre os caízaras e os problemas que vêm tendo a partir do estabelecimento das UC's em seu território, ensejaram a escolha pelo Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, em Ubatuba - São Paulo, e pela Reserva Ecológica da Juatinga, em Parati, no Rio de Janeiro. Estas duas unidades têm características bem semelhantes, e por isso foram analisadas conjuntamente. Em suma, não poderíamos “deixar de fora” deste trabalho os lugares e populações mais citados quando o assunto é presença humana em Unidades de Conservação.

A partir do momento em que as UC's foram definidas, começamos um trabalho de busca de materiais e informações dos mais diversos tipos sobre as mesmas. Foram levantados e consultados dezenas de livros, dissertações, teses, monografias, artigos, relatórios de

pesquisa, planos de gestão e manejo e material cartográfico diverso, além de reportagens de jornais e revistas, *folders* de divulgação e *sites* na internet.

### 3.3 TERCEIRO MOMENTO: ENTREVISTAS QUALITATIVAS

Com as informações sobre as UC's levantadas e analisadas, foi possível traçar um panorama das características gerais, peculiaridades e situações de impasse entre os moradores e gestores. Entretanto, era preciso algo mais para analisar estes conflitos e a própria identidade territorial destes moradores. A solução mais óbvia foi a ida aos locais e realização de entrevistas com os ocupantes e demais envolvidos.

A realização das entrevistas necessitava de uma fundamentação e direcionamento mais claros. Neste caso, optou-se por entrevistas qualitativas, que pudessem demonstrar, em certo nível, aspectos da história de vida e das identidades e territorialidades presentes nos entrevistados. A História Oral, metodologia que permite o resgate de dados e informações não documentados e não quantificáveis - já que se baseia nos depoimentos e relatos de vida - foi a opção adotada para tal fundamentação. Esta metodologia qualitativa trouxe grande enriquecimento ao trabalho, pois a partir dela foi possível inserir-nos um pouco mais na realidade das populações que pretendíamos estudar, uma vez que apresenta alguns elementos de pesquisa participante<sup>5</sup>, permite a visualização de subjetividades e coloca-nos a par do imaginário social das comunidades entrevistadas, importantes aspectos para o entendimento de sua identidade territorial.

Foram realizadas duas saídas de campo em cada UC, com o objetivo de entrevistar seus moradores, funcionários e administradores, além de colher mais dados e informações *in situ*. Para dar uma certa dinâmica e não comprometer o trabalho em campo, foram elaborados **questionários semi-estruturados**, com pontos e temas-chave a serem colocados para o entrevistado. Não eram perguntas prontas, e sim um roteiro do que, na verdade, seria uma conversa, muitas vezes cercada de informalidade. Entre os moradores, os entrevistados foram aqueles mais antigos ou que tinham uma posição de destaque na comunidade. Não se trata de

---

<sup>5</sup> A pesquisa participante, interpretada em alguns casos como pesquisa-ação, é a metodologia em que o pesquisador se insere na comunidade ou grupo a ser pesquisado e interage com os mesmos, retornando os resultados da pesquisa e permitindo que haja uma reciprocidade em relação ao seu trabalho, que pode ter seus rumos alterados pelo desejo ou influência da própria comunidade.

uma hierarquização, mas uma forma de registrar melhor os aspectos históricos, identitários e geradores de impasses. Da mesma forma, não houve uma amostragem ou qualquer tipo de preocupação de cunho estatístico nas entrevistas.

Estas, por sua vez, visavam nos proporcionar não só a identificação de territorialidades, mas também traços culturais marcantes, além da percepção ambiental e as concepções de natureza e ambiente dos entrevistados. Outrossim, também visavam perceber o seu ponto de vista a respeito dos conflitos - assim como os detalhes não divulgados sobre os mesmos - e a sua opinião de como deveria-se proceder a gestão da área.

De um modo geral, as entrevistas foram bem sucedidas. Os entrevistados mostraram-se abertos às perguntas, e receptivos e sensíveis quanto à intenção de nossa pesquisa. Na verdade, muitos deles já haviam sido entrevistados em outras ocasiões e por outros pesquisadores. Entretanto, em alguns ainda era possível notar alguma desconfiança ou então uma expectativa de mudança de sua situação a partir da pesquisa.

### **3.4 QUARTO MOMENTO: (RE)CONSTRUÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL**

O quarto e último momento identificável no desenvolvimento da dissertação diz respeito à formulação de idéias capazes de abarcar a complexidade de concepções teóricas e metodológicas que estivemos estudando nos últimos tempos, mesmo antes do início do mestrado. É evidente que isto não foi plenamente possível, devido à infinidade de visões que compõem o mundo do conhecimento - e nem teríamos tamanha pretensão -, mas a análise das diversas correntes do pensamento na sua relação com a questão ambiental, aliada à quantidade e qualidade dos debates em que estivemos presentes e participando<sup>6</sup>, nos fez perceber que o ambiente não é e não pode ser visto apenas de um único ângulo. Construímos a noção de que existe uma gama variada de concepções a respeito da questão ambiental, e que para uma pesquisa nesta área ter o mínimo de validade para o avanço ou mesmo ruptura a um modelo de ciência tradicional (racionalizada e racionalizante), é necessário que se leve em conta as várias leituras e propostas. Isto não significa ser imparcial, neutro, superficial ou adepto do

---

<sup>6</sup> Tais debates não se referem somente aos formais e institucionais, mas àqueles realizados em aula, nos congressos, simpósios e encontros de dentro e fora da Geografia, nas viagens, pelos corredores da universidade, nas palestras com intelectuais e pensadores de renome ou nas conversas ao pé do ouvido com o mais simples pescador ou agricultor, além, é claro, dos debates acalorados que se travam no Restaurante Universitário ou nas mesas de bar.

“ecletismo”. Ao contrário, a assimilação das diversas percepções sobre a questão nos mostrou um caminho, capaz de construir uma crítica fundamentada e propostas de melhoramento e/ou superação das dificuldades encontradas por diversos pesquisadores, e principalmente por aqueles que sofrem diretamente a ação das políticas ambientais, no nosso caso os habitantes de áreas protegidas. Em síntese, foi possível perceber que, para tomar partido e propor algo novo, era preciso aceitar a diversidade de concepções, sem, no entanto, hierarquizá-las como se fossem estanques ou inválidas.

Todo este arcabouço que destacava a diversidade fez sentir-se também na escolha do método da pesquisa, no sentido epistemológico do mesmo. Optamos por um caminho metodológico plural, que se fez e refez à medida que o estudo ia avançando. Longe de egermos um único paradigma e adaptarmos o trabalho a ele, procuramos na multiplicidade de métodos, aquele que, dependendo do momento, mais se adequaria ao nosso estudo. Nesta procura, encontramos a idéia de **pluralismo metodológico**, concebida por Paul Feyerabend, e que ajudou a desconstruir na ciência clássica uma série de mitos e regras do fazer científico. Assim, o “anarquismo epistemológico”, legado feyerabendiano, fundamenta em parte o método de nossa pesquisa. Mais que aceitar os diferentes métodos e utilizar o que mais nos serve em cada um deles, buscamos, ao longo do trabalho, a formulação do que temos chamado de **anarquia epistêmica**, uma idéia que pretende ir além dos “ismos” da modernidade e ao mesmo tempo consiga abarcar análises teóricas, práticas, filosóficas, culturais, políticas, geográficas e, claro, ambientais e territoriais. Se há um método neste nosso trabalho, ele está inserido na leitura anárquica do conhecimento.

Deste modo, a reconstrução teórica e conceitual, a que se refere o título deste sub-capítulo, não se fez de forma linear, pronta e acabada. Ela se deu (e continua se dando) a partir da desconstrução contínua das formas “fechadas” de pensar. Acreditamos que nunca estamos “prontos”, pois a verdade e o saber são relativos e variam de acordo com o olhar de cada um, em cada época e em cada lugar. Assim, nossa “busca utópica” das idéias que pudessem abarcar toda a complexidade das concepções relativas ao ambiente e a natureza se resumiu em algumas compreensões (e incompreensões), expressas no bojo deste trabalho. Entretanto, sua contribuição parece estar na proposição analítica da questão ambiental que objetivamos. Pretendíamos mostrar, mais do que tudo, a necessidade da desconstrução do que estava posto e a construção de novas leituras e outros olhares.



#### **4. QUESTÃO AMBIENTAL E CORRENTES DO PENSAMENTO**

Para os fins deste trabalho, que tem por objetivo fundamental, conforme exposto anteriormente, uma análise epistemológica do que temos chamado de questão ambiental, percebemos a necessidade de uma classificação das concepções científicas tidas como clássicas e a relação de cada uma delas com tal questão. É claro que tentativas de aproximação de análise teórica a respeito do ambiente já vêm sendo construídas há algum tempo. Uma das mais relevantes é a classificação feita por DIEGUES (2000a), que privilegia as “escolas” ambientais e sua vinculação com as áreas protegidas. São elas:

a) **Ecologia profunda**, que pressupõe uma visão biocêntrica ou ecocêntrica, em que o mundo natural é visto em sua totalidade e onde o homem está inserido na natureza como qualquer ser vivo.

b) **Ecologia social**, desenvolvida pelo anarquista Murray Bookchin, onde o homem é um ser social, porém não homogêneo, organizando-se em uma diversidade de grupos. Esta corrente propõe uma visão mais ampla da relação sociedade-natureza.

c) **Eco-socialismo / Eco-marxismo**, que incorpora, dependendo de cada autor, uma série de categorias e conceitos do materialismo histórico e dialético, além de sua ideologia política, embora esta corrente tenha surgido justamente em função das críticas internas ao marxismo. Além disso, para um autor em especial (Moscovici) pressupõe o fim da dicotomia entre Culturalismo e Naturalismo. O Culturalismo seria caracterizado pela aversão completa do homem pela natureza, afirmando a total separação entre eles. Já o Naturalismo seria o contrário, repulsando a sociedade e a cultura, mas vendo o homem como elemento integrante da natureza (DIEGUES, 2000a, p.48). Moscovici<sup>7</sup>, neste sentido, propõe um novo naturalismo, mais aberto à sociedade e às suas divergências, evocando, assim, “uma mudança

---

<sup>7</sup> Este autor é aqui classificado como “neomarxista”. Sua obra destaca “a importância dos estudos da juventude de Marx para a o entendimento da relação homem/natureza” (DIEGUES, 2000a, p. 48). As mais importantes obras são:

MOSCOVICI, S. **Hommes domestiques, hommes sauvages**. Paris: Union Générale d'Éditions (Collection 10/18). 1974.

MOSCOVICI, S. **La société contre la nature**. Paris: Union Générale d'Éditions (Collection 10/18). 1969.

na **relação** [grifo meu] homem/natureza, na qual a separação seja substituída pela unidade” (ibidem, p. 50).

Embora a classificação acima exposta tenha uma relevância muito grande no contexto de análise teórica da questão ambiental, levantamos a necessidade de uma classificação vinculada aos **métodos científicos** mais comumente usados e estudados pela epistemologia. Entretanto, sabemos que, como qualquer tentativa de classificação, esta também corre o risco de estar impregnada de preconceitos e carregada de generalizações e simplificações. Além disso, é necessária a ressalva para o “pecado” metodológico expresso neste tipo de classificação estanque. Um método que se pretende mais aberto e plural pode e deve prescindir da tradicional divisão em “gavetas”, muito comum na ciência moderna. Contudo, para fins de compreensão e análise, fizemos a classificação descrita abaixo, resumida no **quadro 1**.

#### 4.1 A CONCEPÇÃO POSITIVISTA

A concepção positivista da questão ambiental remonta ao início do pensamento moderno na ciência. As idéias propagadas por Augusto Comte influenciaram decisivamente as visões de mundo e de sociedade no final do século XIX e início do século XX. O positivismo, inspirado nas concepções filosóficas introduzidas por Descartes, vê a ciência como fonte única da verdade, que possui, por sua vez, um único método. As correntes mais ortodoxas chegam mesmo a crer que a ciência é o caminho no qual se desenvolvem a ordem e o progresso, fins explícitos desta concepção. A ciência moderna, na sua gênese, é a própria expressão do pensamento positivista. Toda a sua fundamentação e as divisões ainda hoje utilizadas (Ciências Físicas, Biológicas, Humanas, etc.) caracterizam, em um nível epistemológico, marcas do pensamento baseado no “espírito positivo”.

O conceito de natureza para o positivismo implica uma exterioridade da mesma em relação ao homem, ou seja, a natureza existe a priori, independente da sociedade. A natureza será a mesma para qualquer cultura, religião ou grupo social. Mais que isso, dependendo da análise realizada, ela poderá ser a **causa** de determinada organização social. É nesse contexto que surge o determinismo de base geográfica, que depois foi fortemente influenciado pela aplicação da teoria de Darwin às sociedades. Esta maneira de análise da sociedade ficou

conhecida como Naturalismo. Isto significa que, apesar da natureza constituir, em um nível concreto, algo totalmente diferente do homem, o comportamento humano e as formas de organização social estavam atreladas, de alguma maneira, ao campo tido como natural. Cabe lembrar, também, que o processo de externalização da natureza constituiu um elemento importante para legitimar a dominação do homem sobre a mesma. Porém, esta legitimação não se efetivou em um contexto isolado. A idéia de natureza como algo hostil e inferior<sup>8</sup>, por exemplo, exerceu um importante papel no projeto de “desencantamento do mundo” (CASSETTI, 1999).

A noção de ambiente, por sua vez, à época da fundamentação do pensamento positivista, não tinha a mesma significação dos dias atuais. A bem da verdade, praticamente não existia, pois o conceito de **meio-ambiente**, derivado de meio geográfico (MENDONÇA, 2001, p. 116), ainda não havia sido incorporada pela ciência. No entanto, o positivismo é um método científico que, conforme visto anteriormente, não só embasou como também constitui o próprio alicerce da ciência moderna. Assim, a percepção do que é o ambiente, neste método, está vinculada ao conjunto de fatores externos atuantes nos organismos biológicos. Bem como a natureza, o ambiente não inclui o homem.

Desta forma, não há como esperar que os positivistas entendam e pensem a questão ambiental como algo social, complexo e/ou integrado, visto que é da “natureza” do positivismo o pensamento disjuntivo e desagregador. Ainda que os trabalhos produzidos nesta ótica sejam os mais comuns e tenham uma relativa importância no contexto das ciências, cabe, no máximo, esperar por uma análise naturalista no que diz respeito à integração dos aspectos sociais/culturais e naturais.

## 4.2 A CONCEPÇÃO NEOPOSITIVISTA

O neopositivismo pode ser entendido, genericamente, como uma retomada do positivismo com uma roupagem mais tecnicista e quantificada. Todos os preceitos científicos originados a partir do positivismo passam por uma fase de remodelação. A crescente insatisfação dos cientistas com o empirismo puro e excessivo adotado na ciência fez com que

---

<sup>8</sup> A respeito desta idéia de natureza é interessante notar as várias expressões cunhadas ao longo da modernidade e que expressam a inferiorização do mundo natural. “Selvagem”, “burro”, “cachorro” e “vaca”, entre outros, são exemplos de termos usados no dia-a-dia para depreciar pessoas e que se referem à natureza.

se difundisse entre os mesmos a noção de que, para se produzir o conhecimento científico, era necessário um arcabouço de informações e dados quantificados. Assim, surgiram propostas de um empirismo fundamentado na lógica e não apenas na observação. Para ser científico, um estudo ou pesquisa deveria ter um objeto passível de ser explicado por modelos e/ou formulações matemáticas. Deste modo, as ciências tidas como naturais passaram a utilizar técnicas cada vez mais quantitativas, ao passo que as metodologias mais qualitativas, como o trabalho de campo, por exemplo, foram perdendo espaço como recurso primordial, já que o objetivo das pesquisas era a formulação de teorias e modelos que pudessem explicar a realidade, e não o contrário. As ciências sociais, por sua vez, aderiram ao neopositivismo através da adoção, em larga escala, de métodos e parâmetros estatísticos. Muitos índices e critérios de classificação da sociedade passaram a ter por base a análise quantitativa, referendando uma visão utilitarista e conservadora sobre a mesma.

No que se refere à concepção de natureza, o neopositivismo não apresenta uma distinção marcante em relação ao positivismo, sendo que muitos autores não diferenciam os traços de uma ou outra corrente, apenas definem esta visão como sendo a portadora da concepção iluminista da modernidade. Neste sentido, a externalização da natureza em relação ao homem é um aspecto comum a estas duas correntes. Uma análise um pouco mais detalhada, entretanto, revela que o neopositivismo vê a natureza como um ente que possui um estatuto próprio, capaz de ser desvendado e decodificado através de suas técnicas fundamentadas no empirismo lógico. Mais que isso, a natureza é vista como uma máquina (CASSETI, 1999, p. 18), onde cada engrenagem pode ser estudada separadamente e revela o funcionamento do todo. Além disso, a visão cartesiana do homem como “senhor e possuidor da natureza” fica evidente nesta perspectiva, já que é a técnica instrumental e quantitativa (portanto do mundo humano), que domina os saberes, técnicas e objetos do mundo natural.

O ambiente, assim como a natureza, não se diferencia, em termos fundamentais, nas concepções neopositivista e positivista. Também é visto como **meio**-ambiente, e, dependendo do trabalho de estudo ou pesquisa, é igualado à natureza. A adoção de parâmetros relacionados à criação de modelos, entretanto, fez com que o meio-ambiente fosse e seja visto como o conjunto de fatores bióticos (vivos, relativos aos seres vivos dos reinos animal e vegetal) e abióticos (não-vivos) de um hábitat.

A própria noção de hábitat, contudo, acaba por ser inserida em uma metodologia muito comum nas ciências naturais e que tem suas bases no paradigma alicerçado pelo neopositivismo. Trata-se da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), uma perspectiva originada na

Física e assumida pela Biologia (Bertalanffy<sup>9</sup>), mas que se difundiu e ganhou adaptações em várias ciências. Os **sistemas** abriram a possibilidade de uma integração maior entre o físico, o natural e o social e, mesmo que não representassem uma ruptura profunda com o paradigma científico da modernidade, fundamentaram a “sistematização” da Ecologia enquanto ciência, visto que a própria idéia de **ecossistema** deriva da apropriação da TGS aos estudos “naturais”. Fica evidente, então, o atrelamento da noção neopositivista de ambiente à concepção ecossistêmica do mundo, onde cada elemento da natureza se relaciona entre si e com os elementos humanos, daí a idéia de existirem fatores bióticos, abióticos e, quiçá, sócio-econômicos. Ainda que esta concepção represente um avanço em relação às idéias disjuntivas e desagregadoras do positivismo, não rompe com a idéia de uma natureza externalizada e um ambiente que, embora seja mais heterogêneo, não apresenta contradições e conflitos internos.

#### 4.3 A CONCEPÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO

Por materialismo compreende-se a idéia de mundo em que a natureza, a matéria, se sobrepõe ao sujeito, ao espírito, já que este decorre do desenvolvimento da mesma (HAESBAERT, 2002, p. 19). Ou seja, a realidade objetiva, que é externa à consciência, preexiste, ao contrário do idealismo, onde são as idéias que determinam o mundo material. O materialismo histórico é um método científico que se fundamenta na perspectiva histórica para tentar explicar a realidade, diferentemente do chamado materialismo mecanicista, que se confunde em vários pontos com as abordagens positivistas e neopositivistas. No meio científico, o materialismo histórico ganhou a companhia da dialética em suas análises, e assim formou o que comumente chama-se de método de análise marxista. Fica evidente que foi a partir das formulações teóricas e filosóficas de Marx que se construiu este método, utilizado largamente nas ciências sociais a partir da segunda metade do século XX. A dialética aparece neste contexto geralmente vinculada à ótica de Marx (materialista), enquanto a ótica de Hegel (idealista) é deixada de lado e direcionada para análises mais metafísicas. Assim, o materialismo dialético pressupõe que é o movimento histórico (concreto), o qual envolve as relações sociais (contraditórias), que representa a dimensão fundamental da realidade, e esta é produzida e compreendida objetivamente através da práxis humana (HAESBAERT, 2002, p.

---

<sup>9</sup> Para FLICKINGER & NEUSER (1994, p. 34), este autor é considerado o fundador da Teoria Geral dos Sistemas na Biologia.

23). A conjunção da dialética marxista com o materialismo histórico faz com que designemos o método marxista<sup>10</sup> de materialismo histórico-dialético.

Contudo, para os fins de estudo de sua relação com a questão ambiental e de sua noção de natureza e ambiente, resolvemos separar a análise marxista em duas vertentes, até mesmo porque neste campo a visão de Marx é confrontada com a importante e relevante visão de Engels. Não que haja uma espécie de conflito entre as duas concepções, mas a discordância está no fato de que Marx concentrou suas atenções na questão econômica e social, inserindo a natureza como recurso e como produto da ação humana, ao passo que Engels dá uma importância maior à mesma, percebendo-a como elemento fundamental de uma interação dialética presente no movimento de evolução histórica do mundo. No que concerne especificamente ao conceito de natureza, a leitura da obra de Marx permitiu aos autores marxianos<sup>11</sup> a constatação da existência (implícita) de uma natureza produzida, resultado das contradições históricas presentes nas relações sociais - mediatizadas pelo trabalho - e nos modos de produção. Assim, existiria uma diferenciação entre o que Marx chamou de **primeira natureza** e **segunda natureza**. A primeira natureza corresponde ao mundo de coisas existindo fora do homem (SMITH, 1984), portanto tratar-se-ia de uma natureza “a priori”, não alterada pelo conjunto de “instituições sociológicas” que intensificam a produção da mesma. A segunda natureza é aquela que é produzida pela atividade humana - carregada pelo valor de troca -, portanto portadora de regras e valores traçados historicamente na materialidade econômica e política da sociedade. Ainda segundo SMITH, “o trabalho humano produz a primeira natureza”, enquanto “as relações humanas produzem a segunda natureza” (ibidem, p. 26). Esta perspectiva marxista abriu caminho para o método materialista histórico no estudo da natureza, que acabou incorporando uma série de categorias e conceitos marxistas usados costumeiramente nas ciências sociais, como luta de classes, valor de uso e valor de troca, formação econômico-social, mais-valia, superestrutura, entre outros. Já na perspectiva engelsiana do estudo da natureza, a dialética ganha mais força, fazendo apontar para um método classificado como materialismo dialético. Neste, há a tentativa explícita de relacionar as atividades humanas e naturais através da noção de **dialética da natureza**, “captada” por Engels e nem sempre utilizada numa perspectiva metodológica transformadora, como o faz o geógrafo Valter CASSETI (1999). Neste método, existe uma postura de rompimento com as

<sup>10</sup> É importante ressaltar que fazemos a distinção entre marxismo enquanto método científico e marxismo enquanto concepção ideológica e política. Geralmente estas duas posições andam juntas, mas é necessária a ressalva para deixar claro que nem sempre uma postura crítica perante o modo de produção vigente corresponde a uma postura metodológica crítica perante o fazer científico.

<sup>11</sup> Marxianos, neste caso, refere-se aos estudiosos da obra de Marx, enquanto que por marxistas entende-se aqueles que optaram por este caminho metodológico e/ou são adeptos de sua ideologia política.

concepções iluministas da modernidade, adotando uma posição crítica e denunciadora do processo de externalização da natureza. Esta, por sua vez, é “entendida como **processo**, compreendendo-o como conjunto contínuo de mudanças no **tempo**, e oferece a idéia central e revolucionária da passagem da **história natural à história da natureza** [grifos do autor], onde se dá a incorporação do homem como consequência do processo evolutivo” (CASSETI, 1999, p. 92-93).

No que se refere ao conceito de ambiente, há uma aproximação clara do mesmo com a idéia de natureza. No entanto, a dualidade de visões também se torna perceptível. O materialismo histórico adota a noção de **meio-ambiente** exclusivamente como reflexo do social, enquanto a perspectiva dialética, apesar de também adotar a noção de meio-ambiente (e não ambiente por inteiro), o percebe como reflexo e como agente de **interação dialética** com a sociedade. Em ambas concepções, o ambiente é fruto do movimento histórico, e esta noção temporal faz com que também se adote o uso de categorias e conceitos marxistas adaptados aos estudos ambientais. É importante fazer a ressalva de que somente a partir das duas últimas décadas do século XX é que a perspectiva do materialismo histórico-dialético ganhou projeção no campo dos estudos da natureza, como é o caso da Geografia, por exemplo, onde a corrente crítica fez restringir, durante um bom tempo, o seu uso exclusivo às análises da Geografia tida como Humana.

Em termos de engajamento político, entretanto, a posição marxista vem sendo praticada há muito mais tempo que sua concepção metodológica, haja vista a larga experiência de análises e proposições que visam a solução da problemática ambiental em outros modos de produção, que não o capitalismo. É nesse contexto que surgem e se difundem as correntes do Eco-socialismo e Eco-marxismo.

Cabe, por fim, salientar que tanto na perspectiva do materialismo histórico quanto do materialismo dialético, há uma idéia implícita de unicidade homem-natureza, mas que se torna uma mera tentativa, pois filosoficamente ainda não há uma conjunção profunda das relações e das idéias que tornam a sociedade um elemento integrante, integrador e consciente da natureza e do ambiente. Isto porque há uma ênfase muito maior nos componentes sociais e principalmente materiais da relação homem x meio, em detrimento dos aspectos naturais e subjetivos/simbólicos de tal relação. A materialidade, em nosso entender, não reflete a totalidade do mundo. Ainda que a concepção dialética do materialismo busque uma interação maior e a não-externalização da natureza em relação ao homem, o materialismo é fruto do racionalismo presente no pensamento ocidental moderno, que tem inúmeras dificuldades

filosóficas em acabar com a tradicional dicotomia que exclui o mundo natural do mundo social.

#### **4.4 A CONCEPÇÃO DA FENOMENOLOGIA**

A fenomenologia compreende a linha de pensamento em que a consciência, entendida como fenômeno, adquire uma importância fundamental no processo de conhecimento científico. Isto significa que a tradicional base de formulação da ciência moderna, em que o tripé Sujeito-Objeto-Método pende para o lado do objeto, em uma perspectiva fenomenológica perde força e o tripé pende para o lado do sujeito. Assim, a busca da verdade científica abre-se em uma dimensão mais subjetiva, orientando os estudos e pesquisas para caminhos menos absolutos e respostas mais relativas, pois a verdade está em quem lê e observa o objeto, portanto, no sujeito. É a partir deste espectro que ganham força as análises levando em consideração a percepção, a cognição<sup>12</sup>, a representação, o imaginário, e outros conceitos e categorias oriundos da psicologia e adaptados à metodologia científica. Foi justamente a partir desta adaptação que surgiu a fenomenologia enquanto método científico. A insatisfação com a tendência fortemente materialista da ciência clássica, fez com que viesse à tona uma abordagem aberta ao simbólico, à idéia, à concepção mais intimista e subjetiva, enfim, mais vinculada ao humano. Daí o fato de surgirem vertentes denominadas de humanismo, simbolismo, entre outras. O que nos parece mais importante, contudo, é a aproximação da fenomenologia com o campo emocional, retirando da racionalidade absoluta a dominação sobre o fazer científico.

Partindo destes pressupostos, a natureza nesta corrente de pensamento é interna ao homem, já que, em verdade, trata-se de uma idéia que se faz a respeito dela. Conseqüentemente, cada ser humano ou grupo de seres humanos tem uma natureza própria, percebida, pensada e representada no seu imaginário. A natureza é um fenômeno, e como tal está presente na consciência de formas distintas. A partir daí abre-se a possibilidade de ser entendida tanto como algo útil e aprazível quanto como algo hostil e inútil.

---

<sup>12</sup> A cognição diferencia-se da percepção por ser mais ampla, pois distancia-se da atividade meramente perceptiva e aproxima-se da categoria inteligência. Deste modo, não leva em consideração somente o tempo presente e pode prescindir do objeto.



A noção de ambiente não foge a esta regra. Para a fenomenologia o ambiente é o entorno, aquilo que circunda o homem, o qual pode percebê-lo e representá-lo de várias maneiras, de acordo com a consciência presente em sua internalidade. É nesse contexto que surgem as idéias, cada vez mais presentes, de **percepção** e **representação ambiental** como correntes de abordagem desta questão. Na Geografia, por exemplo, a adoção de parâmetros fenomenológicos fez surgir o que se chamou de Geografia humanística, Geografia da percepção ou ainda Geografia do Lugar, visto que esse conceito é carregado desta subjetividade e simbolismo presentes neste método. Na perspectiva ambiental, a introdução dos “mapas mentais” alia-se à abertura para as técnicas de entrevistas qualitativas, que buscam a história de vida das pessoas e a percepção sobre o meio que as cerca, e assim tem-se uma torrente de trabalhos e estudos que buscam dar uma nova dinâmica e outros olhares sobre a temática do ambiente.

Estes novos olhares carregam em si a marca de uma mudança epistemológica, pois, com a concepção da fenomenologia, abre-se a possibilidade de evolução para uma outra razão, que tenha mais espaço para a emoção, ou que pelo menos não as torne tão dicotômicas. No entanto, a fenomenologia ainda está dentro do espectro do pensamento moderno, que por sua vez é amarrado a valores disjuntivos a respeito da natureza, do ambiente e do homem. Além disso, esta concepção muitas vezes deixa de lado toda a construção histórica e contraditória que marcou e ainda marca a evolução da questão ambiental, produzindo uma visão um tanto uniformizadora sobre a mesma.

#### **4.5 AS TENDÊNCIAS PÓS-MODERNAS**

Consideramos como pós-modernas todas as tendências que, de uma forma ou de outra, se diferenciam em termos metodológicos das concepções cunhadas a partir do surgimento da ciência moderna. O termo pós-modernidade, largamente utilizado em vários campos do saber e do agir - mas também muito contestado - indica uma mudança paradigmática contundente, capaz de indicar transformações nas formas de se viver e entender o mundo. Assim, teríamos, na modernidade, “um modelo de sociedade caracterizado fundamentalmente pelo pensar de uma ciência cartesiano-positivista, pelo produzir de um modo capital/estatal-centralista, pelo agir de uma ação objetiva-projetada e pelo contestar de uma crítica sindical-materialista”

(CATTANEO, 2002). A pós-modernidade<sup>13</sup>, por sua vez, indicaria uma transição a um outro modelo, onde “a produção se torna flexível, o capital se expande e globaliza-se, os Estados têm o seu papel redefinido, as ações se tornam mais subjetivas, os projetos são mais presentes do que futuros, a ciência transpõe as barreiras disciplinares e a crítica passa da materialidade econômica à condição social” (idem). Dentro deste espectro, temos a questão teórica e metodológica influenciando e sendo influenciada por estes “ares” de transição. São várias as características que tornam o conhecimento visto a partir de outros olhares. Neste sentido, crescem no meio científico as noções de complexidade, hermenêutica, incerteza, interdisciplinaridade e outras tantas que visam uma abertura epistemológica para parâmetros não-lineares, absolutos ou fechados. A idéia de ortodoxia ideológica e metodológica perde espaço para adaptações de teorias clássicas ou mesmo para a sua “mistura”, revelando um aspecto eclético no fazer da ciência pós-moderna. Deste modo, uma série de princípios<sup>14</sup> são difundidos e adotados nos diferentes campos do conhecimento, desde a Física até as ciências humanas e sociais. De um modo geral, há uma reformulação – ou pelo menos uma tentativa – das bases do pensamento herdado, aquele forjado na razão moderna.

A partir da constatação desta diversidade de idéias e pensamentos no que chamamos de tendências pós-modernas, não se torna fácil caracterizar a concepção de natureza das mesmas. Em função da pluralidade, a natureza pode ser entendida como externa, interna ou ainda como algo igual ao homem, dependendo de cada análise. No entanto, duas visões ganham mais força nesta perspectiva. A primeira é a noção, construída justamente a partir dos questionamentos à racionalidade moderna, de que homem e natureza não são termos necessariamente excludentes. A segunda, formada e usada em muitas pesquisas da Geografia contemporânea, é a noção de natureza **transfigurada** pelo homem, ou seja, a partir do desenvolvimento técnico alcançado pela humanidade, a natureza pode ter uma mudança não somente nas suas formas, mas também nos seus processos que geram tais formas<sup>15</sup>. Isto dá bem a dimensão de uma natureza **tecnificada e artificializada**, termos usados por Milton

<sup>13</sup> A pós-modernidade, em termos filosóficos e relacionados à teoria do conhecimento, não raro é concebida como “pós-estruturalismo”, “pós-funcionalismo” e até mesmo “pós-escassez”. De um modo geral, estes termos designam o mesmo período de transição em que há evidentes mudanças paradigmáticas e ideológicas.

<sup>14</sup> Para se ter uma idéia destes princípios caracterizadores do paradigma científico da pós-modernidade, é interessante consultar as obras de Edgar Morin, Fritjof Capra, Ilya Prigogine, Humberto Maturana, Alain Touraine, Felix Guattari, Gilles Deleuze, David Harvey, Jean Baudrillard, Fredric Jameson, Jean-François Lyotard, Boaventura de Souza Santos, etc. E na Geografia as obras de Edward Soja, Paul Claval, Paulo César da Costa Gomes, Dirce Suertegaray, Nelson Rego e até mesmo as obras mais recentes de Milton Santos, além de outros que não se consideram presos a uma corrente específica. Nota-se que todos estes autores apresentam propostas diferenciadas e diferenciadoras entre si, o que reflete a diversidade de tendências e métodos desta concepção científica.

Santos para salientar a importância da técnica na configuração do espaço e da natureza na contemporaneidade.

O ambiente, por sua vez, absorve algumas das características cunhadas na pós-modernidade, e apresenta a novidade de ser tratado e estudado por diversos saberes e ciências, ganhando a possibilidade de ser inter e multidisciplinar. Nenhuma ciência ou disciplina representa a questão ambiental por si só. Isto representa um grande avanço em direção à formulação de um paradigma ambiental. Aliás, esta é uma idéia defendida por alguns autores, que chegam mesmo a propor a criação de uma Ciência Ambiental. Outros, como Enrique LEFF (2001a), vão mais além e propõem o ambiente como um **método**, evoluindo para a proposta de um **saber** complexo, considerando as relações de poder e as novas racionalidades inscritas nesta perspectiva. A complexidade, por sua vez, paradigma interposto nas ciências a partir das contribuições de Edgar Morin, toma corpo na análise do meio e sugere um ambiente não mais dividido e facetado, mas um ambiente complexo.

De um modo geral, a pós-modernidade trouxe à tona um pouco das “velhas” teorias e idéias forjadas ainda nos princípios da modernidade. O anarquismo, a clássica doutrina concebida ainda no séc. XVIII por Proudhon e desenvolvida enquanto idéia de organização social por personagens como Bakunin, Malatesta, Makhno, Durruti, Willian Godwin, Emma Goldman, e muitos outros, como os geógrafos Kropotkin e Reclus, faz-se ressurgir após um período de inércia forçada, “aproveitando” a transição do modelo de contestação à ordem vigente, agora preconizada e proposta de fora do Estado. Assim, no campo político, vemos o surgimento e difusão de uma série de grupos de ação-direta anticapitalistas - além dos movimentos sociais - e de propostas que lembram as comunas e coletividades impulsionadas a partir das revoluções francesa e espanhola, como a originalíssima idéia da TAZ<sup>16</sup> (sigla em inglês para Zona Autônoma Temporária), só para ficarmos em poucos exemplos. No campo do conhecimento, esse ressurgir anarquista se faz de forma mais velada, mas nem por isso menos importante. Tanto é que alguns autores tidos como pós-modernos são vinculados metodologicamente à teoria anarquista, por não deixarem claro qual a filosofia política à qual

---

<sup>15</sup> Um bom exemplo dessa mudança de comportamento do homem em relação à natureza, onde ele altera também os processos, seria a difusão de técnicas vinculadas à Engenharia Genética e à Biotecnologia, como a clonagem e a transgenia.

<sup>16</sup> A TAZ, idéia criada pelo misterioso autor Hakim Bey (ninguém sabe ao certo sua origem), consistiria em um enclave livre da ação do Estado, mas apenas por um certo período de tempo. Segundo o autor, “a TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la” (BEY, 2001, p. 17). Uma análise deste texto revela uma grande aproximação com a Geografia, em vários aspectos e proposições.

estão inseridos. Em um outro trabalho, que relacionava o anarquismo, a Geografia e a questão ambiental (CATTANEO, 2002), já afirmávamos que:

Esta análise é particularmente observável nas obras de alguns dos chamados autores pós-modernos. Ao romperem metodologicamente com o espectro da modernidade, abandonaram também os ideais políticos dominantes de sua época: o liberalismo e o marxismo. Rotulados de relativistas e acusados de defenderem um “caos voluntarista”, estes autores resgatam, na verdade, uma forma contemporânea de anarquismo (MAY, 1995)<sup>17</sup>. Entretanto, alguns autores declaram abertamente a busca de um anarquismo no campo epistemológico, onde destaca-se a obra de Paul FEYERABEND (1989), que resgata a necessidade de um “**pluralismo metodológico**”, utilizando muitas das teorias anarquistas clássicas e colocando-as à luz da análise epistemológica e da teoria e história do conhecimento. Por suas posições críticas à ciência convencional, dominada pelo método racional unitário e autoritário, Feyerabend chega a ser considerado um dos precursores da pós-modernidade na ciência, até porque foi um dos primeiros a mostrar a necessidade do rompimento de dicotomias tradicionais, fazendo a aproximação entre sujeito e objeto e, principalmente, entre mito e razão (COSTA GOMES, 2000) (idem).

Uma primeira aproximação da concepção anarquista de natureza não poderia deixar de levar em conta as visões clássicas de Piotr Kropotkin e Élisée Reclus. Mesmo metodologicamente vinculados, de certa forma, ao padrão positivista de produção científica de sua época, conseguiram romper algumas barreiras ideológicas, políticas e disciplinares, principalmente as vinculadas ao estudo da natureza. Kropotkin, considerado um dos grandes anarquistas de todos os tempos, ajudou a conceber uma idéia de natureza que englobava as ações humanas como elemento integrante e transformador. Apesar de não ser considerado um grande pensador da relação sociedade x natureza, sua teoria do **apoio mútuo** ajudou a desconstruir a corrente darwinista social do evolucionismo<sup>18</sup>. Já Reclus, um dos precursores de uma Geografia contestadora na modernidade, apresentou um conceito de natureza ainda mais integrador. Na verdade, apresentou uma concepção de humanidade, colocando que o

<sup>17</sup> A esse respeito, Todd MAY (1995) faz reflexões bem interessantes, ao relacionar a obra dos pós-estruturalistas franceses (Foucault, Deleuze, Guattari e Lyotard) com uma filosofia anarquista contemporânea (ou pós-moderna).

<sup>18</sup> Na teoria do apoio mútuo, Kropotkin colocava que a idéia primordial de Darwin, onde a evolução se dava a partir da competição, não era válida para os indivíduos de mesma espécie. Segundo ele, a ajuda mútua, e não a competição, é que fez as espécies evoluírem ao longo da história da vida no planeta. Assim, não haveria como apresentar a dominação do homem pelo homem como justificativa para a evolução social, já que as classes sociais pertencem a uma mesma espécie animal, a humana.

homem “é a natureza tomando **consciência** de si própria”. Esta perspectiva rompe definitivamente com os paradigmas culturalistas e naturalistas, pois consegue dar resposta a uma das mais importantes discussões da questão ambiental – e talvez de toda a história do pensamento -, a que diz respeito à vinculação do homem com a natureza, e em que grau e em que contexto se dá esta vinculação.

De um modo geral, a concepção anarquista de natureza tende a não dissociar e desvincular a ação humana, sem, com isso, adotar uma postura naturalista ou determinista. Homem e natureza são vistos como complementares e interdependentes, sob uma ótica comum porém não homogênea. A diferenciação da espécie humana em relação às demais, seria o fato de, “por natureza”, **produzir cultura** (GONÇALVES, 1989). A consciência de si, apesar de ser considerado também como um fator diferenciador, não é atinente somente à espécie humana, uma vez que estudos indicam a possibilidade de outras espécies animais apresentarem a mesma característica. Contudo, a complexidade inerente ao conjunto das relações humanas (sociais, culturais, comportamentais, afetivas, sentimentais, políticas, etc.), o fato de gerar cultura (onde se incluem ciência e arte) e a possibilidade de transformar os próprios processos desencadeadores da vida diferenciam a espécie humana das demais. Uma leitura anárquica da relação homem-natureza (agora não mais representado com o “x” de “versus”) pressupõe, então, colocá-los em pé de igualdade, o que impede uma visão utilitarista ou de dominação por parte do homem. Ao mesmo tempo, esta igualdade não significa colocar a espécie humana com os mesmos atributos de outras espécies, homogeneizando-as. Para o anarquismo, a diferenciação do homem se dá em um plano horizontalizado, e não verticalizado ou hierarquizado.

A noção de ambiente, nesta mesma concepção, incorpora esse matiz horizontalizante e não homogeneizante. Há uma certa bagagem teórica e histórica que nos permite visualizar uma relação sedimentada entre anarquismo e ambiente. Esta relação remonta às origens do movimento ambientalista nos anos 60, à época chamado de movimento ecológico, cujo surgimento pode ser considerado um marco da transição para a pós-modernidade<sup>19</sup>. Neste sentido, a visão anarquista absorve uma série de características próprias das tendências pós-modernas. Além de ser entendido como complexo, o ambiente torna-se o lócus da diversidade

---

<sup>19</sup> O movimento ecológico, que teve forte ligação com os movimentos de contra-cultura surgidos nos anos 60 e 70, teve sua base de inspiração no livro de Henry Thoreau, chamado “Walden – ou a vida no bosque”, onde ele “conta suas experiências de se afastar das desventuras da vida moderna e ir morar isolado no bosque de Walden Pool, levando uma vida simples e em sintonia com a natureza” (CATTANEO, 2002).

e da diferença, duas premissas básicas do anarquismo. Como afirma BOOKCHIN, (1998, p. 351):

a sociedade anarquista tornou-se um pré-requisito para a prática dos princípios ecológicos. [...] Sintetizando a mensagem reformadora da ecologia, poderíamos afirmar que, se desejamos promover a unidade e a estabilidade do mundo natural, tornando-o mais harmonioso, precisaremos conservar e estimular a **variedade** [grifo meu]. Mas estimular a variedade pela variedade seria um objeto vazio. Na natureza, ela surge espontaneamente.

Esta análise de Bookchin sugere que a variedade e diversidade presentes no anarquismo enquanto propostas de organização da sociedade representam, genericamente, uma condição para a manutenção da **biodiversidade**. Segundo o autor, não há como distinguir entre estes termos, tanto no campo tido como social como no campo tido como natural.

Além disso, a questão ambiental adquire uma conotação política bastante forte na perspectiva anarquista. Isto porque tem sido tratada e colocada na maioria das vezes desde a esfera institucional e estatal. Como o ambiente é visto como algo além de um mero objeto, a crítica a este modelo aparece bem clara para os anarquistas. Nesse sentido, sua proposta ambiental pressupõe o fim da tecnocracia e a necessidade de participação direta dos atores envolvidos na questão, porém sem cair numa espécie de parlamentarismo ou democracia representativa na gestão do ambiente. Mais que participação, a perspectiva anarquista aponta para a auto-gestão, neste caso, uma auto-gestão ambiental.

Como forma de conclusão, caberia levantar que a concepção anarquista da questão ambiental não se inscreve epistemologicamente dentro dos paradigmas científicos da modernidade, baseados na razão cartesiana objetiva e disjuntiva. Na verdade, o “paradigma” anarquista do ambiente pressupõe a existência de outras matrizes de racionalidade, sejam elas científicas ou não. Neste campo, especificamente, a idéia de pluralismo metodológico parece demonstrar que o caminho para a construção de naturezas e de ambientes complexos, diversos, múltiplos e heterogêneos passa pela dimensão filosófica de unidade homem-natureza, a qual se torna possível a partir do conhecimento plural e de formas de pensar e agir não hierarquizadas e hierarquizantes.

CORRENTE	CONCEPÇÃO DE NATUREZA	CONCEPÇÃO DE AMBIENTE	PARADIGMA / CARACTERÍSTICAS
<b>Positivismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Externa ao homem.</li> <li>• Independe da sociedade / cultura.</li> <li>• É ou pode ser entendida como uma causa da organização social.</li> <li>• É “hostil” ao homem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meio-ambiente = natural.</li> <li>• Conjunto de fatores externos atuantes nos organismos biológicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Naturalismo.</li> <li>• Darwinismo.</li> <li>• Cartesianismo.</li> </ul>
<b>Neopositivismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Externa ao homem.</li> <li>• Possui estatuto próprio.</li> <li>• Funciona como uma máquina.</li> <li>• Pertence ao homem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meio-ambiente = natural.</li> <li>• Conjunto de fatores bióticos e abióticos do hábitat.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cartesianismo.</li> <li>• Quantificação / Modelos.</li> <li>• Teoria Geral dos Sistemas.</li> </ul>
<b>Materialismo Histórico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Externa ao homem.</li> <li>• Produzida e transformada pelo homem.</li> <li>• Recurso material.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meio-ambiente é reflexo do social.</li> <li>• Determinado pela história.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1ª e 2ª naturezas (Marx).</li> </ul>
<b>Materialismo Dialético</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Externa/Interna ao homem.</li> <li>• Transformada e transformadora.</li> <li>• Homem e natureza são partes de um mesmo movimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Meio-ambiente reflete e interage com o social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dialética da natureza (Engels).</li> </ul>
<b>Fenomenologia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interna ao homem.</li> <li>• É uma idéia, concepção.</li> <li>• Dimensão subjetiva / objetiva.</li> <li>• Apresenta-se no imaginário social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente que circunda.</li> <li>• Fruto da percepção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percepção.</li> <li>• Simbolismo.</li> <li>• Humanismo.</li> </ul>
<b>Pós-modernos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interna, externa e/ou igualada ao homem.</li> <li>• Transfigurada pela ação humana.</li> <li>• Tecnicada / artificializada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente complexo.</li> <li>• Inter, trans e multidisciplinar.</li> <li>• Ambiente como saber e como método.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexidade.</li> <li>• Hermenêutica.</li> </ul>
<b>Anarquismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Natureza = homem.</li> <li>• Homem é a natureza pensante e consciente de si.</li> <li>• Cultura como natureza do homem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ambiente da diversidade e da diferença.</li> <li>• Não pertence a instituições.</li> <li>• É mais participativo e menos técnico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Matriz de racionalidade diferente.</li> <li>• Auto-organização.</li> <li>• Pluralismo metodológico.</li> </ul>

**Quadro 1:** Resumo das correntes científicas e sua relação com a questão ambiental.

## **5. QUESTÃO AMBIENTAL E GRUPOS SOCIAIS**

Um dos objetivos deste trabalho consiste em relacionar as correntes de pensamento analisadas anteriormente com as posições assumidas pelos vários atores inseridos na temática do ambiente. Tal relação parte, na verdade, da necessidade de mostrar a diversidade de concepções sobre a questão ambiental, segundo os diferentes grupos sociais. Novamente, é preciso alertar para o risco de generalizações e simplificações. Não pretendemos ser inquisidores ou atuar como “juízes epistemológicos”, que definem em qual tendência se enquadra a visão de cada grupo analisado. Em primeiro lugar, esta análise não é e não pretende ser fechada e estanque, pois há uma complexidade e multiplicidade inerentes ao campo ambiental, que torna difícil as tentativas de interpretação e “enquadramento” de cada visão. Em segundo lugar, ela é feita a partir de **um** olhar, o qual, mesmo que tenha a contribuição e influência de outros olhares, tem suas limitações e pré-conceitos, e por isso não pode e nem pretende ser imparcial ou neutro. Além disso, é preciso fazer uma ressalva para o empirismo dessa análise, já que muitas das leituras abaixo descritas refletem em grande parte a experiência de convivência, debates e divergências que tivemos com indivíduos destes vários grupos.

### **5.1 A VISÃO DO PODER PÚBLICO**

Entendemos como poder público - para fins deste trabalho - o conjunto de instituições governamentais que tratam da temática ambiental. Inserem-se aí, também, aquelas que embora não sejam vinculadas à administração direta dos governos, têm reguladas as suas ações e deliberações pela mesma, como as agências de água, conselhos de meio-ambiente e comitês de bacia hidrográfica, por exemplo. Tais instituições assumiram para si a responsabilidade pelo que temos chamado de “agir ambiental”, ou seja, o conjunto de ações e políticas que dizem respeito aos problemas oriundos da relação de dominação entre homem e natureza e suas possíveis soluções. O que nos parece interessante, neste caso, é que esta



apropriação das questões ambientais não se deu ao acaso, ou no mesmo contexto histórico de criação de vários órgãos e empresas estatais, numa época em que o Estado tinha um papel fundamental como mantenedor da economia e, em alguns casos, era responsável pelo “bem-estar social” da população. A preocupação ambiental cresce no poder público já em um contexto neoliberal, onde são retiradas do Estado uma série de responsabilidades sociais e relativas à manutenção de suas empresas, e por isso o mesmo passa a ser visto apenas como regulador da economia.

A partir desta análise, concluímos que a opção pela criação de órgãos responsáveis pelo tratamento das questões ambientais não esteve necessariamente vinculada aos anseios populares ou à boa intenção dos governantes, como pretendem nos fazer acreditar uma série de ambientalistas orgulhosos e satisfeitos quando da criação de um órgão ambiental. Neste processo, há pelo menos dois momentos distintos que podemos identificar. O primeiro corresponde à apropriação parcial da temática ambiental quando esta era ainda conhecida como ecológica. Para responder às críticas e pressões do então nascente movimento ecológico, os governos criaram mecanismos de debate institucional da questão, vide a Conferência de Estocolmo (1972), delegando a órgãos como a ONU a responsabilidade por uma discussão a partir “de cima” (não por acaso o termo “cúpula” é usado para denominar suas reuniões). Era preciso “controlar” a contestação, e por isso ela foi incorporada ao meio institucional, pois representava, até certo ponto, uma ameaça à ordem vigente, já que suas críticas apontavam em grande parte para o modelo de sociedade baseado no consumo e na grande produção. Entretanto, a apropriação do discurso ecológico não se deu por completo neste primeiro momento, pois ainda havia grande resistência por parte de alguns setores estatais, ligados, na sua maioria, aos segmentos desenvolvimentistas e industriais. A superação desta resistência só se daria posteriormente, no segundo momento que identificamos no processo de apropriação do agir ambiental pelo poder público. Houve, de acordo com nosso entender, uma adaptação do capitalismo ao discurso e à crítica ecológica<sup>20</sup>, que mais uma vez foram incorporados, agora em sua plenitude, não só pelo Estado, mas pelas empresas que inclusive eram alvos da contestação ambientalista. A “Ecologia” (designada genericamente para denominar o conjunto de fatores e elementos relativos à questão ambiental) podia gerar lucros, não só econômicos, mas também políticos. Como a maioria dos ambientalistas, a esta época, apresentava uma visão restrita e pretensamente a-política sobre as soluções para os problemas ambientais, não foi difícil relacioná-las ao caminho institucional, público ou privado. Com isso, espalharam-se pelo país secretarias, fundações e

---

<sup>20</sup> Alguns autores denominam este processo e a sua forma resultante de “Capitalismo Verde”.

institutos voltados para a preservação do ambiente, nas esferas nacional, estadual e municipal. Era a inserção definitiva da questão ambiental na administração da máquina pública, ou, melhor dizendo, a apropriação definitiva do discurso ambientalista, agora polido e “politicamente correto”, pelos segmentos estatais.

Esta breve análise seria suficiente para deslegitimarmos, segundo nossa concepção, a perspectiva de superação da problemática ambiental advinda do poder público. No entanto, há ainda alguns elementos a considerar. Desde que houve a incorporação do prisma ambiental por este poder, sua atuação tem se pautado pela mediação e resolução dos problemas por meio da **técnica**. Não que isto represente um retrocesso na análise destes problemas, mas é o uso exclusivo da abordagem tecnicista que acaba gerando a chamada **tecnocracia ambientalista**. Esta perspectiva acaba excluindo de seu campo de visão várias outras leituras e interpretações possíveis, como a política e cultural, por exemplo.

Paralelamente a todo este processo, houve também uma apropriação teórica e conceitual dos temas relativos à natureza e ao ambiente. Se antes as instituições públicas já haviam tomado para si o “agir ambiental”, nesse momento houve, do mesmo modo, uma apropriação do “saber ambiental”, já que os próprios conceitos relativos à temática foram sendo definidos por leis, decretos e outros instrumentos de legitimação jurídica. A ciência e a academia passaram a não ter mais o monopólio da elaboração teórica e filosófica da questão ambiental. O próprio conceito de (meio)ambiente, por exemplo, foi definido por instrumentos jurídicos, a fim de que pudesse subsidiar as ações governamentais sem provocar muita discussão de ordem epistêmica. Isto porque se imaginava (e ainda imagina-se) que havia um senso comum com relação a tais definições e conceitos, geralmente derivados de leituras positivistas e neopositivistas do conhecimento científico.

É claro que estudos técnicos e científicos servem de base para a formulação e até aprovação das leis e outros instrumentos jurídicos e executivos que tratam da questão ambiental. Parece-nos, entretanto, que esse embasamento se resume a uma assimilação meramente elucidativa, pois não são absorvidas as questões fundantes e fundamentais de tais estudos e nem é discutida sua base teórico-metodológica. Claro que a administração pública e o parlamento não são os locais apropriados para essa discussão, mas fica difícil dissociar a teoria do conhecimento da visão ambiental do poder público. Na grande maioria das vezes, este poder assume a concepção de natureza externalizada, típica da ciência clássica e com forte inclinação ao biocentrismo. Não é por acaso, portanto, que desde a absorção da questão ambiental pela esfera governamental há uma tendência muito forte em excluir a ação humana

do seu campo de análise, ou no máximo adotar a visão naturalista de homem como “apenas” mais um elemento da natureza. Neste caso, o ambiente é “desmontado” analiticamente e toda a complexidade da vida humana é reduzida a uma variável, batizada de **ação antrópica**. Nos últimos tempos, contudo, a esfera social começa a ser vista com outros olhos nos estudos e políticas ambientais do setor público. De mero coadjuvante ou culpado pelos problemas de degradação, o homem passa a ser visto como ser social organizado, com suas particularidades culturais e regionais. Deste modo, o ambiente torna-se produto e produtor de particularidades sociais, e sua análise reflete a maior preocupação dos integrantes deste grupo com a variável social e/ou antropológica.

No entanto, esta mudança de postura com relação ao homem não se refletiu na prática da administração pública. Quase todas as decisões políticas referentes à área ambiental são tomadas de forma verticalizada, de “cima para baixo”, sem a participação da população que é direta ou indiretamente afetada. No caso das unidades de conservação, esta constatação torna-se ainda mais evidente. Este baixo índice de participação popular nas tomadas de decisões referentes à política do ambiente e da natureza faz com que surjam conflitos entre Estado/governo/órgãos e população, pois os pontos de vista geralmente são diferentes e muitas vezes contraditórios entre si. Como os órgãos têm a seu favor toda a máquina burocrática e repressora do Estado, quem normalmente sai prejudicada é a população ou comunidade afetada.

Este fato se torna mais grave quando percebemos que o próprio poder público coloca-se não só como o responsável pela integridade, proteção e conservação da natureza, mas como seu interlocutor. Isto se deve, em grande parte, pela concentração do “pensar” e do “agir” ambiental na esfera estatal. O pensamento inerente que existe nesse caso é mais ou menos o seguinte: “se sou seu responsável, posso falar em seu nome”<sup>21</sup>.

Como forma de síntese, podemos afirmar que a visão ambiental do poder público se insere, na grande maioria das vezes, em concepções positivistas e neopositivistas de método científico, conforme havíamos levantando anteriormente. As características dessas duas correntes se aproximam muito da prática governamental/legislativa/jurídica da questão ambiental. Deste modo, a visão do poder público não representa uma novidade de abordagem e nem uma perspectiva de ruptura com os paradigmas (ambientais e científicos) que estão postos na atualidade.

---

<sup>21</sup> Um exemplo dessa tentativa de interlocução da natureza está nos diversos meios de divulgação de vários órgãos ambientais, onde pode-se ler frases do tipo “A natureza agradece!” e outras do mesmo estilo.

## 5.2 A VISÃO DO SETOR PRIVADO

O setor privado corresponde, em nossa análise, ao conjunto de empresas que direta ou indiretamente atuam na temática ambiental. Assim como observamos no setor público, há dois momentos distintos no que se refere à sua relação com a questão ambiental. O primeiro momento caracteriza-se pela refutação deste setor pela problemática ambiental, denominada de ecológica na época em que se tornou difundida mundialmente. Os impasses com o movimento ecológico se davam sobretudo em função da contestação destes à sociedade de consumo. As empresas viam a causa ambiental como um empecilho ao seu crescimento. Além disso, o questionamento aos modelos de produção altamente poluentes adotados pelas fábricas, aliado à crítica ao uso indiscriminado da natureza como recurso, fez com que o setor fosse obrigado a investir no desenvolvimento de metodologias capazes de tornar sua produção e os efeitos associados menos impactantes. Neste sentido, a “ecologia” era algo negativo, pois fazia aumentar os custos, limitava o crescimento e representava, de certa forma, uma nova ameaça à ideologia liberal e à economia mercadológica. Não era uma ameaça como o comunismo, pois este representava uma contestação ao **modo de produção** capitalista, enquanto o movimento ecológico nasceu num contexto de crítica ao **modo de vida** originado pelo capitalismo.

Entretanto, esta fase de refutação às questões levantadas pelo movimento ambientalista não durou muito. Com o tempo, as empresas começaram a perceber que, na maioria dos casos, valia mais a pena pagar as multas e encargos ambientais que investir em tecnologias de produção alternativas ou então menos poluentes. Contudo, com a crescente popularização do debate ambiental, o setor privado foi notando que não seria interessante pagar os custos da degradação e ser visto como agressor do ambiente. Muitos empresários começaram a perceber que era necessário legitimar a produção e o consumo, sem no entanto deixar de levar em conta as diretrizes propugnadas, a esta altura, não só pelo movimento ambientalista, mas também pelos órgãos ambientais. Isto somente se daria com a adaptação e absorção de diversos parâmetros e soluções lançadas pelo ambientalismo. É neste contexto de “capitalismo verde” que identificamos o segundo momento da relação ambiente-setor privado. De ameaça ao crescimento, a problemática ambiental passa a ser vista como fonte de divisas. Um sem-número de técnicas, aparatos e instrumentos são elaborados e aplicados a fim de

alcançar um desenvolvimento que, teoricamente, não rume para a escassez dos recursos. A partir destas técnicas, como a reciclagem, por exemplo, as fábricas podem continuar a produzir e até lucrar com os novos processos. Mais que isso, o consumo em massa não é mais questionado e o setor pode continuar crescendo e se desenvolvendo, desde que de forma “sustentada”. Assim como ocorreu com o poder público, o discurso ambiental é apropriado e usado para fomentar a reprodução e expansão do setor. Neste segundo momento, entretanto, o discurso que é apropriado não foi criado na esfera social ou acadêmica, ele já nasce incorporado à cúpula do poder mundial, geralmente representante dos interesses privados de seus países. O melhor e mais clássico exemplo disto é o conceito de desenvolvimento sustentável - hoje largamente utilizado -, uma espécie de resposta capitalista às questões colocadas em pauta no início do movimento ecológico, como os “limites do crescimento” e a idéia de progresso a todo custo, por exemplo.

Atualmente, a questão ambiental continua lucrativa para grande parte das empresas, pois a absorção do ideário ambientalista gera “capital social”, principalmente para aquelas que se auto-declamam “amigas da natureza”, incluindo aí as que se enquadram nas normas “ISO 14000” e as que financiam a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN’s). Isto resume bem a transição que se efetuou na relação que estamos analisando: dos impasses iniciais com os ecologistas, a visão privada evolui para o apoio financeiro de projetos voltados à área ambiental. Mais do que financiar, surge mesmo um mercado que assume em parte o “agir ambiental”, evidenciado pela grande quantidade de empresas de consultoria criadas para atender a esta “demanda”.

De um modo geral, a visão filosófica de natureza e ambiente do setor privado é equivalente à do poder público, ou seja, vinculada às concepções positivistas e neopositivistas. A externalização da natureza e a noção de homem como agente predador e/ou elemento homogêneo na paisagem natural são características observáveis na produção e na postura das empresas voltadas a esta questão. A busca pela modelização e quantificação dos elementos do ambiente, entretanto, nos parece ainda mais marcante, uma vez que não há, no setor privado, qualquer preocupação de cunho social ou cultural na análise ambiental, a não ser que atenda aos interesses de quem contrata e está pagando o serviço prestado. Como o objetivo é o lucro, faz-se “o que o cliente pede”, mesmo que isso represente uma leitura da realidade considerada inadequada pela maioria. Assim sendo, concluímos que a visão aqui analisada também não representa uma ruptura ou avanço teórico-metodológico no trato da questão ambiental. Ao invés disso, insere-a numa perspectiva mercadológica, que tende a fechar ainda mais o espectro de leituras possíveis sobre tal questão.

### **5.3 A VISÃO DAS ONG'S AMBIENTALISTAS**

As organizações não-governamentais (ONG's) correspondem ao chamado terceiro setor. Elas não são empresas privadas e nem públicas. Talvez por isso herdem um pouco da visão de cada um destes setores. As ONG's têm muito de sua história vinculada à evolução da questão ambiental. Elas surgem para defender, entre outras causas, os interesses ecológicos a partir de um ângulo de fora do Estado, originadas em muitos casos da organização de grupos e tendências do próprio movimento ecológico. No entanto, mais do que uma tendência à autonomia, este caráter denota uma certa inspiração (neo)liberal no processo de estabelecimento destas organizações. A análise da evolução deste processo demonstra que, aos poucos, as ONG's foram apropriando-se do papel do governo e de algumas empresas no tratamento da questão ambiental. Isto fica explícito quando examinamos o grande número de projetos e trabalhos por elas desenvolvidos na temática relativa ao ambiente, atuando como consultoras ou mesmo planejando e gerindo espaços ecologicamente estratégicos, como as unidades de conservação.

Em que pese sua vocação para o voluntariado e suas perspectivas de transformação da sociedade, através da articulação entre os diferentes setores, sob a forma de “redes de movimentos sociais” (STROPPER, 2002, p. 10), as ONG's, na sua maioria, são muito vinculadas e mesmo financiadas por empresas que têm interesses especiais no campo de atuação da organização que financiam, afinal o “marketing ecológico” é um importante instrumento para conquistar consumidores preocupados com a variada gama de problemas ambientais na atualidade. Tal vinculação fica ainda mais clara quando percebemos que muitos empresários têm migrado seus negócios para o terceiro setor, exercendo muitas vezes a mesma atividade, com fins lucrativos, sob a forma de ONG's. Isto se deve ao fato de que estas organizações, embora formalmente legalizadas, gozam do status de filantrópicas e têm uma série de “regalias” tributárias, como a isenção de vários impostos. Além disso, seu caráter “pseudo-privado” faz com que muitas trabalhem com a estrutura organizativa de uma empresa, embora na sua origem a ONG sugeriria um modelo auto-organizativo.

Atualmente, as ONG's têm tido uma atuação mais do que relevante no que diz respeito à problemática ambiental. Seja como planejadoras ou executoras de ações ambientais, como produtoras de conhecimentos, estudos e pesquisas relativas ao ambiente ou ainda como

denunciadoras de condições específicas de poluição/degradação da natureza, elas estão presentes e muitas vezes inseridas nas várias esferas do poder. Isto faz apontar para uma multiplicidade de práticas nem sempre concordantes umas com as outras. Ao contrário, geralmente existem vários pontos discordantes, que na verdade indicam posturas e concepções diferentes. A título de exemplo, poderíamos citar os princípios e estratégias do WWF (*World Wildlife Fund*), um fundo para financiar projetos relativos à preservação; o *Earth First!* e o *Sea Shepard*, organizações vinculadas à escola da Ecologia Profunda e partidárias de atos de insubordinação e sabotagem; e o *Greenpeace*, maior ONG do mundo, que apresenta uma postura de denúncia permanente, adotando a estratégia da presença física de seus membros no momento em que ocorre ou vai ocorrer a degradação (STROPPER, 2002, p. 38). Estes são três exemplos de organizações bem distintas, seja nos seus objetivos, escalas, estratégias de atuação e concepções filosóficas orientadoras.

Apesar deste emaranhado de posturas, há tentativas de organização em redes que têm demonstrado o peso e a influência das ONG's nas tomadas de decisão sobre o ambiente. Em muitos casos, são elas próprias que acabam tomando a decisão. Não é possível dizer, no entanto, que as organizações não-governamentais se apropriaram do “agir ambiental”, uma vez que elas foram cunhadas justamente em função da demanda pela ação prática na área ambiental. O que é possível perceber e afirmar, é que as ONG's, mais do que o poder público, assumiram para si o cargo de **interlocutoras** da natureza e do ambiente.

De um modo geral, estas organizações também apresentam concepções positivistas e neopositivistas na leitura da questão ambiental, principalmente aquelas vinculadas à corrente do ambientalismo clássico, onde se sobrepõe a visão ecocêntrica do mundo. Contudo, há também algumas ONG's com certa base materialista histórica, tanto na leitura do ambiente como em seus propósitos de luta. Ainda assim, não consideramos ser este um conjunto que represente uma proposta inovadora ou capaz de subverter a lógica ambiental-capitalista que graça pela maioria de seus elementos. No campo filosófico-epistêmico, as ONG's só significarão ruptura quando atentarem para a multiplicidade de abordagens e leituras da questão ambiental, não na forma de agir sobre ela, mas na maneira de pensá-la e entendê-la.

#### **5.4 A VISÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Consideramos como movimentos sociais o conjunto de coletividades, grupos e demais movimentos surgidos a partir do questionamento do modo de vida predominante nas sociedades modernas ocidentais. Eles ganham força com a multiplicidade de contestações explicitadas no contexto de transição e crise social e paradigmática do final dos anos 60 e começo dos anos 70. O movimento ecológico, depois chamado de ambientalista, emerge a partir desta crise, e desencadeia uma história de lutas, conquistas e contradições que vieram a conformar a própria questão ambiental, principalmente no Brasil. Sabemos o quanto seus valores, princípios e objetivos variam e variaram ao longo de sua evolução, mas mesmo assim continua apresentando força e influência, mesmo que agora esteja diluído em várias esferas da sociedade.

No entanto, existem outros movimentos sociais, e cada um deles com uma visão específica da problemática ambiental. O interessante é que a maioria dos movimentos, por terem surgido e terem a razão de sua própria existência num quadro de contestação à ordem vigente, percebem a questão ambiental a partir de parâmetros diferentes dos outros grupos analisados até este momento. Os movimentos mais questionadores do modo de produção capitalista, como o sindical e o camponês, por exemplo, têm uma perspectiva que se aproxima muito do materialismo histórico, pelo menos no que diz respeito à opção política dos seguidores deste método. Os movimentos mais voltados à contestação de condições específicas de opressão, desigualdade e preconceito (como o movimento homossexual, negro, feminista, hip-hop e até mesmo o ecológico), apesar de também questionarem o capitalismo enquanto modo de produção, não necessariamente vêem a questão ambiental a partir de uma matriz materialista histórica e dialética. Supõem e até propõem novas/outras maneiras de assentar a discussão da natureza e ambiente em outros parâmetros. Essa multiplicidade é típica do período que temos chamado de pós-modernidade.

De um modo geral, os movimentos sociais, por serem diversos e apresentarem propostas complexas, representam uma descontinuidade na visão de questão ambiental. Alguns percebem o espectro ambiental somente como aliado ou mais uma frente de contestação e atuação. Há em outros, porém, a vontade mesma de re-escrever a noção de ambiente e natureza para uma forma mais harmoniosa de relação com o homem, seja por necessidade ou por utopia.



## 5.5 A VISÃO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS

O termo “populações tradicionais” é eminentemente polêmico, sendo questionado inclusive por nós. Para os objetivos desta análise, contudo, compreendemos como tradicionais aquelas populações que têm uma relação de dependência e vinculação explícita com o seu território. A origem deste termo provém da expressão “*indigenous people*”, cunhada pelos norte-americanos e mais uma vez importada pelos países pobres. Atualmente, tal termo recebe interpretações variadas e vem sendo usado cada vez mais freqüentemente pelos “atores” da questão ambiental, principalmente planejadores e legisladores.

A participação das populações tradicionais na problemática ambiental surge basicamente com os questionamentos do modelo de conservação baseado em unidades de conservação. Hoje em dia, há várias discussões pautadas no tema das populações tradicionais, inclusive com a realização de congressos científicos e seminários de pesquisa específicos sobre o tema. Entretanto, estas populações normalmente são vistas muito mais como elementos do que como agentes articuladores e transformadores dos seus ambientes e espaços. Parece-nos a reprodução, em parte, do “mito do bom selvagem”. Mesmo que já tenha ocorrido um significativo avanço nesta leitura, ela ainda está profundamente ligada a uma perspectiva puramente antropológica, muitas vezes a-histórica e sem conexão com a realidade opressiva que caracteriza a vivência cotidiana das comunidades, principalmente aquelas que estão localizadas no interior das UC’s. Nestas, os “humanos” muitas vezes tornam-se parte da atração, devido aos seus traços exóticos e à sua cultura peculiar.

Apesar deste quadro, a preocupação com as populações tradicionais já revela uma certa discordância com as concepções positivistas e neopositivistas da questão ambiental. Em alguns casos, se aproxima de uma perspectiva materialista e dialética. Em outros, a aproximação se faz por meio da fenomenologia. Algumas outras mesclam estas concepções, articulam-nas e aí temos alguns elementos estruturadores da pós-modernidade. Contudo, o que importa (ou deveria importar) é a visão da população, e não sobre ela. Aquelas tidas como tradicionais, na maioria dos casos percebem o ambiente e a natureza como partes de sua sociedade, e notam que a sua cultura está intimamente ligada aos hábitos/comportamentos naturais de onde vivem. Esta leitura destoa do naturalismo, pois se trata de uma visão bem mais orgânica e complexa.

Assim, as populações tradicionais, na sua maioria, vêem homem e natureza como partes integrantes de um mesmo todo. Isto rompe definitivamente com a maioria das concepções clássicas e disjuntivas, e se insere no rol de concepções que abrem a possibilidade da unidade social-natural/ambiental, como a fenomenologia, o anarquismo e algumas tendências tidas como pós-modernas. A classificação da visão das populações tradicionais, no entanto, não se torna o mais importante neste contexto. O que importa neste caso é que, junto com os movimentos sociais, estas populações apresentam (e representam) uma visão que vai além da racionalidade clássica e dá foco para outras “constelações de paradigmas”.

## **6. ÁREAS PROTEGIDAS E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL: IMPASSES E CONFLITOS**

A questão ambiental no Brasil muitas vezes se resume somente à preocupação com o binômio conservação/preservação. A partir disto, tem-se a adoção do modelo de áreas protegidas como estratégia de conservação da biodiversidade. No Brasil, as áreas protegidas são chamadas genericamente de unidades de conservação<sup>22</sup>. Este modelo, importado dos países ricos (DIEGUES, 2000a), acaba criando novas configurações do espaço geográfico e novas relações sociais entre as partes afetadas pela adoção do modelo. Criam-se impasses e conflitos, ao mesmo tempo em que se delineiam horizontes de revitalização e desenvolvimento econômico.

Como “lado positivo” desta estratégia de conservação, ter-se-ia a recuperação e valorização de espaços estagnados e/ou relegados, além da dinamização da economia dos locais de implementação das UC's, principalmente através dos investimentos em infraestrutura, comércio e serviços e do incremento turístico com o aporte de visitantes, no caso de se tratarem de unidades que permitam tal atividade. Nota-se, portanto, que são benefícios apenas do ponto de vista econômico, e mesmo assim controversos.

Já os impasses e conflitos se dão de várias maneiras e com diversos atores. Como na maioria das vezes a criação de uma UC se dá por decreto, abre-se a possibilidade de questionamentos por parte do setor privado, de ONG's, de movimentos sociais, inclusive do ambientalista, mas principalmente das populações ocupantes da área englobada pela unidade de conservação.

A origem destes questionamentos está no fato de que a política de criação, implantação e gestão das UC's é geralmente unilateral, pois representa somente um ponto de vista, o dos técnicos que trabalham nos órgãos ambientais. Isto demonstra o que MORSELLO (2001, p. 148) chamou de “participação passiva”. Neste sentido, fica claro que os conflitos não acontecem somente por causa dos aspectos administrativos, como demonstra a literatura a

---

<sup>22</sup> Existem outros tipos de áreas naturais protegidas, como as Áreas de Preservação Permanente, por exemplo.

respeito da questão. Na verdade, o histórico de criação das UC's mostra que o principal impasse é com as populações locais (não necessariamente tradicionais). No Brasil, até meados dos anos 60, as UC's eram criadas principalmente para proteger as belezas cênicas de locais específicos. Após os anos 70, com o início da chamada “efervescência ecológica”, as UC's passaram a ser criadas fundamentalmente em função de seus atributos ecológicos. Portanto, as populações ocupantes historicamente foram preteridas em nome da preocupação com a preservação da diversidade biológica. Isto pode ser comprovado analisando-se o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), cuja aprovação teve como principais pontos de controvérsia a proteção à diversidade cultural e a falta de referência à participação da sociedade no processo de criação e gestão das UC's (BRITO, 2000, p. 70).

Atualmente, os principais problemas das UC's brasileiras referem-se a estes quatro itens: a) falta de condições para sua efetiva implantação; b) indefinição quanto à propriedade das terras e desapropriações; c) contexto histórico da criação e conseqüente representatividade dos biomas e d) conflitos com as populações do interior e do entorno (BRITO, 2000, p. 74). A seguir, analisaremos melhor cada um deles, acrescentando idéias e comentários pessoais.

## **6.1 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS**

O primeiro item refere-se basicamente aos aspectos administrativos. O IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), atual órgão responsável pelas ações de planejamento e gestão do ambiente no Brasil, apresenta uma série de problemas organizacionais, o que não lhe permite uma efetiva descentralização e o sucesso de suas atribuições. Isto é reflexo, em parte, de sua origem advinda da “acomodação” de diferentes instituições (idem). Um segundo aspecto diz respeito à metodologia adotada na implantação das UC's, que não tem considerado a participação de todos os atores envolvidos. A alguns atores locais (principalmente moradores do interior e do entorno) geralmente são negadas as possibilidades de participação nos processos decisórios (não há democracia), assim como são subestimadas suas capacidades de atribuir valores estéticos e ecológicos considerados corretos pelos gestores da unidade (ibidem, p. 81).

## **6.2 QUESTÕES FUNDIÁRIAS**

O segundo item faz referência principalmente à questão da regularização fundiária, já que este é um problema recorrente desde o primeiro momento de criação de uma UC. Este é considerado um dos grandes problemas, pois parte-se do princípio que a efetiva conservação só se dá quando as propriedades estão sob o domínio exclusivo do poder público. Mas como juridicamente há uma série de instrumentos capazes de gerar ações de todas as partes envolvidas, a situação segue indefinida em muitos lugares há vários anos. Além disso, há os instrumentos de regulação do Estado, que muitas vezes fazem-se valer como instrumentos de “polícia administrativa”, como o zoneamento e o plano de manejo (na esfera do planejamento) e as multas, impedimentos, e negações de acesso a serviços básicos (na esfera da gestão).

## **6.3 HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DOS BIOMAS**

O terceiro item apontado diz respeito à representatividade dos biomas na rede brasileira de unidades de conservação, o que é explicado, em parte, pelo contexto histórico de criação das unidades. Para a análise deste contexto, associam-se as diferentes categorias de manejo às diferentes concepções econômicas, políticas e ecológicas da época em que surgiram. Ressaltamos, neste caso, as classificações propostas por QUINTÃO (1983, apud BRITO, 2000, p. 84) e pelo IBGE. Mesclando suas análises e acrescentando algumas observações, é possível afirmar que o processo histórico de criação das UC's no Brasil se deu em quatro etapas:

a) a primeira etapa compreende o período entre 1937 e meados da década de 50, englobando a criação do primeiro Parque Nacional (Itatiaia) e mais alguns do centro-sul do Brasil, como Iguaçu, Serra dos Órgãos, Tijuca, São Joaquim e Aparados da Serra. Sua criação esteve vinculada primordialmente com a beleza cênica que apresentavam. Nota-se que corresponde justamente à época do incremento do processo de industrialização e urbanização brasileiras, confirmando a hipótese de serem os Parques Nacionais refúgios ao estresse da vida urbana. Além disso, não pode-se deixar de notar que tais áreas também correspondem

àquelas onde haviam maior quantidade de informações e pressão dos conservacionistas (BRITO, 2000, p. 84).

b) a segunda etapa vai até o começo dos anos 70, época em que se dá a transferência da capital federal para o Centro-Oeste. A tônica de ocupação do oeste e norte brasileiros, a partir do avanço da fronteira agrícola e das frentes pioneiras, levando grande contingente populacional para estas regiões, impulsionou a criação não só de Parques Nacionais, mas também de reservas florestais. Entretanto, no período dos grandes projetos desenvolvimentistas, houve um evidente decréscimo no número de novas UC's, sendo que nenhuma chegou a ser criada de 1961 a 1970 (QUINTÃO, 1983, apud BRITO, 2000, p. 87).

c) a terceira etapa corresponde aos anos 70 e marca a entrada da Amazônia no universo das UC's, com a criação do primeiro Parque Nacional na região (P. N. da Amazônia, localizado no sudoeste do Pará), visto que o debate sobre o destino da região a esta época já estava posto. Também é nesse momento que surgem os primeiros debates sobre um sistema nacional de unidades de conservação, que deveria apresentar um maior rigor científico para a formulação de políticas de conservação dos recursos naturais e prever a representatividade dos diversos ecossistemas brasileiros em tais políticas. Assim, vê-se a criação de Reservas Biológicas, sobretudo na Amazônia, enquanto tem início o processo de regulamentação das UC's a partir do planejamento estratégico, mas que mesmo assim não impediu que muitas delas fossem criadas como resposta a situações específicas de pressão, oportunismo ou entusiasmo de alguns conservacionistas.

d) a quarta etapa inicia-se no fim dos anos 70 e perdura até os dias atuais, onde se deu a criação da maioria das UC's, concentradas sobretudo na Amazônia. O marco inicial é considerado o surgimento das categorias Estação Ecológica e Área de Proteção Ambiental. Entretanto, percebe-se que as unidades restritivas é que proliferaram na região amazônica<sup>23</sup>, ao passo que as APA's - de uso menos restrito, já que permitem a permanência da população – foram criadas em outros locais, principalmente no centro-sul. Cabe ressaltar a perspectiva turística que tem orientado a política conservacionista atualmente, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo, indicando que o “ecoturismo” é que vem “dando as cartas” quando se trata de conservação e preservação.

---

<sup>23</sup> Há que se fazer a exceção às Reservas Extrativistas, criadas a partir de meados da década de 80, que conseguiram, de certa forma, abarcar a situação de comunidades que viviam da floresta, sobretudo seringueiros, e portanto são atualmente enquadradas como “categorias de uso sustentável”.

Todo este processo casuístico de criação das UC's no Brasil, onde, dependendo do momento histórico, alguns aspectos eram favorecidos, aliado à tônica entusiasta/oportunista de alguns grupos ditos conservacionistas (organizados ou não), fez com que houvesse uma disparidade na distribuição das UC's pelos biomas e ecossistemas brasileiros. Assim, a Amazônia e a Mata Atlântica ocupam os primeiros lugares em termos de quantidade de UC's, sejam elas restritivas ou não. Em termos de área e percentual do bioma "protegido", a Amazônia encontra-se muito distante em primeiro lugar, deixando ecossistemas importantes como o Cerrado, a Caatinga e os domínios campestres, entre outros, com um percentual bem inferior em termos de áreas protegidas. Mais do que um desajuste entre políticas de conservação, esta disparidade reflete um modo de ver essa estratégia pelo seu viés mais puritano: o de que são as **florestas** que regem a dinâmica da natureza. A par de inserir o elemento biodiversidade como critério fundamental para escolha de áreas onde haverá implementação de novas UC's, o fato de valorizar as áreas de mata em detrimento de áreas de campo, por exemplo, revela toda a carga ideológica dos países imperialistas de clima temperado, que nos deixaram a noção de que a "mata virgem" é uma das melhores representações de mundo natural, uma vez que tudo que está nela presente ou a ela pertence é tido como selvagem, próprio da selva, conseqüentemente pertencente a um mundo não-humano, vazio e passível de ser apropriado e controlado. Não é por acaso, portanto, que alguns órgãos responsáveis pelas unidades de conservação no Brasil levam termos relativos à "florestas" até no nome, como o Instituto Florestal (no caso do estado de São Paulo) e o Instituto Estadual de Florestas (no caso do estado do Rio de Janeiro).

#### 6.4 CONFLITOS COM POPULAÇÕES DO INTERIOR E ENTORNO

Este quarto e último item refere-se a um dos pontos centrais deste trabalho. Os problemas das UC's com as populações que as ocupam são de diversas ordens e características. É notoriamente sabido que quase a totalidade destas unidades têm moradores em seu interior, e quando não os tem, os impasses passam a se refletir na comunidade do entorno, que muitas vezes é diretamente afetada pelas políticas e planejamentos orientadores de sua criação e implementação. Deste modo, aparecem impasses relativos ao uso do solo, à atividade agropecuária e extrativa, à utilização dos recursos hídricos, à caça, pesca e

exploração vegetal, à construção de moradias ou benfeitorias e, claro, à própria permanência da população.

Em nível internacional, o reconhecimento de problemas com as populações fica estabelecido desde 1972, quando a 11ª Assembléia Geral da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), realizada em Banff, no Canadá, incorporou ao princípio de zoneamento de parques a existência de comunidades humanas em seus interiores. Apesar deste reconhecimento de sua existência, estas comunidades poderiam ser expulsas em prol da conservação do meio natural. Em 1982, no 3º Congresso Mundial de Parques, em Bali, na Indonésia, as preocupações com os moradores de características culturais específicas ficam mais claras, e são reconhecidos e afirmados seus direitos, mas desde que não afetem a “integridade ecológica” da área onde estão inseridos. No final dos anos 80, a preocupação com as comunidades e a influência das experiências de outros países que destoavam, em certa medida, do modelo estadunidense de parques, fez com que houvesse uma evolução no conceito dos mesmos e surgissem novas categorias de manejo. Em 1992, o 4º Congresso Mundial de Parques (Caracas, Venezuela) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) ratificaram a necessidade de assegurar os direitos dos “povos indígenas”<sup>24</sup>, pois o destino e conseqüentemente o sucesso da proteção estariam ligados às populações locais.

No Brasil, a realização de eventos ligados especificamente à relação entre população e áreas protegidas, como o Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação, realizado em Brasília, em 1996, parece demonstrar que atualmente existe uma absorção da idéia de que é importante manter as comunidades tradicionais nas UC’s, pois foi justamente a partir de sua presença que algumas áreas foram em parte preservadas, já que a partir de sua expulsão o processo degradatório acelerou-se.

Nota-se, entretanto, que tal reconhecimento é válido somente para populações tidas como tradicionais. Além disso, esta visão eminentemente antropológica, por mais que signifique um avanço no que diz respeito à manutenção das populações nas áreas das UC’s, não significa necessariamente sua participação nos processos de implementação e gestão das mesmas. Como nos diz BRITO (2000, p. 214),

---

<sup>24</sup> Tradução literal para “*Indigenous people*”.



Normalmente, a população não é informada adequadamente da existência ou do significado da presença de uma unidade de conservação. Seu tempo para entendimento, seus direitos e suas linguagens muitas vezes deixam de ser respeitados, mesmo que exista, entre alguns dos técnicos envolvidos na questão, maior sensibilidade para este problema. Eventualmente, quando se pretende dar algum caráter participativo à criação ou gestão das unidades, é “permitido” à população que tome conhecimento do que se planejou para a área. Todavia, mesmo que os interessados procurem participar, quase sempre seu instrumental intelectual é insuficiente para que compreendam *in totum* o que se está pretendendo. Por isso, a participação deixa de ter significado para a população e para o próprio futuro da unidade.

E segue:

Essa criação [das unidades] tem significado: delimitar uma determinada área, remover a população eventualmente residente e, passar a controlar ou impedir o acesso e a utilização da unidade criada. Para a população regional local, não raro a criação de unidades é vista como uma decisão unilateral do governo que, não só interfere diretamente na sua dinâmica socioeconômica e cultural, como a penaliza. Neste contexto, as unidades acabam sendo consideradas “corpos estranhos ao tecido da paisagem regional”, gerando ações de resistência, por parte da população afetada, e posturas de desconfiança por parte dos administradores das áreas (idem).

Estas considerações refletem, em parte, o conjunto de problemas originados a partir da criação e estabelecimento de áreas protegidas. Isto porque outros poderiam ser acrescentados, como a questão da homogeneização das comunidades e da dominação a que geralmente são submetidas por se tratarem de populações rurais. Mesmo que sejam reconhecidos a sua existência e seus direitos, as comunidades do interior das unidades são quase sempre analisadas a partir de um ponto de vista pré-concebido, que não vislumbra as diferenças existentes dentre e entre as mesmas. Na grande maioria dos casos, sua heterogeneidade é relegada a um mero dado quantitativo, o que caracteriza uma análise tecnicista, preconceituosa e unificadora. Além do mais, o meio rural historicamente tem sido “comandado” pelo meio urbano. Esta submissão do campo à cidade, há muito estudada por autores de dentro e de fora da Geografia, parece demonstrar, em termos, a ideologia que deu origem à formação de áreas protegidas, uma vez que tais áreas surgiram em função de uma

“necessidade” urbana, pois serviriam como espaço de lazer, contemplação e descanso do estresse próprio das cidades.

Na verdade, o cerne da questão encontra-se na concepção filosófica e epistêmica presentes na estratégia de conservação da natureza baseada no modelo de unidades de conservação. Tal concepção, como já havíamos afirmado, tende a dicotomizar homem e natureza, hierarquizando as relações e classificando, de forma estanque, os elementos humanos e naturais.

Esta análise da situação das UC's brasileiras e seus conflitos, impasses e demais problemas, embora não tenha sido efetuada de uma maneira profunda, nos demonstra que, tanto no Brasil como na maioria dos países subdesenvolvidos, predomina a visão neopositivista de que a realidade local tem que se adaptar aos conceitos. No caso das UC's, estes conceitos prontos é que geram a maioria dos problemas, já que uma abordagem mais transformadora e que pretendesse causar menos problemas, deveria adaptar os conceitos à realidade. Por enquanto, os conceitos viram leis e decretos e continuam a gerar toda essa situação delicada e conflitante com as populações locais.

## **7. O CASO DO PARQUE NACIONAL DOS APARADOS DA SERRA**

Um dos locais onde o conflito entre Estado e população se torna mais visível é o Parque Nacional dos Aparados da Serra (PNAS), localizado na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (**anexo 1 - mapa 1**). Este parque, criado em 1959 para proteger as espécies nativas de pinheiro (Araucária) e conservar a beleza cênica da região, apresenta características peculiares no que diz respeito tanto aos seus atributos fisiográficos quanto à sua ocupação humana. Contando com uma população de origem luso-brasileira, mas miscigenada com imigrantes italianos que ocuparam posteriormente a região, o parque abrange uma diversidade de culturas incomum em áreas declaradas de preservação. Culturas distintas, mas que forjam uma identidade singular quando o assunto é território.

A beleza paisagística do local refere-se fundamentalmente ao conjunto de canyons existentes na região, do qual o mais famoso se chama Itaimbézinho<sup>25</sup>. O parque abrange dois domínios fisiográficos distintos: um caracterizado pela vegetação de campo com capões de araucária intercalados, localizado na parte de cima do Planalto Meridional brasileiro, e outro evidenciado pela presença da Mata Atlântica, situado na escarpa deste planalto, fazendo a transição para a Planície Costeira. Aliás, uma das principais características do parque é justamente esta escarpa abrupta, originada a partir da separação dos continentes sul-americano e africano na era mesozóica, associada ao diaclasamento próprio das rochas vulcânicas formadoras do planalto. Este processo, aliado à erosão remontante dos cursos d'água que se estabeleceram nas fraturas destas rochas, formou os vales e canyons existentes ao longo da escarpa (**anexo 2 - carta-imagem 1**).

A problemática do parque, envolvendo os moradores, já é bastante conhecida, devido à sua antiguidade e divulgação pela imprensa. Aos poucos, foram se inserindo a ela novos elementos. Atualmente, é a especulação turística que se sobrepõe à preocupação ambiental, passando a “dar as cartas” no processo de gestão do parque. No meio disso, e sofrendo as conseqüências, ficam os moradores, geralmente antigos e sem muitos recursos financeiros,

---

<sup>25</sup> “Itaimbé”, na linguagem indígena, significa “pedra afiada”.

quer para se sustentar, quer para contestar judicialmente as ações promovidas pelo IBAMA - o órgão responsável -, uma vez que o parque prevê a sua saída e restringe suas atividades.

## 7.1 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO

A ocupação humana da área que hoje compreende o Parque Nacional dos Aparados da Serra, localizado nos municípios de Cambará do Sul (RS) e Praia Grande (SC), remonta aos grupos indígenas que ali estabeleceram suas bases territoriais, ainda antes da chegada dos colonizadores portugueses. À época, o principal grupo presente na área refere-se ao hoje classificado (por etnia e tronco lingüístico) como grupo “Jê”, do qual o povo mais conhecido (em nível nacional) é o Caingangue, e cujos descendentes diretos são ainda hoje chamados de bugres pelos moradores da região. Com a chegada dos portugueses, iniciou-se um processo de diferenciação gradual da ocupação e uso das terras. Enquanto a parte de cima do planalto (também conhecida como “campos de cima da serra”) servia de rota para as tropas de mulas já no Séc. XVIII, a parte de baixo (área de domínio da Mata Atlântica) permanecia sem uma ocupação mais efetiva, até que mais tarde começou a servir de espaço para as colônias e sua expansão pela encosta do planalto. A parte de cima, em contrapartida, viu a formação dos pequenos núcleos urbanos originados a partir dos pontos de parada dos tropeiros (como São Francisco de Paula e Cambará do Sul), e teve suas terras ocupadas por fazendas e propriedades típicas do desmembramento das antigas sesmarias.

Como causa e conseqüência deste processo de ocupação, temos a criação de gado como principal atividade na “parte alta” da região dos Aparados da Serra, já que a vegetação campestre e o solo raso e pobre não favorecem o cultivo de lavouras, ao contrário da “parte baixa”, onde as condições de solo relativamente melhores serviram de base para a expansão agrícola nas colônias e pequenas propriedades, cujas lavouras avançaram por sobre os domínios da Mata Atlântica, indo algumas vezes até onde o limite da encosta permitia o cultivo. Afora as demais atividades que se realizaram ou ainda se realizam na área (como a extração de madeira, a coleta de pinhão, o “beneficiamento” da lã de ovelha, a apicultura, etc.), podemos afirmar que a pecuária é característica da “parte alta” e a agricultura é a atividade típica da “parte baixa”.

## 7.2 IDENTIDADE TERRITORIAL

A forma diferenciada de ocupação gerou modos de vida rurais bastante peculiares, não só pelas características paisagísticas, morfológicas e climáticas da região (o que por si só já garantiria um tom de diferenciação em relação a outras áreas), mas a distinção entre estes dois domínios (parte alta e parte baixa) garantiu processos de integração e identificação diferenciados, porém ao mesmo tempo singulares. Se for verdade que as atividades distintas acabaram por gerar modos de vida relativamente diferentes, é verdade também que a integração - oriunda principalmente dos processos de troca comercial e dos excedentes produzidos, além das relações sociais e familiares - originou uma identidade social bem marcada, manifestada territorialmente nos sentimentos e significados que ambos grupos de moradores dão ao lugar onde nasceram e sempre viveram. “Pertencer”, “viver” e “ser” do Itaimbézinho são sentimentos comuns tanto entre os moradores de cima como os de baixo.

*“A gente mora aqui desde que nasceu. Me criei correndo por esses campo... Nas férias a gente descia a serra a cavalo e ia veraniá na casa dos tio ali na Praia Grande. Era aquele mundaréu de primo brincando junto e ajudando os mais velho nas lida do dia-a-dia... Sempre que dava e precisava, nós descia o Teimbé... Tinha vez que a gente ajudava e hospedava os viajante que vinha pra cá, pra conhecer esses perau aí, que sempre foi muito lindo, né?... Não consigo me vê longe deles. Essa serra é minha vida...” (morador do Parque Nacional dos Aparados da Serra, entrevistado em setembro de 2002).*

Esta identidade territorial fica evidente quando se identificam os valores e princípios que a norteiam. A identificação mais forte, tanto individual como coletiva, não advém do fato de ser produtor rural, camponês, agricultor, pecuarista, campeiro, criador ou qualquer outro termo advindo do meio rural, mas sim da adjetivação vinculada com o lugar específico onde vivem e se relacionam entre si e com o meio que os cerca. Isto fica ainda mais claro quando se percebe uma espécie de irrelevância ao fato de ser gaúcho ou catarinense ou de ter nascido em Cambará ou na Praia Grande. Independente dos limites administrativos que o Estado impôs na cartografia da região, o que parece importante é o fato de ser dos Aparados da Serra. Além disso, há ainda a identidade com os elementos naturais e paisagísticos peculiares que compõem a região. Tal peculiaridade é ressaltada justamente nos objetivos de criação do

Parque, e serve de motivo para justificar a implantação do mesmo, sem a presença dos moradores. Se esse caráter singular que a região apresenta merece atenção especial por ser único, por que não haveria de ser único, singular e especial também para as pessoas que lá vivem há anos? Deste modo, não há como justificar que a simples transferência para outra área possa manter o modo de vida dos moradores, já que este está profundamente arraigado com o local onde construíram suas relações sociais e territoriais, tanto concreta quanto simbolicamente. Neste caso, o espaço dos Aparados se apresenta também de forma onipresente no imaginário da população local, uma vez que condensa a memória e as histórias de vida da mesma.

*“Aquilo lá é um langanho! [referindo-se ao canyon]. Quantas vez já perdi várias cabeça de gado naquele buraco dos inferno!... Já hospedei e conheci muita gente por causa do perau, mas também já tive muito prejuízo com meus boi que volta e meia caía lá embaixo... E depois que caiu tá morto, não tem mais como buscá...”*  
(morador do Parque Nacional dos Aparados da Serra, entrevistado em setembro de 2002).

### 7.3 IMPASSES E CONFLITOS

Os primeiros impasses relativos à implantação do parque datam de uma época anterior à sua criação. As pesquisas do padre Balduino Rambo, naturalista que viajou pelo Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50, influenciaram o sentimento de preservação das “belezas naturais” na sociedade urbana da época. Foi a partir das denúncias do próprio Padre Rambo sobre a presença de várias serrarias na região<sup>26</sup> que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul intentou criar um “Parque Natural”, que ao mesmo tempo protegeria as belezas naturais e resguardaria os últimos exemplares da mata nativa, principalmente o pinheiro conhecido como Araucária. A essa época, as serrarias, fundadas principalmente por alguns imigrantes de origem italiana, estavam a todo vapor, inclusive tendo como empregados trabalhadores antes vinculados à pecuária extensiva. Assim, em 1957 o Governo Estadual declara de utilidade

<sup>26</sup> É interessante observar que há no imaginário da população local a crença em uma espécie de “maldição” deixada pelo padre. Segundo alguns dos moradores mais antigos, foi a partir do resgate do fundo do Itaimbézinho - quando realizava suas pesquisas e lá acidentou-se - que começou a “incomodação” com os órgãos de governo, relativa à sua saída da área.

pública<sup>27</sup>, para fins de desapropriação, uma área de 13.000 hectares no então município de São Francisco de Paula (IBDF, 198-, p. 15). Dois anos depois, é o Governo Federal que lança mão de um decreto<sup>28</sup> para criar o Parque Nacional de Aparados da Serra, destinando para uso público a mesma área de 13.000 hectares. Tal decreto previa a desapropriação judicial e/ou a compra das terras particulares integrantes da área, que à época englobava somente a parte de cima do planalto (portanto apenas no estado do RS), abrangendo as áreas de campo ocupadas por criadores de gado e as áreas utilizadas pelas serrarias. Como conseqüências iniciais destes decretos, houve o fechamento das serrarias e a proibição da venda dos pinheiros, gerando os primeiros impasses na região.

É, no entanto, na década de sessenta que os impasses ficam mais evidentes. Já no ano de 1960, a Procuradoria Geral da República, com base nos dois decretos, inicia uma ação de desapropriação contra parte das famílias que ocupavam os peraus<sup>29</sup>. A partir daí, várias ações judiciais são protocoladas, a maioria por parte dos moradores, questionando a não individualização da área de cada proprietário e principalmente o valor oferecido às terras pelo Governo, muito inferior ao preço real, no entender dos mesmos. Deste modo, uma intensa batalha judicial se desenvolve no decorrer da década, resultando apenas em algumas desapropriações e a instalação, por iniciativa do SETUR (Serviço Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul), de uma hospedaria e um restaurante na beirada do canyon, posteriormente conveniados com o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão antecessor do IBAMA) e concedidos para a exploração da Prefeitura Municipal de Cambará do Sul.

Até 1972, somente 1.800 hectares haviam sido desapropriados. Nesse ano, um novo decreto<sup>30</sup> altera os limites do parque, que passa a abranger também as áreas da escarpa do planalto, já em solo catarinense. Tais áreas, recobertas originalmente pela Mata Atlântica, eram (e ainda são) ocupadas por famílias de agricultores, o que veio a tornar ainda mais problemática a questão da situação fundiária do parque e a relação dos agentes do Governo com a população local, agora acrescida de novos atores, com outros modos de ocupação.

Durante estas duas primeiras décadas, o parque permaneceu em estado latente, sem uma delimitação precisa e nem cadastramento dos moradores (BRUSTOLIN, 2003a, p.12). O

<sup>27</sup> Através do Decreto Estadual nº 8.406, de 15 de dezembro de 1957.

<sup>28</sup> Decreto Federal nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959.

<sup>29</sup> A desapropriação proposta pela PGR previa a divisão da área em cinco lotes de propriedades, começando com as áreas mais próximas à borda do Canyon Itaimbézinho, que, apesar de não ser o maior e nem o mais belo dos canyons da região, ficou mais conhecido em função da existência de uma estrada ligando as áreas urbanas de São Francisco de Paula (RS) e Praia Grande (SC), que passava a poucos metros da beira do canyon. Atualmente a estrada tem acesso restrito aos funcionários do parque.

<sup>30</sup> Decreto Federal nº 70.296, de 17 de março de 1972.

cadastroamento oficial dos moradores (com a finalidade lógica da desapropriação) só começou em 1978, fato que levou a uma reação mais enfática por parte de alguns deles. A partir desta data, até a primeira metade da década de oitenta, iniciam-se estudos mais sistemáticos sobre os diversos aspectos naturais da região, a fim de subsidiar o plano de manejo do parque. Nesta mesma época, começa-se um novo ciclo de negociação das terras, agora mais direta, o que rendeu ao Estado a compra de cerca de 80 propriedades, somando uma área aproximada de 5.800 hectares. No entanto, de janeiro de 1984 até o ano de 2002, não houve mais compras ou desapropriações. Neste meio-tempo, porém, o IBAMA sugeriu e o Governo decretou, em 1992, a criação do Parque Nacional da Serra Geral<sup>31</sup>, nas áreas contíguas ao Parque dos Aparados da Serra. Este novo parque tinha por objetivo proteger uma área maior da escarpa do planalto, incluindo vários outros canyons, além de servir como uma espécie de “escudo protetor” do Parque dos Aparados.

Em 1996 o parque foi fechado à visitação, para realizar uma reforma completa na estrutura de atendimento e visitação e também nas instalações. Tal reforma durou aproximadamente dois anos e inseriu o parque nos padrões estadunidenses de conforto e serviços aos visitantes, mas não extinguiu a problemática em torno da presença de moradores. Atualmente, muitos deles já saíram, mas a batalha judicial e extra-judicial continua intensa. O IBAMA faz uma grande pressão e restringe as atividades dos moradores que ficaram na área do parque, usando instrumentos jurídicos (como as multas) e simbólicos (como o fato de os funcionários andarem armados).

*“Eles chegam com as caminhonete, entra e nem pede licença. Já vai logo descendo com as espingarda em punho. Pra quê um negócio desse? Ninguém aqui é bandido... Eles querem é metê medo na gente, pra fazê a gente saí logo, e aí fica tudo pra eles. Aliás eles dizem que é deles, e nós é que tamo ilegal nas terra deles, por isso não pode fazê nada...”* (morador do Parque Nacional dos Aparados da Serra, entrevistado em setembro de 2002).

Este fato, evidenciado pelas falas de outros moradores, remete a uma série de reflexões a respeito da legitimidade do parque. Em trabalho sobre a construção das diferentes concepções de justiça dos moradores afetados pela criação do mesmo, BRUSTOLIN (2003a) analisa detalhadamente os sentimentos de (in)justiça colocados por quem está dentro ou já foi

---

<sup>31</sup> Decreto Federal nº 531, de 20 de maio de 1992.



desapropriado/expropriado da área. Sendo o parque um efetivo arbitrário, ele se traduz em uma espécie de “violência simbólica”. Além disso, o uso dessa força simbólica, através dos vários instrumentos (cercas, placas de sinalização e proibição, papéis timbrados nas notificações, insígnias nos trajes dos funcionários, etc.), faz criar uma **conformação subjetiva** do parque, que a discussão oficializada não consegue abarcar, fazendo com que os moradores sintam-se destituídos do poder de participação e conformem-se com a situação de retirada e/ou restrições às suas atividades. Neste sentido, sua percepção é de que não há nada a fazer, a não ser esperar pela desapropriação. Nesta espera, entretanto, criam-se uma série de angústias e indignações, pois várias atividades a eles proibidas são realizadas pelo IBAMA, como o uso da luz elétrica e melhorias nas instalações, por exemplo.

Deparando-se cotidianamente com a ‘questão ambiental’ na forma de restrições às suas práticas, os moradores, ao sugerirem como pensar a respeito dessa questão, arrolam situações contraditórias onde se perguntam: se a questão é preservar, porque atividades que nos são proibidas eles podem fazer? Pode-se observar isto em vários discursos, como nos casos de proprietários que foram multados ou impedidos de colocarem a luz elétrica nas suas casas. (BRUSTOLIN, 2003b, p. 5)

Para a autora, é importante observar os sentidos de justiça vistos de dentro do parque. Há uma série de restrições, leis e outros tipos de repressão que refletem somente **um** sentido de justiça - o dos atores que ensejam a legitimação do parque.

Esta conformação subjetiva, já arraigada no pensamento dos moradores, parece explicar a falta de perspectiva dos mesmos em relação a uma postura de luta organizada, que pudesse se dar fora da esfera jurídica. Pelo contrário, depois de tanto tempo com as restrições impostas pelo IBAMA (como o fato de não poder criar o gado, realizar queimadas, coletar tocos de árvores para fazer uma cerca, pintar ou arrumar as tábuas da parede de sua casa, etc.), alguns moradores pensam mesmo em deixar o local, apenas esperando uma indenização com valor justo e que realmente seja paga.

*“Se eles pagá direito eu saio... Não quero mais sabê de incomodação com os IBAMA. Ninguém é contra o parque, mas não deixam a gente nem arrumá o telhado! Que diferença vai fazê isso pra eles?... Se eu trocá uma tábua do chão, prá não caí de madrugada, eles vem aqui e me multam... Então eu não quero vivê*

*assim. Eu quero saí. É só eles me dá o dinheiro, e dá o que vale a terra...”* (morador do Parque Nacional dos Aparados da Serra, entrevistado em setembro de 2002).

Em que pese este fator, a maioria dos moradores diz não se posicionar contra a existência do parque. O que se percebe nitidamente, contudo, é a visão diferenciada que possuem de natureza e ambiente e a melhor forma de realizar a sua conservação, o que obviamente não confere com a visão dos técnicos e responsáveis pelo parque.

*“Ninguém aqui é contra o parque, mas eles proíbe tudo que a gente faz e que tem que fazê. Pra podê criá o gado, por exemplo, tem que soltá o gado pelo campo. Tem que queimá o campo, tem que limpá a área pra podê tê alguma coisa, por que aí o campo vem mais forte, mais bonito... Esse pessoal do IBAMA, que proíbe a gente de fazê a queima, eles não vê que a queimada é bom, é bom pra natureza!... Se tu não queima o campo, uma queima controlada, ele fica sujo e cheio de capim. E aí se dá um incêndio, não tem como controlá, queima tudo de uma vez, mato, bicho, tudo que tivé lá... Se queimá controlado, como nós fazia, ajuda a natureza, porque daí não tem como tê incêndio...”* (morador do Parque Nacional dos Aparados da Serra, entrevistado em setembro de 2002).

Além disso, verifica-se que o processo de expulsão dos moradores, mesmo que para alguns ainda não tenha sido efetivamente concretizado, se revela na perda simbólica do território, em função das restrições e repressões ao seu modo de vida. Há, de certa forma, uma **des-territorialização** desta população, mesmo que continue vivendo no mesmo lugar.

## **8. O CASO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR – NÚCLEO PICINGUABA E RESERVA ECOLÓGICA DA JUATINGA**

Outro exemplo marcante de impasse entre população e legislação/prática ambiental se dá nas unidades de conservação existentes ao longo do domínio de ocupação da população caiçara, que corresponde a uma grande porção da Mata Atlântica. Existe um relativo número de estudos de diferentes enfoques sobre a relação nem sempre amigável entre os caiçaras e as UC's. Além disso, a própria bibliografia sobre as comunidades caiçaras, tidas como tradicionais, é vasta e ampla. Entre as várias unidades localizadas em seu território, que se estende do litoral sul do estado do Rio de Janeiro ao litoral norte do estado do Paraná, optamos por escolher duas, que contavam com algumas publicações que dariam um bom suporte à análise proposta. Na região onde se localizam (litoral norte de São Paulo, município de Ubatuba, e litoral sul do Rio de Janeiro, município de Parati), sobrepõem-se parcialmente quatro UC's, de diferentes categorias e sob controle de diferentes órgãos. São dois parques e uma reserva ecológica (categorias de proteção integral), e uma área de proteção ambiental (categoria de uso sustentável), quais sejam:

a) Parque Nacional da Serra da Bocaina, que neste trecho se estende até o mar, englobando a Praia do Cachadaço, a mais ao sul do litoral fluminense, próximo à vila de Trindade (em Parati), além das áreas de encostas vegetadas correspondentes, tanto no estado de São Paulo como no estado do Rio de Janeiro (**anexo 7 – croqui 2**). Trata-se de uma UC federal sob responsabilidade direta do IBAMA, órgão ambiental do governo brasileiro.

b) Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba, que abrange todo o litoral norte do município de Ubatuba, o mais setentrional do litoral paulista, englobando várias praias e também as encostas da Serra do Mar nessa região (**anexo 4 – imagem 1**). É uma UC estadual de responsabilidade do Instituto Florestal (IF), órgão do Governo do Estado de São Paulo.

c) Reserva Ecológica da Juatinga, que se localiza numa península com várias praias, enseadas, costões e promontórios, ao sul do município de Parati, litoral sul fluminense (**anexo**

**6 – carta-imagem 3**). Também é estadual, sob responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão vinculado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

d) Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, que engloba toda a metade sul do município de Parati (**anexo 7 – mapa 2**), incluindo toda a área da Reserva Ecológica da Juatinga e as áreas ao redor, com vários núcleos urbanos, praias, áreas rurais e até um núcleo oficialmente reconhecido como remanescente de quilombo (**anexo 5 – carta-imagem 2**). Esta APA é federal e portanto está vinculada ao IBAMA.

De acordo com os critérios que adotamos para definição das UC's a serem analisadas, optamos por escolher o Parque Estadual do Serra do Mar - Núcleo Picinguaba (PESM-NP) e a Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), por serem ambas unidades restritivas, de categorias diferentes, mas que instituíram em seus objetivos de criação a preservação da cultura caiçara.

O Parque Estadual da Serra do Mar constitui uma UC com 11 núcleos, dos quais um deles é o Núcleo Picinguaba, criado em 1979, com o objetivo de proteger o ecossistema da Mata Atlântica e preservar a cultura caiçara tradicional. Este é um dos únicos núcleos cujo limite chega até o mar. Não por acaso, sua principal atração está nas praias, que na maioria são cercadas por costões vegetados, tornando o cenário um dos mais belos do Brasil. A esta beleza, característica desta região do litoral brasileiro, somam-se as inúmeras atrações oferecidas pela vegetação densa e úmida da floresta tropical, como as trilhas, cachoeiras e mirantes (**anexo 3 – croqui 1**). Visto do mar, o conjunto de morros que compõem a serra apresenta-se como uma parede, que chega a atingir mais de mil metros de altitude. Além dos atrativos “naturais”, um dos pontos de maior atração para turistas é a “Casa de Farinha”, uma construção onde há algumas décadas funcionou um engenho de açúcar, movido por uma roda d'água, utilizada para movimentar seus aviamentos. Hoje a Casa de Farinha é aproveitada pelos moradores da comunidade rural de Sertão da Fazenda, onde se localiza. O turismo, aliás, pode ser considerado uma das principais características do parque, e os moradores se dividem quanto à sua validade. Enquanto alguns consideram uma boa alternativa de renda, outros vêem como uma ameaça ao seu modo de vida. Esta contradição também fica evidente na administração do parque, que vê a cultura caiçara como atração turística, mas ao mesmo tempo restringe muitas das suas práticas.

A Reserva Ecológica da Juatinga foi criada principalmente para preservar a biodiversidade da Mata Atlântica, mas, apesar de se enquadrar em uma categoria de proteção integral, também prevê a tentativa de preservação da cultura caiçara. As características

fisiográficas desta unidade são bem parecidas com as do PESM-NP, uma vez que estas duas unidades são bem próximas uma da outra. Uma diferença básica, porém, está na maior quantidade de enseadas e remansos existentes na REJ, o que de certa forma permitiu uma ocupação mais voltada para a diversidade de tipos de pesca e aquíicultura, já que o mar aberto não permite a maricultura<sup>32</sup> e a pesca do camarão, por exemplo, e dificulta a pesca artesanal em canoas. Uma outra característica – esta comum tanto à Juatinga quanto ao Núcleo Picinguaba – está na presença de vegetação de restingas e manguezais, estes associados a ambientes estuarinos e à foz dos cursos d’água que chegam até as praias. Na REJ existem doze núcleos de ocupação dos caiçaras, a maioria junto às praias e enseadas, com alguns de difícil acesso, sendo possível chegar até eles apenas por barcos ou em trilhas longas e com elevado grau de dificuldade. Nas praias em que o acesso é mais fácil, como a Praia do Sono, por exemplo, o turismo avança com grande força, alterando significativamente o modo de vida dos seus moradores. Por se tratar de uma Reserva Ecológica, o turismo não é incentivado como em um Parque. Entretanto, alguns fatores contribuem para que haja um incremento cada vez maior de turistas nas suas praias. Entre estes fatores, podemos citar a presença do Condomínio Laranjeiras, um bairro de alta renda, fechado, localizado junto à reserva, e que proíbe a entrada de visitantes e dificulta o acesso às praias que estão em seu domínio. Um outro fator é o “saturamento” turístico das praias da vila de Trindade, um antigo aglomerado caiçara, situado próximo à Praia do Sono, e transformado em paraíso de veranistas, que agora vão em busca de praias mais “selvagens”. O condomínio tem muita influência em toda a região, uma vez que absorve alguns caiçaras como empregados, restringe o acesso e a locomoção de outros, e interfere decisivamente nos destinos da reserva, apesar de se situar fora de seus limites. O condomínio – assim como a vila de Trindade – está, porém, na Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, uma unidade bem mais ampla que engloba em seus domínios a R. E. da Juatinga. Por ser a APA uma unidade de Uso Sustentável (e não de Proteção Integral), várias atividades são permitidas, mesmo que regulamentadas. Os esforços do IBAMA, responsável pela APA, têm se restringido a controlar a especulação desenfreada, uma vez que as atividades de divulgação, e até mesmo planejamento, têm sido realizadas por ONG’s e em parceria com a iniciativa privada.

Como as duas unidades (PESM-NP e REJ) têm características parecidas, no que se refere às suas características fisiográficas, ocupação, identidade territorial e conflitos, a

---

<sup>32</sup> Ramo da aquíicultura que trata do cultivo de organismos aquáticos em ambientes marinhos em sistemas apropriados, com finalidade comercial. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br>>).

análise foi feita conjuntamente. É claro que há muitas especificidades que devem ser levadas em conta. No entanto, elas não fazem desmerecer a análise conjunta.

## **8.1 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO**

O histórico de ocupação da região nos remete, primeiramente, aos índios tupinambás, que ocupavam esta área do litoral brasileiro quando da chegada dos colonizadores portugueses. Estes, por sua vez, foram ocupando gradativamente a costa, subiram a serra e chegaram ao planalto, estabelecendo novas configurações econômicas entre o interior e o litoral, o qual era vinculado muito mais ao escoamento da produção que vinha das áreas interioranas, sempre atreladas aos ciclos da economia brasileira. É neste contexto dos ciclos, principalmente do ouro, da cana-de-açúcar e do café, que Parati assume uma importância grande, atraindo um considerável contingente populacional para a região, além de escravos trazidos para trabalhar nas fazendas do seu entorno. Havia inclusive um “caminho do ouro”, uma estrada que ligava Parati a Cunha, na parte alta da serra, construída sobre um caminho de pedras que existe até hoje. Ubatuba também representou um papel importante, agregando pessoas em seus povoados, principalmente aqueles que tinham função portuária. Com a decadência dos ciclos, a região ficou estagnada e chegou a perder população. Houve um isolamento dos que lá ficaram, agrupados em pequenos núcleos, encravados entre a serra e o mar.

É esta população que acabou permanecendo no litoral, oriunda da miscigenação entre os índios, brancos e negros, que veio a constituir o caiçara. O relativo isolamento garantiu modos de vida bem específicos, baseados na pesca artesanal, na agricultura de subsistência, na pequena atividade extrativa vegetal e, em menor grau, na caça. Tradicionalmente, a pesca era a atividade principal. A canoa era fabricada pelo próprio caiçara, a partir de um tronco de árvore retirada da mata. A praia, por sua vez, sempre se constituiu em um espaço comunitário, onde estão localizados os ranchos de pesca que são utilizados coletivamente para guardar redes e outros apetrechos da pescaria. Entre os vários tipos de pesca, o cerco<sup>33</sup> é uma das atividades mais tradicionais, embora no passado tenham havido formas mais rústicas. A agricultura de subsistência é, obviamente, baseada na pequena produção, sobretudo de

mandioca. As roças, como são conhecidas, localizam-se no “sertão”, as áreas interiores contíguas às praias e à linha de costa, e geralmente correspondem à região de meia-encosta dos morros da Serra do Mar. Para fazer a roça, é necessária uma limpeza da mata, o que de certa forma caracteriza um desmatamento. Entretanto, como os solos não são muito bons, adota-se o regime de pousio, abrindo-se novas áreas de roça mais para cima da encosta. Nas áreas em pousio cresce uma vegetação secundária, chamada genericamente de capoeira, que só é novamente utilizada depois de um tempo determinado. O caiçara tem a noção de que o solo exposto tende a aumentar o potencial erosivo, já que se tratam de áreas com declividades elevadas. Por isso algumas zonas estratégicas são mantidas intocadas. Nas áreas alagadas das várzeas, há a prática de atividades extrativas, principalmente a da madeira da “caixeta”, uma planta típica da Mata Atlântica e que serve de matéria-prima para o artesanato caiçara. Nas áreas de mata também se concentrava a caça, principalmente de animais de maior porte. Hoje esta atividade praticamente não existe mais, devido tanto às proibições legais quanto à diminuição das espécies de animais caçados.

Com relação aos núcleos “urbanos” onde se localizam as casas dos caiçaras, sua principal característica é a inexistência da demarcação física dos lotes. Qualquer pessoa pode caminhar ou realizar outras atividades nos terrenos, já que não existe (ou não existia) uma idéia de propriedade como a maioria das pessoas concebe. Também não há ruas ou um traçado ortogonal, pois as residências e os caminhos se ajustam à declividade e orientação do relevo, evitando assim o risco de deslizamentos. A idéia de propriedade também não se estende às roças, pois, assim como o terreno das residências, tratam-se de posses. No caso das roças e capoeiras, o uso por vizinhos é consentido. Com relação à água, ela é trazida de nascentes e cursos d’água localizados na parte alta das encostas, por meio de mangueiras de borracha. Há uma certa consciência entre os caiçaras da importância da preservação das áreas de mata ciliar e dos próprios córregos, para manter a qualidade e continuidade de seu abastecimento.

Atualmente, porém, esta situação encontra-se diferente. A introdução da pesca em escala industrial, a proliferação de unidades de conservação e o incremento do turismo mudaram em parte o cenário da região. A abertura da BR-101 neste trecho (estrada Rio-Santos) teve um papel decisivo nesta mudança. A partir de sua inauguração, em meados dos anos 70, o relativo isolamento a que a região estava submetida, desde a decadência portuária

---

<sup>33</sup> O cerco constitui-se num tipo de pesca em que várias taquaras, interligadas por uma rede, são colocadas na água com bóias em uma das pontas, em um formato circular, com uma pequena abertura por onde o peixe entra e dificilmente consegue sair.

de Parati, perdeu espaço para a exploração turística, que visava a descoberta e o usufruto de áreas litorâneas com características peculiares e beleza inigualável. Paralelamente, há o surgimento da preocupação ambiental, e a região também vira alvo das atenções de ecologistas, intencionados a preservar as áreas de Mata Atlântica e deixar a salvo de especuladores imobiliários estes paraísos ecológicos, refúgios de uma população tradicional. Assim, o modo de vida do caiçara é alterado e ele passa a conviver com uma série de dificuldades. A pesca artesanal já não é mais interessante, pois o incremento da pesca de arrasto em seu litoral fez reduzir a quantidade de peixes e crustáceos. Além disso, a concorrência com a pesca industrial torna inviável qualquer tentativa de venda de um possível excedente. A agricultura também tornou-se difícil, em função da proibição das roças na maioria das áreas que se tornaram unidades de conservação. Além disso, a compra das terras por especuladores, loteadores e mesmo proprietários vindos “de fora” faz com que estas áreas tenham agora outros usos, além de terem o acesso proibido à população. Atualmente, o que resta aos caiçaras é fazer algum tipo de atividade ligada ao turismo, à prestação de pequenos serviços aos proprietários das residências por eles vendidas (muitas vezes a um preço irrisório), e ainda a saída e/ou busca de emprego em cidades maiores ou em grandes barcos de pesca. Assim, tornaram-se proprietários e funcionários de campings, pousadas, restaurantes e lancherias, viraram caseiros de veranistas, guias (eco)turísticos, monitores ambientais, etc.

### **8.1.1 Núcleo Picinguaba**

No Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, a ocupação concentra-se nos cinco aglomerados caiçaras tradicionais. O principal e mais importante é a própria vila que dá nome ao núcleo, composta pela praia e pelo “anfiteatro” correspondente. Na vila Picinguaba, a exploração turística fez alterar grande parte da configuração espacial deste pequeno núcleo urbano. O acesso facilitado pela estrada de asfalto que a liga à rodovia Rio-Santos - o que tornou possível a passagem de carros e ônibus - fez com que se tornasse uma das mais procuradas por turistas e veranistas, muitos dos quais foram adquirindo residências dos caiçaras, e ali acabaram se instalando, abrindo pequenos comércios e interferindo decisivamente na vida política e econômica local. Atualmente, há um adensamento de residências, sendo que a maioria dos terrenos possui cercas e muros, o que faz lembrar um bairro urbano como muitos existentes nas cidades. Nas áreas mais próximas à praia é que isto se verifica com mais intensidade, já que a maioria dos caiçaras tradicionais acabou



transferindo-se para as áreas mais altas da encosta. Lá ainda existem algumas roças e capoeiras e os moradores ainda preservam o seu estilo de vida clássico. A pesca artesanal continua sendo praticada, embora em menor escala do que há alguns anos atrás. De um modo geral, a vila Picinguaba pode ser considerada um centro de referência local, uma vez que concentra a maioria dos serviços disponíveis aos moradores desta unidade de conservação.

Na Praia da Fazenda, a mais extensa do Núcleo, há um pequeno aglomerado de residências na sua parte oeste chamado Canto da Paciência. Neste local, há poucos caiçaras tradicionais vivendo, pois a maioria vendeu suas posses a veranistas, que inclusive formaram uma associação. Mais adiante, no limite do Parque, há a Praia da Almada, outro bairro de pescadores, porém ainda mais alterado pelo turismo, em função de as residências já se encontrarem fora dos limites do Parque.

A partir da BR-101, na altura do Km 10 (em SP), há uma estrada que leva até o Sertão da Fazenda, um bairro rural composto por habitações de pau-a-pique, na sua maioria. No Sertão da Fazenda, a roça é mais desenvolvida, tendo inclusive uma produção mais organizada e diversificada, embora a mandioca ganhe destaque em função da Casa de Farinha, um local onde os moradores produzem farinha de mandioca para a venda ao mercado consumidor.

A Praia do Camburi é uma das mais isoladas do Núcleo, devido ao acesso precário a partir da BR-101. Localizada no extremo norte do litoral paulista, esta praia representa um dos mais importantes núcleos de resistência da cultura caiçara. Embora o turismo tenha aumentado significativamente, no Camburi ainda persistem a pesca artesanal com o cerco e algumas roças. Os locais mais próximos à praia são aqueles em que houve uma transformação maior, com o surgimento de campings e lanchonetes. No sertão, porém, há uma comunidade remanescente de quilombo, que mantém o mesmo modo de vida de algumas décadas atrás.

### **8.1.2 Reserva Ecológica da Juatinga**

A Reserva Ecológica da Juatinga compreende uma área genericamente conhecida como Cajaíba. Existem, conforme colocado anteriormente, doze núcleos de ocupação caiçara, distribuídos ao longo das praias, costões e enseadas. Os principais são a Praia do Sono, a Praia da Ponta Negra e a Praia de Martins de Sá, em áreas de mar aberto, e a Enseada da Juatinga, a

Enseada do Pouso da Cajaíba e o Saco do Mamanguá, em áreas de remanso ou interiores. Destacamos neste trabalho apenas alguns destes núcleos. A Praia do Sono, já citada em outro momento, é o maior e mais importante núcleo, pois é a praia que fica mais próxima, por acesso terrestre, da área onde é possível chegar de carro ou de ônibus (vila Oratório, situada junto à entrada do Condomínio Laranjeiras). Há uma trilha de aproximadamente uma hora e trinta minutos. Por se tratar de uma praia extensa e plana, a ocupação pelas residências se deu na área mais próxima à praia e não nas áreas de meia encosta, como é o caso das chamadas “praias de bolso”. O turismo modificou muito o cenário nos últimos anos. De pescadores artesanais, os moradores passaram a ser proprietários de campings e pequenas lanchonetes, muito embora ainda não exista este tipo de estrutura de maneira organizada, uma vez que ainda não há demarcação física das posses. Em alguns feriados mais importantes, a praia chega a receber mais de mil visitantes em um único dia, o que sem dúvida provoca mudanças profundas no modo de vida da população local.

A Praia da Ponta Negra também tem ganhado destaque turístico nos últimos anos, sendo considerada uma das mais bonitas do Brasil. Entretanto, seu relativo grau de isolamento (em torno de quatro horas, por trilha, a partir da Praia do Sono) tem garantido uma relativa preservação do modo de vida tradicional caiçara. Ainda persistem a pesca artesanal nas canoas e com o cerco, além das áreas de roça nas vertentes que compõem o anfiteatro que a cerca. Atualmente, porém, algumas outras atividades foram incorporadas à rotina de seus moradores, todas vinculadas ao turismo e à prestação de serviços a veranistas. Além disso, alguns projetos, envolvendo ONG's e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, garantem “novidades” no dia-a-dia da população, como um projeto de maricultura (para criação de moluscos) e a introdução da luz elétrica através de energia solar.

## **8.2 IDENTIDADE TERRITORIAL**

O relativo isolamento a que as populações caiçaras estiveram submetidas ao longo de anos, mesmo que controverso<sup>34</sup>, não poderia deixar de gerar um modo de vida característico e peculiar. Apesar de estar muito vinculado ao modo de vida típico do interior dos estados da Região Sudeste (o caipira), o caiçara (adaptação do termo tupi-guarani “caá-içara”, que

---

<sup>34</sup> Muitos autores discordam deste isolamento, por creditarem-no às condições supra-econômicas que, em cada época, determinaram que algumas áreas fossem “esquecidas”.

acabou sendo entendido como o “homem do mar”) diferencia-se por ter suas atividades mais relacionadas ao mar e tudo que ele significa. Tanto é que muitos topônimos da costa, na região em que estão presentes, dizem respeito a atividades ligadas à pesca. No entanto, a agricultura, mesmo que rudimentar, sempre esteve presente no modo de vida caiçara, sendo tão ou mais importante que a pesca.

Este modo de vida pode ser entendido como causa e consequência do vínculo territorial do caiçara. Vivendo em um lugar onde a serra e o mar se encontram, formando um cenário não muito propício à produção econômica em larga escala, o habitante desta região acabou se adaptando e fazendo o que era possível, dentro das possibilidades, para a sua sobrevivência.

Ao longo deste processo, o caiçara foi criando uma relação mais que material com o território, pois não eram somente as atividades econômicas que estavam intrinsecamente ligadas com a terra, mas todas as relações sociais, afetivas e subjetivas que estavam presentes cotidianamente na sua vida. Assim, criou-se também uma relação simbólica, onde a praia, a montanha e o mar acabaram adquirindo significados especiais e diferenciados em relação aos significados de quem é “de fora”. Esta relação material-econômica e subjetiva-simbólica com a terra é que acabou formando uma identidade caiçara, que não pode ser dissociada das condições que a geraram, ou seja, dos vínculos territoriais, nos seus diversos espectros. A identidade caiçara é fundamentalmente uma identidade territorial, calcada num padrão de produção específico e num prisma cultural singular. A pesca e a roça estão ligadas às características fisiográficas da região, o que por sua vez condiciona o padrão de ocupação dos núcleos, o qual também influencia as relações sociais que se estabeleceram, e estas são expressas nas manifestações culturais, religiosas e míticas que caracterizam o modo de vida caiçara. Todos os elementos parecem estar interligados, em uma interação não só dialética, mas “pluriética”, que acaba por conformar uma complexa territorialidade, expressa no imaginário e na “geo-grafia” caiçaras.

A esta complexa territorialidade são acrescentados outros elementos. Atualmente, o incremento do turismo e o surgimento de unidades de conservação restritivas têm alterado muitas características do modo de vida que forjou a identidade caiçara. O turismo trouxe não só os costumes (urbanos) dos visitantes, mas a possibilidade de gerar renda a partir de outras atividades econômicas. As unidades de conservação, por sua vez, restringiram as atividades tradicionais, principalmente a roça, fazendo com que a população buscasse outras alternativas. Neste sentido, percebe-se uma contradição no ideário dos órgãos responsáveis pelas duas

unidades analisadas. Ambas visam, pelo menos em parte, preservar a “cultura caiçara tradicional”, mas ao mesmo tempo restringem alguns aspectos que são a própria base de sustentação desta cultura, incentivando a participação dos moradores como guias (eco)turísticos e monitores de atividades relacionadas ao ambiente natural.

Este fato tem causado algumas divergências entre os caiçaras, além do próprio questionamento da sua identidade, principalmente entre os mais jovens. Há indícios de que alguns chegam mesmo a identificar-se como ubatubanos ou paratienses, tentando perder a referência “arcaica” que o termo caiçara traz consigo. Entretanto, a identidade territorial do caiçara parece não enfraquecer de forma tão fácil. Em um estudo sobre a comunidade da praia do Camburi, SILVA (2004, p. 34) afirma o seguinte:

O auto-reconhecimento acontece localmente, a população de Camburi por exemplo, se auto-reconhece como caiçara, enxerga as diferenças que os distinguem do restante da população do município de Ubatuba-SP, ou dos turistas que lá chegam, mas este auto-reconhecimento que anteriormente, no “tempo dos antigos” como eles costumam dizer, já estendeu-se por muitos outros bairros e praias, chegando a outros municípios, devido as atividades comuns como a pesca, a agricultura e a realização das trocas entre bairros, hoje praticamente desapareceu, assim como a solidariedade entre estes vizinhos. O auto-reconhecimento acontece dentro dos bairros, que se auto afirmam também pelas diferenças entre estes.

A referência ao bairro, praia, vila ou núcleo do qual faz parte a sua comunidade não ofusca a auto-identificação do caiçara enquanto tal. Apesar de parecer indicar uma fragmentação, ela demonstra ainda mais o sentimento de ligação com o lugar. Além disso, há um conjunto de elementos agregadores que resistem às transformações. A esse respeito, a mesma autora (SILVA, 2003, p. 32-33) faz as seguintes reflexões, a partir da fala de um morador:

Mesmo diante da expropriação, das mudanças que lhe foram impostas, o caiçara, [...], ainda assume-se, identifica-se como caiçara, assim como identifica outros caiçaras, demonstrando um sentimento de cumplicidade, de pertencer ao mesmo bairro e partilhar códigos, saberes, um modo semelhante de enxergar a vida e também os problemas, como conta este caiçara de Camburi:

*“Nós somos caiçara, caiçara nascido e criado na terra. Tem que nasce na terra pra entendê dela. Nós conhece tudo aqui. Um caiçara legítimo tem que nascê aqui no litoral, tem que entendê a vida daqui, os costume do seu lugá. Não adianta nasce na praia e se dizê caiçara, tem que entendê das planta, dos bicho, da roça, da pesca, das nossa comida. É que nem assim, vamo dizê, se você pedi pra um caiçara daqui, pra fazê um azul marinho e ele dissé que não sabe ou num fizé direito, não é caiçara. Esse povo que vem morá aqui, nunca vai ser caiçara, porque é que nem se eu ia morar em qualquer lugar, eu nunca vô deixá de ser caiçara, meu mundo é esse aqui e vai comigo pra onde eu for. Mas, eu não vou saí não. É por isso que esses turista faz essa bagunça aqui, porque eles são assim, o mundo deles é assim e nós é que paga o pato.” (Moisés, caiçara de Camburi).*

Esta leitura é feita também para diversas outras comunidades caiçaras, não somente a do Camburi. Além dos costumes, da culinária<sup>35</sup>, das festividades e do campo mítico, o caiçara incorporou também as grafias da terra e as visões de natureza, agregando-as ao seu mundo. Nesse sentido, criou calendários e espaços para a plantação, geralmente relacionados aos ciclos lunares, às estações climáticas, à morfologia e aos tipos de solo.

A proliferação das unidades de conservação referenda o quadro de mudanças a que toda a região está sendo submetida. Apesar de reconhecer a importância da manutenção do caiçara e mesmo propor a conservação do seu modo de vida, as unidades aqui analisadas não conseguem cumprir este aspecto de seus objetivos, uma vez que suas categorias - um Parque e uma Reserva Ecológica - não prevêm a presença humana nas áreas que lhe são enquadradas. Além disso, há uma tentativa de “engessar” o modo de vida dos seus habitantes, pois ele é visto como tradicional, e por isso menos degradante e mais interessante de ser apreciado pelos turistas. Segundo nosso entender, esta perspectiva é duplamente equivocada. Primeiro porque não consegue perceber que, mais do que tradicional, o modo de vida caiçara reflete uma identidade territorial complexa e assentada sobre uma leitura específica da natureza e da questão ambiental, diferentes das leituras dos técnicos que planejaram e gerem estas unidades de conservação. Segundo, porque nenhuma cultura é estática e, estando sujeita ao contato e inserção em outros costumes e modos de vida, tende a interagir com os mesmos, num processo contínuo de produção e reprodução cultural. Ao limitar e restringir as atividades que os habitantes tinham antes da implantação das UC's, incentivando sua participação na questão ambiental a partir da visão técnica de educação e monitoria ambiental, os pensantes responsáveis pelas unidades não contribuem para manutenção do modo de vida caiçara,

apenas reproduzem a visão positivista de natureza, acrescentando-lhe, pelo menos em parte, o “mito do bom selvagem”. A expropriação a que ficam submetidos os moradores não é somente material, mas também simbólica, indicando uma perda ao mesmo tempo objetiva e subjetiva do território. Neste sentido, cabe lembrar as seguintes reflexões de SILVA (2004, p. 2):

O caiçara de Camburi não foi expulso de sua terra de forma direta, mas foi dela expropriado. Para ele a terra não tinha valor de troca e sim de uso. Assim, estando ele proibido de usá-la, a expropriação realiza-se de maneira prática, atingindo também o campo mítico e simbólico dessa população que tinha no ato de fazer a terra produzir o centro convergente do seu modo de vida.

O problema da terra implica diversos desdobramentos, não só materiais, mas também simbólicos. Afinal a relação do caiçara com a terra e com a natureza em geral era quase simbiótica, e é em torno destes elementos que gravitam a vida social, as festas e os mitos (idem).

### **8.3 IMPASSES E CONFLITOS**

Os primeiros impasses com relação à posse das terras se dão a partir da compra das mesmas por pessoas “de fora”. Há relatos de moradores da Juatinga sobre a compra de toda a área por um senhor chamado Gibrail. No entanto, este fato não gerou impasses relativos à sua saída da área e proibição de suas atividades. Isto só começou com a implantação das unidades de conservação. É evidente que em parte foi consequência da abertura da rodovia Rio-Santos, que tornou a área alvo dos especuladores e interessados no potencial turístico da região. Mas a partir do surgimento das UC's, uma série de problemas e dificuldades passaram a fazer parte do cotidiano das comunidades caiçaras.

---

<sup>35</sup> O prato mais conhecido da cozinha caiçara é o “azul marinho”, um peixe cozido ou assado com banana terra, acompanhados de um pirão de farinha de mandioca.

### 8.3.1 Núcleo Picinguaba

A incorporação do Núcleo Picinguaba ao Parque Estadual da Serra do Mar, em 1979<sup>36</sup>, foi um marco importante na política conservacionista brasileira, pois previa a manutenção do modo de vida da população caiçara presente em seu interior. No entanto, como é um parque, algumas áreas tiveram que ser desocupadas, e as que ainda não foram tiveram implementadas uma série de restrições e regulamentações.

A primeira ação concreta do Núcleo foi a retirada efetiva dos moradores que ocupavam a Praia da Fazenda, uma das poucas áreas de propriedade do Estado, e que estava ocupada em grande parte pelas famílias dos trabalhadores que se deslocaram para construir a BR-101 neste trecho. Nesta praia foi construído o centro de visitantes do Parque. Restou um pequeno aglomerado, o Canto da Paciência, ocupado basicamente por turistas. A vila de Picinguaba, a mais famosa e importante, sofreu os impactos da desocupação na Fazenda, uma vez que as trocas comerciais tiveram uma queda sensível. Por ser considerada patrimônio histórico, a vila não sofreu desapropriação, mas viu a entrada em massa de veranistas e moradores “de fora”, o que ocasionou uma reorganização do espaço e das relações sociais, já que muitos moradores nativos transformaram-se em empregados destes veranistas. Ainda hoje, muitos acham que a vila não faz parte do parque, principalmente aqueles que não tinham áreas de roça. Estes, entretanto, sofreram com a proibição, em todo o parque, da abertura de novas áreas para plantio, que ficou restrito às roças já existentes. Isto provocou muitos prejuízos, pois o solo esgota-se em pouco tempo se não lhe for dado um período para recuperação. Não podendo rotacionar as terras, os moradores viram-se obrigados a burlar a legislação ou procurar outras formas de sobrevivência, mais ligadas à prestação de pequenos serviços. Depois de anos de impasses, atualmente há um projeto para demarcar as áreas de roça, com a participação de representantes dos moradores. Há ainda reuniões com estes representantes para discutir e incentivar a sua participação nos projetos (eco)turísticos e de educação ambiental promovidos pela administração do Núcleo. O próprio Plano de Manejo faz referência a toda esta situação (INSTITUTO FLORESTAL, 2004):

Outro agravante é que a população caiçara está nas áreas mais valorizadas do parque, justamente no único local onde praias e planícies costeiras estão incluídas

---

<sup>36</sup> O Decreto Estadual nº 10.251, de 30 de agosto de 1977 criou o PESH, e o Decreto Estadual nº 13.313 de 06 de março de 1979 incorporou a área norte do município de Ubatuba, o que viria a formar o Núcleo Picinguaba.

na UC, já dividindo seus espaços com turistas e sofrendo enorme pressão para a venda de suas terras, levando ao retalhamento físico e mesmo cultural cada vez maior, de um determinado espaço, antes caracterizado como “núcleo caiçara”.

A miscigenação que tem ocorrido entre caiçaras e turistas ao longo dessas décadas aparentemente alterou o código de valores da comunidade e as aspirações sociais e econômicas de seus membros. Nota-se, principalmente nos mais jovens, que já não há entusiasmo com a possibilidade de pescar ou plantar uma roça. Buscam outras atividades, ligadas a presença dos turistas na área (idem).

Mediante essa gama de problemas, há ainda pouco espaço para que se possa mostrar a UC como um instrumento que pode promover melhora da qualidade de vida, desenvolvimento do respeito ao meio ambiente, de formação de cidadania, de espaço para recreação, lazer e educação ambiental, e melhor compreensão e integração da relação homem-natureza (idem).

Nota-se a tentativa de justificar a não aceitação da unidade por parte de sua população, que geralmente desaprova a ação dos agentes do governo, chamados de “os florestal”. Em vista disso, é interessante lembrar o que coloca SILVA (2004, p. 3):

Estas comunidades não foram consultadas, se queriam ou não esta “preservação”, que na verdade foi um congelamento daquele espaço no tempo, mas sem garantias de permanência na terra.

Ela viu-se expropriada de suas terras e conseqüentemente sofreu fortes transformações em seu modo de vida. Em decorrência deste e outros fatos, esta população vem enfrentando problemas de perda de identidade coletiva, desintegração e exclusão social (idem).

Mesmo sua presença sendo muito anterior à instalação do Parque, o morador tradicional [...] viu-se submetido à sua legislação, isto é, ele foi proibido de realizar o extrativismo, fazer coleta de alimentos e de plantas medicinais ou caçar animais na mata. Não pode fazer roça ou simplesmente reformar sua casa, tida também como patrimônio histórico. Até mesmo sua presença torna-se um ato ilegal diante da legislação ambiental, ou seja, uma condenação ao desaparecimento cultural e territorial em longo prazo (idem).



Um outro impasse importante se dá na comunidade do Camburi, onde existe uma área remanescente de quilombo, na zona do sertão. Entre os próprios moradores há uma divisão, pois os que se situam mais próximos à praia, já influenciados pela cultura urbana trazida pelos turistas, chamam a área de “favela”. Seus habitantes, entretanto, a chamam de “Jambeiro”, e vêem na concretização do reconhecimento oficial uma alternativa definitiva para manutenção do seu modo de vida, livre dos infortúnios advindos de sua presença no parque e dos proporcionados por turistas e especuladores. Contudo, há uma série de fatores que tornam a questão mais complexa. Esta é uma alternativa que veio de fora para dentro, pois o morador do bairro sempre se identificou como caiçara, e a atitude de assumir-se quilombola exige a construção de uma identidade negra, nunca antes pensada por esta população. Além disso, é difícil para ela acreditar em mais uma medida promovida pelo poder público, sem que haja um sério trabalho de esclarecimento acerca dessa nova condição (SILVA, 2004, p. 4).

### 8.3.2 Reserva Ecológica da Juatinga

A criação da Reserva Ecológica da Juatinga, em 1992<sup>37</sup>, veio a consolidar o projeto de conservação da Mata Atlântica no sul do estado do Rio de Janeiro, uma vez que a área por ela abrangida já fazia parte da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu desde 1983<sup>38</sup>, e ficava muito próxima ao Parque Nacional da Serra Bocaina<sup>39</sup>, além de estar “protegida” por outros instrumentos, como o Código Florestal e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Com a implantação da reserva, uma unidade de Proteção Integral, começou a crescer o questionamento, por parte dos órgãos públicos e organizações ambientalistas, a respeito da presença de moradores no interior da unidade. O interessante é que, mesmo tendo este caráter mais restritivo, a unidade previa o fomento à cultura caiçara local. O argumento utilizado pelos seus criadores e incentivadores é que uma reserva ecológica serviria para defender com mais intensidade esta região, de rara beleza e grande biodiversidade, dos olhos e interesses dos especuladores e loteadores. Na prática, o que se viu é que a legislação para este tipo de categoria previa não só a proibição de novos empreendimentos como a retirada total das populações já residentes. Diante desta aparente contradição, as ações de indenização nunca chegaram a ser efetivadas, como acontece em outras UC's restritivas, até porque a maioria

<sup>37</sup> Decreto Estadual nº 17.981, de 30 de outubro de 1992.

<sup>38</sup> Criada pelo Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983.

<sup>39</sup> Criado pelo Decreto nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971.

dos caiçaras não tem título de propriedade. Houve também uma dificuldade de estabelecer políticas de incentivo à manutenção do modo de vida tradicional, já que havia (e ainda há) muitas dúvidas dos gestores a esse respeito. Nesse sentido, a população da Juatinga viu frustradas suas expectativas de melhora nos serviços de educação, saúde e transporte, devido aos entraves colocados pelos órgãos do governo para a construção de escolas e postos de saúde, além de uma estrada que facilitasse o acesso por terra. Não bastasse isso, também foram proibidas as atividades de caça, de criação de animais e de novas áreas para a roça. Assim como aconteceu no Núcleo Picinguaba do PESM, os moradores das áreas mais atingidas pelo turismo diversificaram suas atividades, voltando-as em grande parte para a prestação de serviços aos turistas. Nas comunidades mais isoladas, o modo de vida original manteve-se por mais tempo, mas já começa a sofrer alterações significativas. Em vista disso, há, em quase todas as comunidades da reserva, projetos desenvolvidos pelos órgãos públicos em parceria com ONG's e empresas, que visam manter algumas atividades mais tradicionais (como a pesca artesanal e o artesanato com a caixeta), além de proporcionar melhores condições de sobrevivência, com a introdução da eletricidade por meio da energia solar.

Todavia, muitos destes esforços parecem indicar um interesse oculto por parte de alguns dos envolvidos na gestão da região. Neste contexto, cabe destacar a presença e a influência do Condomínio Laranjeiras, atuando como agente catalisador e/ou repressor das ações promovidas na região, de acordo com seus interesses e de seus condôminos, pessoas de alto poder aquisitivo e geralmente de influência marcante na vida política regional e nacional. Além de restringir a presença nas praias situadas em seu domínio, controla o acesso de qualquer pessoa que entra na área da reserva a partir da Vila Oratório (de onde sai a trilha para a Praia do Sono), inclusive seus moradores. Muitos condôminos usam as praias da reserva como áreas de lazer, e percebe-se seu interesse em mantê-las afastadas do grande público, tornando-as de uso quase privativo. Nesse sentido, usam o discurso da preservação para emperrar algumas reivindicações das comunidades. Alguns moradores da Praia do Sono - hoje vinculados basicamente à atividade turística - que reclamam a melhoria da trilha de acesso à praia ou mesmo a reabertura de uma antiga estrada, relatam que o condomínio quer mantê-los no isolamento para forçar sua saída e assim tomar para si o controle sobre esta e outras praias da reserva. Como resposta a todos estes impasses com o poder público e o setor privado, as comunidades do Sono e da Ponta Negra criaram suas associações de moradores, visando organizar uma participação mais efetiva na gestão da unidade.

Uma outra associação, muito atuante, foi criada no Saco do Mamanguá, localizado nos limites da reserva. A AMAM (Associação dos Moradores e Amigos do Mamanguá), nasceu a

partir da mobilização dos pescadores artesanais, em função da queda de produtividade ocasionada pela pesca de arrasto de fundo no interior do saco. Sem ter como competir e vendo seu pescado sumir devido à presença constante dos barcos que faziam o arrastão, os pescadores do Mamanguá, com o apoio de algumas entidades e universidades, criaram a associação e elaboraram um projeto que visava colocar rochas pontiagudas no fundo de suas águas, para rasgar as redes dos grandes barcos de pesca. Resolvido este problema, a comunidade se deparou com outro: a construção de uma marina na área do fundo do saco, ocupada basicamente por mangues, que servem de criadouro para as espécies de peixes da região. A idéia de construção da marina é do Condomínio Laranjeiras, que abriu ilegalmente uma estrada que o liga ao fundo do saco. A intenção dos condôminos é ter um atracadouro nas águas tranqüilas para deixarem seus iates, podendo deslocarem-se para o interior da Baía de Ilha Grande sem necessitar passar pelo mar aberto. Dado o impasse, a construção da marina está paralisada, mas o poder que o Condomínio exerce na região aponta para novos embates entre os envolvidos na questão, além de demonstrar que o discurso ambientalista proferido por alguns condôminos só é válido em certas ocasiões.

Atualmente, há um outro impasse envolvendo toda a população da Juatinga. Trata-se da proposta, feita em 2001 pelo Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro, de transformar a área da reserva em um Parque, ampliando significativamente sua área, e permitindo a presença de moradores somente nas áreas indígenas (em Parati-Mirim e Patrimônio) e remanescentes de quilombo (comunidade do Campinho). A possibilidade de concretização desta idéia mobilizou não só os moradores e suas associações, mas vários envolvidos na problemática das populações caiçaras e sua permanência em áreas protegidas. A partir das suas manifestações, criou-se um Comitê Gestor para a Juatinga, envolvendo representantes dos moradores, da Prefeitura de Parati, do IEF, do IBAMA e de várias ONG's, além de outras instituições interessadas. As primeiras reuniões definiram a necessidade de enquadrar a área da reserva em uma outra categoria, mas que seja de Uso Sustentável, permitindo a presença dos moradores e fomentando a sua vinculação às atividades ligadas ao (eco)turismo, à educação ambiental e à pesca e produção artesanal. Novamente, há a opção pelo "turismo sustentável" como estratégia de manutenção do caiçara no interior da unidade, o que provoca questionamentos de todas as ordens, principalmente aqueles que dizem ser uma alternativa típica de um "conservacionismo neo-liberal", que prega a solução desta problemática a partir da ótica do mercado.

## **9. BASES EPISTÊMICAS DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Após analisarmos o conjunto de pendências, impasses e conflitos nas unidades de conservação brasileiras, em especial nas quais nos detivemos em um estudo mais detalhado, é possível identificar algumas bases teórico-metodológicas que orientam não só sua criação, mas também o processo que leva à sua implementação e gestão, desde os estudos preliminares até as políticas executadas por seus responsáveis. É claro que tudo isto tem a ver com a própria estratégia de conservação da natureza baseada no estabelecimento de áreas protegidas, o fio condutor que rege a política ambiental em muitos países, ele mesmo carregado de concepções de mundo e definições do que seria natureza e ambiente, e por isso passível de uma análise epistemológica, já que a própria questão ambiental pressupõe um conhecimento e uma forma de entender o mundo. Não há neutralidade científica e muito menos filosófica no discurso que subsidia a criação de unidades de conservação, tampouco uma homogeneidade teórica nas práticas que as regulamentam. Assim, podemos identificar alguns pontos fundamentais que estão na base de todo o conhecimento fundante das UC's. Estas bases epistêmicas, contudo, não necessariamente são enquadradas desta maneira sob outros pontos de vista. Trata-se de uma análise particular que, como já colocamos em outros momentos, pode conter distorções, generalizações e simplificações. Entretanto, buscamos dar um enfoque que abarcasse um pouco da complexidade inerente ao conhecimento contemporâneo, em particular da questão ambiental, incluindo aí não só os aspectos de filosofia pura da ciência, mas os legados históricos, culturais, econômicos, sociais e até mesmo naturais que instituíram os paradigmas que são, a um só tempo, o alicerce e o telhado das UC's, assim como o conhecimento presente em seu "interior".

### **9.1 EXTERNALIZAÇÃO DA NATUREZA**

Um primeiro ponto a ser destacado no projeto epistêmico fundamentador das UC's é o princípio da natureza como algo externo ao homem. Esta concepção, formulada ao longo do

processo de “desencantamento do mundo”, está presente em quase todos os espectros da questão ambiental desde o seu surgimento. É a partir dela que a maioria dos embates se trava, uma vez que, se a natureza é externa, não faz parte do mundo social e tudo que dele decorre, como a vida cultural e política, e por isso pode ser “dissecada” para estudos e dominada para obter recursos usados na satisfação das sociedades humanas. Esta visão passou a ser construída no mundo ocidental desde a filosofia grega pós-socrática e evoluiu ao longo da idade média até chegar à idade moderna, onde as concepções cartesianas e newtonianas orientaram os fundamentos do que veio a ser a ciência moderna, que no campo metodológico constitui um caminho baseado no espírito positivo e no uso da construção hipotético-dedutiva.

Esta ligação positivista e neopositivista da linha orientadora das UC's é perceptível analisando-se todo o seu projeto de criação, principalmente o modelo inventado nos Estados Unidos e importado pelos países pobres. A noção de “*wilderness*” traz consigo a visão de natureza externa e desumanizada. A política conservacionista adotada no Brasil e em vários outros países somou a esta externalização os princípios científicos predominantes nas ciências tidas como naturais, e o resultado é uma estratégia de preservação fundamentada na divisão do social e do natural, e deste em vários componentes específicos nem sempre interligados.

A análise realizada neste trabalho revela que a grande maioria das UC's (inclusive as três estudadas mais profundamente), têm na externalização da natureza um elemento chave para sua implantação e gestão. Mesmo aquelas que reconhecem a existência e a importância de preservação das culturas tradicionais, vêem a natureza como objeto de estudo separado, pressupondo o seu isolamento ou o uso **racional** para conservá-la. É justamente esta racionalidade, que forjou a própria externalização da natureza, que gera os impasses com aqueles que se põem contra a implementação das unidades, como os moradores do seu interior. Esta racionalidade técnica, herança positivista da ciência, acaba por supervalorizar o conhecimento técnico e objetivo em detrimento do saber local e das subjetividades, e conseqüentemente também supervaloriza os elementos naturais em detrimento dos elementos sociais, já que, nesta concepção, homem e natureza são campos que se excluem. Além disso, cabe lembrar que a maioria das UC's reflete uma estratégia bastante vinculada ao empirismo lógico. A análise dos impasses presentes em seu interior e entorno nos demonstra que, em quase todos os casos, houve uma tentativa de adaptar a realidade local a um conceito pré-estabelecido. Isto lembra bem o método neopositivista, onde a realidade é um fator secundário, pois o que importa mesmo é o modelo que se está aplicando, pretensamente isento de erros e livre de ideologias.

## 9.2 NATUREZA X HOMEM: O BEM CONTRA O MAL

Um segundo ponto de relevância na análise das bases teóricas das unidades de conservação é a idéia, criada posteriormente à externalização da natureza, de que a atividade humana é quase sempre prejudicial ao mundo natural. Este pensamento é a própria fundamentação, não só das UC's, mas de toda a política conservacionista. Em que pese as suas variações, está presente no imaginário de quem intenta conservar e preservar a natureza. Este “conservar” e “preservar” é que demonstra a idéia explícita de malefício inerente à condição humana. Daí a necessidade de “proteger” áreas para que fiquem a salvo da ação transformadora (para pior) promovida pelo homem. O problema é que geralmente esta concepção não diferencia e não busca as causas que levam a esta ação transformadora. Além disso, reduz a questão ambiental a um olhar maniqueísta, onde há uma eterna disputa do natural contra o social e vice-versa, e por isso só é possível tomar partido de um dos lados. Assim, a conservação é vista como um instrumento a favor da natureza na sua luta contra o homem, que por sua vez continua tentando dominá-la e dizimá-la, pois faz parte do caráter destrutivo deste. Nesse sentido, caberia perguntar-se se a própria conservação não é uma estratégia adotada justamente pelos homens... É nesta contradição que se inscrevem uma série de valores adotados em larga escala nos projetos de criação e implantação de unidades de conservação, principalmente as mais restritivas, que prevêm o isolamento da natureza como condição para sua preservação. O problema é que, a partir deste ponto de vista, poderia-se isolar também o homem, e é neste contexto que surgiram as legislações ambientais relativas às UC's, que regulamentam, reprimem e em muitos casos punem as pessoas que ferem os instrumentos jurídicos do Estado. Se a relação homem x natureza é conflituosa (como indica o “*versus*”) e bipolar, então quem se assume como “defensor da natureza” está indo contra a própria humanidade. Obviamente, esta análise é uma generalização, e não exprime os contornos diversificados que estão presentes nesta concepção. Mas ajuda a demonstrar que o conhecimento balizador das áreas protegidas apresenta contradições e assume posturas ideológicas, não sendo consensual e neutro como pretendiam (e ainda pretendem) muitos de seus idealizadores. Mais que isso, se inscreve em **uma** leitura filosófica do mundo, uma vez que percebe a questão ambiental a partir das bases racionalistas herdadas da ciência moderna.

### **9.3 EXTERNALIZAÇÃO E HOMOGENEIZAÇÃO DO HOMEM**

Um terceiro eixo orientador das bases epistêmicas das unidades de conservação é a externalização da condição humana, ou seja, a desumanização da natureza, que passa a ser vista e considerada somente a partir do que seria em seu estado puro, sem a intervenção do homem. É uma linha que está diretamente vinculada ao primeiro ponto por nós levantado: o da externalidade da natureza. No entanto, nesta perspectiva buscamos destacar a noção oposta. Se a externalização da natureza foi um projeto construído ao longo da evolução das sociedades ocidentais e serviu como base ideológica de dominação não só do mundo natural, mas de tudo que dele fazia parte - e é partir daí que se construíram os questionamentos que deram origem às estratégias de conservação -, a externalização do homem só pode ser compreendida como um projeto nascido a partir de uma visão conservadora (literalmente) de natureza. Nesta concepção, o homem, assim como tudo que envolve a vida social, não faz parte do mundo natural. A natureza é apenas o conjunto de elementos que existiriam a priori e por si só, sem a intervenção ou qualquer manifestação humana. Esta perspectiva nasce com as ciências naturais, e ajuda a forjar o conservacionismo puro que embasa a criação de UC's de Proteção Integral, onde a natureza deve ser mantida intocada, e por isso a necessidade de expulsão de moradores e a proibição de diversas atividades que, mesmo as mais insignificantes, são tidas como degradantes e perturbadoras da "ordem natural", pois são próprias do campo humano.

Há um outro viés desta mesma matriz de pensamento que, embora não externalize o homem com o intuito de alcançar uma conservação pura e plena da natureza, não distingue as diferenças existentes no meio social. Assim, homogeneiza a diversidade social e cultural, reduzindo a complexidade da condição humana a apenas mais um elemento, uno e fechado. Esta parece ser a linha orientadora das unidades que chegam a reconhecer a existência de seres-humanos em seus domínios, mas simplificam a questão e os vêem como um elemento estático e sem contradições, até porque na grande maioria dos casos tentam impor o seu modo de pensar o destino da área e conseqüentemente das vidas dos habitantes, desconsiderando as várias leituras presentes entre eles, ou no máximo considerando apenas uma dessas leituras, como se representasse a totalidade. É neste contexto que cresceu a idéia de presença humana em UC's, e difundiram-se e espalharam-se unidades menos restritivas e até mesmo voltadas à preservação cultural. No entanto, esta abertura à "humanização" das estratégias de conservação traz consigo o legado naturalista surgido com o positivismo, onde as sociedades

são elementos naturais destituídos de originalidade e diversidades, sendo inclusive determinadas de acordo com as condições naturais. Todo este espectro pode ser observado nas UC's que visam a manutenção somente das "populações tradicionais", ou mesmo naquelas em que o "meio antrópico" se resume a um conjunto de dados estatísticos.

\* \* \*

Os três tópicos aqui levantados, embora não representem a totalidade de análises possíveis sobre as bases epistêmicas das unidades de conservação, indicam que há uma certa linha-mestra em seu ideário. De um modo geral, as UC's nasceram, enquanto ideologia, a partir dos princípios naturalistas. Cresceram calcadas numa postura científica quase sempre fundamentada no positivismo, no neopositivismo e, em alguns casos, no materialismo histórico. Atualmente, elas vivem um período de maturidade onde absorvem alguns poucos preceitos pós-modernos, mas ainda muito longe de integrar ou pelo menos aceitar a existência de um paradigma mais complexo, o que é perceptível nas suas abordagens homogeneizadoras quando os assuntos são a presença e a ação humanas.



## **10. OUTRAS LEITURAS DA QUESTÃO AMBIENTAL**

A partir da análise que fizemos neste trabalho, relacionando as unidades de conservação com suas bases teóricas - através de seus impasses e conflitos com os habitantes do seu interior -, é possível fazer algumas reflexões, que indicam um caminho a seguir para superar as dificuldades e problemas por nós diagnosticados. Não se trata de uma busca de soluções prontas e acabadas, até porque este “diagnóstico” foi feito a partir de um ponto de vista específico, que reflete um modo de pensar a questão ambiental e a política conservacionista baseada na adoção de UC’s. Nosso objetivo é, antes de encerrar o debate, propor alternativas e dar respostas às críticas realizadas ao longo desta dissertação.

### **10.1 A INSERÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL**

Um primeiro passo a ser dado para superar a visão clássica que orienta a criação e gestão de unidades de conservação, dicotomizadora e muitas vezes simplificadora, é a introdução dos aspectos relativos à identidade territorial das populações presentes no interior e entorno das mesmas. Conforme analisamos ao longo do trabalho, estes aspectos não só são discriminados como também não existe, entre a maioria dos gestores e planejadores, a noção de que possa haver qualquer característica deste tipo entre os moradores das unidades. No máximo, percebe-se a existência de um modo de vida típico, que no entanto só é considerado se for visto como “tradicional”. Em nosso entender, é preciso que se leve em conta não só o modo de vida, mas as identidades e vínculos territoriais, incluindo-se aí toda a gama de relações sociais, econômicas, subjetivas e simbólicas presentes no cotidiano e no imaginário das populações. Além disso, é necessário considerá-las em sua totalidade, independente de serem tidas como tradicionais ou não, uma vez que cada uma possui as suas especificidades e tradições, e o mesmo acontece em seu interior, onde há agentes influenciados e influenciadores, comuns em sua dinâmica sócio-cultural e em sua diversidade. Nesse sentido, o que nos parece importante é o fato de não homogeneizar as sociedades e não vê-las somente

a partir de parâmetros numéricos e estatísticos ou, ainda, de fatores sócio-culturais isolados. A inserção da identidade territorial tende a construir uma perspectiva que extrapola a introdução da análise social e etnográfica nos estudos ambientais. Ela pressupõe uma visão que vai além do sociológico e/ou antropológico. Pressupõe, antes de tudo, uma visão geográfica.

## **10.2 A NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO**

Um outro aspecto nos parece tão importante quanto a absorção da identidade territorial nos estudos que definem a política de conservação. Aliás, é justamente no campo da política que este aspecto se insere. Trata-se da maior participação dos moradores nos processos que criam e regulamentam a existência de UC's em terras por eles ocupadas, mesmo que isso signifique ir contra os objetivos traçados pelos técnicos e demais atores envolvidos nas estratégias de conservação. O que foi possível perceber (e ainda se percebe nitidamente) é a total falta de abertura à participação da comunidade quando se implanta uma unidade, mesmo que essa unidade preveja a sua saída ou restrições ao seu modo de vida. Tal falta de abertura se verifica tanto no que concerne à absorção (ou pelo menos consideração) das concepções e saberes ambientais dos moradores, quanto ao atendimento de suas reivindicações e anseios. Quando há abertura à participação das comunidades, muitas vezes pretende-se apenas legitimar o que já foi previamente definido pelos técnicos, não sendo possível a elas alterar ou influenciar a maioria das decisões. Trata-se, na verdade, de um convite para que saibam o que vai acontecer às suas vidas dali em diante, e como terão de se comportar frente à nova realidade que lhes está sendo imposta. Além disso, serve para propagar a idéia de planejamento participativo como discurso legitimador das UC's, o que teoricamente evita conflitos futuros entre seus habitantes e a administração, a qual usa o argumento de que lhes foi dado o direito à participação, e por isso são ilegítimas as suas posições contrárias ao que já está definido para a unidade.

A participação da população seria mais proveitosa se, desde o início do processo de implantação de uma UC, ela interagisse e debatesse as propostas que são colocadas pelos técnicos, dando-lhe o poder de alterá-las, ampliá-las ou até negá-las completamente segundo as suas concepções. Isto exigiria muito mais que uma consulta a esta população, pois seria justamente a partir da mesma que seriam traçadas as estratégias de conservação. Além disso, é importante levar em conta, sempre, a multiplicidade de visões e idéias que poderiam estar

presentes durante este processo de participação, e por isso também é necessário rever o modelo onde somente alguns representantes, eleitos ou não, participam de reuniões fechadas. A adoção do sistema de assembleias abertas contemplaria as diversidades, evitaria qualquer caráter coercitivo ou intimidatório e reduziria a possibilidade de surgimento de oportunistas ou “*lobbyistas*”. De um modo geral, podemos afirmar que a participação das comunidades na definição de diretrizes ambientais é não só importante como necessária, pois as UC’s que não se abriram à participação (a grande maioria) foram as que menos alcançaram seus objetivos, sofrendo com vários tipos de impasses e problemas de relacionamento com as populações do interior e entorno. É o saber tecnicista, forjado numa concepção filosófica de relação homem-natureza, e manifestado de forma unilateral na definição de tais diretrizes, que acaba por confrontar-se com os saberes locais, tanto política quanto epistemologicamente. Assim, a participação local precisa englobar não só o campo político, mas também o campo do conhecimento.

### **10.3 DE BAIXO E DE DIVERSOS PONTOS**

Para que as proposições manifestadas no tópico anterior aconteçam, é preciso que haja um outro arranjo hierárquico na construção e consolidação do saber que embasa as unidades de conservação. Na verdade, é preciso que haja uma desconstrução dessa hierarquia, que coloca os saberes técnicos e científicos em um patamar acima dos saberes populares, contidos nas concepções das populações afetadas pela política de conservação baseada em UC’s. A idéia de superioridade presente nos órgãos e instituições envolvidos não só na criação destas unidades, mas na questão ambiental como um todo, faz com que a participação comunitária, assim como suas percepções e saberes, sejam relegados a um segundo plano. É isso que faz com que tenhamos a atual ordem ambiental que, como colocamos anteriormente, está presente no dia-a-dia das instituições públicas e privadas, de muitas ONG’s, universidades e até movimentos contestatórios. Além disso, esta concepção cresceu subsidiada a partir de uma visão específica de natureza, de ambiente e de questão ambiental, calcada sempre na externalização do mundo natural, na sistematização do ambiente e na pseudo-consensualidade e neutralidade dos conhecimentos inscritos na relação homem-natureza.

Uma efetiva superação deste atual modelo pode ser alcançada na medida em que forem sendo desconstruídos estes princípios verticalizantes do saber ambiental, e também no

momento em que o saber popular tiver o mesmo peso que o saber técnico, provocando uma relação horizontal de diálogo e não imposição. Neste caso, a participação comunitária tornar-se-ia fundamental, pois abriria o campo de possibilidades a serem debatidas e analisadas. Além de estarem no mesmo patamar das idéias oriundas das comunidades, as idéias presentes no meio técnico e institucional precisam ser abertas à multiplicidade de teorias, conceitos, práticas e métodos, para que não centralizem o debate e consigam ao menos perceber a complexidade que está inscrita na questão ambiental. Isto requer mais que um simples esforço “democrático” na prática dos órgãos que criam e administram UC’s. Requer, isto sim, que as próprias concepções e bases teóricas que as definem sejam vistas “de baixo e de diversos pontos”.

#### **10.4 HOMEM E NATUREZA - IGUALDADE E DIFERENÇA**

Por fim, levantamos um último ponto que nos parece de suma importância e que talvez resuma os outros já considerados. Trata-se da adoção de uma concepção onde homem e natureza sejam iguais, mas diferentes. Explicamos: quando falamos em igualdade, estamos atentando para a necessária horizontalização da relação entre ambos, onde os elementos naturais não sejam apenas recursos e objetos de dominação humana, mas também não ganhem uma importância exagerada que chega a excluir qualquer possibilidade de intervenção e interação com as sociedades. Na verdade, é uma tentativa de ir além dos princípios de externalização da natureza, aludidos neste trabalho como um dos principais elementos de fundamentação das UC’s. Mas é também, e ao mesmo tempo, uma busca para ir além da externalização do homem, e da noção de que qualquer atuação sua sobre o meio natural é necessariamente prejudicial. Colocados em um mesmo patamar, homem e natureza são elementos que se complementam e se inscrevem um no outro, uma vez que a espécie humana faz parte do conjunto de espécies da natureza, e a noção de natureza é construída socialmente pelo homem, a partir de matizes políticos, econômicos, simbólicos, míticos, etc. Esta não-verticalização busca, no fundo, a superação da visão dicotômica que se sagrou com a ciência moderna, através dos métodos positivistas, neopositivistas e até materialistas históricos. Busca, enfim, ir além das concepções naturalistas e culturalistas que ainda hoje polarizam o debate presente na questão ambiental. Homem e natureza são, neste caso, iguais.

A diferença à qual estamos falando, refere-se à heterogeneidade e diversidade inerentes tanto aos elementos naturais quanto aos humanos. Se for verdade que estes elementos são iguais em sua importância, até porque se interpenetram e constituem um a base do outro, é verdade também que as diferenças entre eles não são apenas perceptíveis, mas necessárias para romper com dimensões deterministas, naturalistas, culturalistas, tecnicistas e todas as que constituem a matriz racionalista que orienta as sociedades ocidentais modernas. O homem é também natureza, mas possui, entre outras particularidades, a de produzir cultura e ter consciência de si e de sua existência. Isto abre a ele infinitas possibilidades de organizar-se, de produzir, de pensar, de entender-se no mundo. Enfim, há inúmeras possibilidades do ser-humano realmente ser humano. Esta multiplicidade de culturas e de leituras não só o diferencia da natureza, como também o diferencia de si mesmo. Essas diferenças todas produzem diferentes sociedades, diferentes etnias e diferentes geo-grafias. Tudo isso compõe um quadro de complexidade e diversidade que não pode ser esquecido quando se insere o elemento humano na análise ambiental. Homem e natureza são, neste caso, diferentes.

Infelizmente, as políticas e paradigmas que orientam as unidades de conservação parecem não partilhar desta noção de igualdade-diferença a que estamos nos referindo. Alguns de seus defensores e estudiosos até percebem que esta análise é válida, contudo, desde um ponto de vista puramente antropológico. Têm-se demonstrado, atualmente, que os “arranjos” das espécies vegetais e animais são fruto de longo manejo e utilização pelas populações primitivas, o que colabora para que se tenha uma visão, oposta à das UC’s, de que homem e natureza têm uma relação harmoniosa. No entanto, esta relação harmoniosa reflete, de certa forma, o “mito do bom selvagem”, e não há, pelo menos no Brasil, evidências científicas desta “harmonia”. (BRITO, 2000, p. 108). O que nos parece claro, em primeiro lugar, é que estes “arranjos” naturais não significam necessariamente uma relação harmoniosa, afinal o conceito de “harmonia” nos parece um tanto relativo. Em segundo lugar, na perspectiva que estamos levantando aqui, os “arranjos” naturais também seriam sociais, e por isso não há como falar em harmonia homem-natureza sem falar em harmonia homem-homem. Além disso, não são e não foram somente as populações primitivas (em si um conceito evolucionista e de certa forma preconceituoso) que marcaram a terra e o espaço “natural” com suas técnicas de manejo. As demais populações e sociedades estão sempre a geo-grafar, indicando que há uma limitação na análise puramente etnográfica. É preciso, para conceber esta igualdade-diferença na relação homem-natureza, ir além do olhar antropológico. É preciso entender a questão ambiental através de um prisma geográfico, que no entanto não esteja vinculado unicamente ao modo de pensar o mundo a partir da razão

cartesiana. Esta, por sua vez, precisa ser superada para apreender a igualdade e diversidade que compõem a complexidade do mundo e do saber, para assim forjar espaços livres de dominação, seja ela política ou epistêmica. Homens, naturezas, mundos e saberes são diversos e diversas devem ser as formas de compreendê-los, para que se possa, desta forma, pensar a questão ambiental e tudo que ela envolve a partir de baixo e de diversos pontos. Assim, caberia aos povos historicamente oprimidos, inclusive os habitantes das UC's, não mais um papel secundário ou simplesmente assistencialista no que se refere à sua inserção na temática ambiental. Ao invés de um “ambiental” feito **para** os “de baixo”, teríamos um “ambiental” feitos **pelos** “de baixo”.

## **BIBLIOGRAFIA**

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica:** pesquisa científica *versus* planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2000. 336p.

ALIER, Joan Martinez. **Da economia ecológica ao ecologismo popular.** Blumenau: Editora da FURB. 1998. 402p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Éliseé Reclus:** Geografia. São Paulo: Ática, 1985. 200 p.

ÂNGELO, Sueli. Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores no litoral norte do estado de São Paulo. In: **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo, n. 69. p.61-73.

ARRUDA, Rinaldo S. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. p. 273-290.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas.** 3ª edição. Petrópolis: Vozes. 1977. 351p.

BEY, Hakim. **TAZ - Zona Autônoma Temporária.** São Paulo: Conrad Editora do Brasil. 2001. 88p.

BOOKCHIN, Murray. Anarquismo e ecologia. In: WOODCOCK, George (org.). **Os grandes escritos anarquistas.** 1ª edição. Porto Alegre: L&PM. 1998. p. 351-356.

BOOKCHIN, Murray. **Municipalismo libertário.** São Paulo: Imaginário. 1999. 95p.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, Incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>> Acesso em: 19 mar. 2001.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação:** intenções e resultados. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2000. 230p.

BRUSTOLIN, Cíndia. **Lutas pela definição de concepções de justiça na construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS/SC.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: PGDR, 2003a. 196 p.

BRUSTOLIN, Cíndia. **Os moradores do parque:** a elaboração dos sentidos de justiça em torno do conflito relacionado à construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra. [mimeo] 2003b. 14 p.

CANALI, Naldy Emerson. Geografia ambiental - desafios epistemológicos. In: COLÓQUIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1. 2001, Curitiba. **Textos básicos**

**relativos aos temas das mesas redondas.** Curitiba: Programa de Pós-graduação em Geografia/UFPR, 2001.

CASSETI, Valter. **Contra a Correnteza.** Goiânia: Editora Kelps. 1999.136p.

CASSETI, Valter. A essência da questão ambiental. In: **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia, vol. 11 n. 1, 1991. p. 1-23. jan/dez. 1991.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. Pág. 165-182.

CATTANEO, Dilermando. Identidade territorial em unidades de conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental. In: **Geografia & Ambiente.** Porto Alegre, ano 1, n. 1. p. 51-66. jul-2004.

CATTANEO, Dilermando. No espaço da liberdade a (re)construção da natureza: um ensaio sobre a relação Geografia, Ambiente e Anarquismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13, 2002, João Pessoa. **Contribuições Científicas.** João Pessoa: AGB/DEN, 2002. 1 CD-ROM.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. In: **Terra Livre.** São Paulo, n. 17. v. 2. 2001. Pág. 99-118.

CHICCHÓN, Avecita. Can indigenous people and conservationists be allies? **TCD Newsletter,** Florida, fev. 91. p. 1-5.

CLAVAL, Paul. La revolution post-funcionnaliste et les conceptions actuelles de la Geographie. In: COLÓQUIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1. 2001, Curitiba. **Textos básicos relativos aos temas das mesas redondas.** Curitiba: Programa de Pós-graduação em Geografia/UFPR, 2001.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. Pág. 225-256.

CONFLITOS Ambientais no Brasil: natureza para todos ou somente para alguns? Rio de Janeiro: IBASE, 1997. 63 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª edição. São Paulo: Hucitec/Nupaub-Usp, 2000a.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Nupaub-Usp, 2000b. 290 p.

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. p. 1- 46.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. 487 p.

FLICKINGER, Georg Hans. & NEUSER, Wolfgang. **A teoria da auto-organização: as raízes da interpretação construtivista do conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS. 1994. 84p.



- FURLAN, Sueli Ângelo & SAMPAIO, Francisco A. Arruda. Impactos sociais e ambientais da criação de áreas protegidas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 10., 1996, Recife. **Anais...** São Paulo: AGB/DEN, 1996. p. 94-95.
- GALOIS, Bob. Ideology and the idea of nature: the case of Peter Kropotkin. In: **Antipode**. Vancouver, vol. 8, n. 3. 1976. p. 1-16.
- GOMES, Horieste. A interação homem-natureza e a questão ecológica. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, vol. 2. n. 1. 1982. p. 96-109. jan/jun. 1982.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000. 368p.
- GÓMEZ-POMPA, Arturo & KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. Pág. 125-147.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. O ambientalismo como vetor instituinte de novas territorialidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 10., 1996, Recife. **Anais...** São Paulo: AGB/DEN, 1996. p. 92-93.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989. 98p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, Marcos (org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001. p. 135-161.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Paixão da Terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Rocco/SOCII. 1984. 160p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Para além da crítica aos paradigmas em crise - diálogo de diferentes matrizes da racionalidade. In: **Geosul**, Florianópolis, vol. 16, n. 32. p. 7-29. jul.-dez. 2001.
- GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. 9ª edição. Campinas: Papirus, 1999. 56 p.
- GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. Pág. 81-99.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF / São Paulo: Contexto. 2002. 186p.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 163 p.
- HEES, Dora Rodrigues. As reservas extrativistas: por uma nova relação homem-natureza. In: IBGE, **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE. [199-]. p.151-166.

INFANTE, Raffaele. Ecologia mental: cultura, subjetividade e política comunitária. In: **Ecotopia - dossier de Ecologia Social**. Rio de Janeiro, n. 5, 1992. p. 20-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra**. Brasília, [198-].

INSTITUTO FLORESTAL. **Plano de Manejo do Núcleo Picinguaba Parque Estadual da Serra do Mar**. Disponível em <<http://www.ubatuba2000.com.br/nucleopicinguaba>>. Acesso em 10 abr. 2004.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. 2ª edição. São Paulo: Peirópolis, 1998. 115 p.

LATOUR, Bruno. A ecologia política sem a natureza? In: **Projeto História: natureza e poder**. São Paulo, n. 23. p. 31-44. nov. 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001a. 240 p.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes. 2001b. 343p.

LEIS, Héctor Ricardo. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, Eduardo J. et al. (org). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2ª edição. São Paulo: Cortez / Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina. 1998. Pág. 15-43.

MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização**. João Pessoa: CT/Editora Universitária/UFPB. 2001. 206p.

MARTINAZZO, Celso José. **A utopia de Edgar Morin: da complexidade à concidadania planetária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. 112 p.

MAY, Todd. **Pós-estruturalismo e anarquismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1995. 40 p.

MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza - uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: IBGE. **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, [199-]. p. 31-40.

MENDONÇA, Francisco de Assis. **Geografia e meio ambiente**. 4ª edição. São Paulo: Contexto. 2001. 80p.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. In: **Terra Livre**. São Paulo, n. 16. v. 1. 2001. Pág. 113-132.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade-UFRGS / Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC. 1995. Pág. 76-92.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas protegidas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap>>. Acesso em: 15 abr. 2001.

- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental na geografia do Brasil. In: **Cadernos Geográficos**. Florianópolis, n. 5. Departamento de Geociências/CFH/UFSC, 2003. 49p.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 3ª edição. São Paulo: Hucitec. 2002. 100 p.
- MOREIRA, Adriana & ANDERSON, Anthony. Unidades de conservação no Brasil: populações tradicionais, Estado e sociedade. In: Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação. 1996, Brasília. **Anais...** Brasília: 1996. p. 11-14.
- MOREIRA, Ruy. O pós-moderno e o pensamento crítico. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 10., 1996, Recife. **Anais...** São Paulo: AGB/DEN, 1996. p. 37-38.
- MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. 1ª edição. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. 343p.
- OKANO, Nelson Hissao. **A sustentabilidade ambiental segundo o capitalismo verde**. Porto Alegre, 2002. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia / Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- OLIVA, Alberto. Anarquismo epistemológico: última etapa da crítica ao ideal empirista de ciência? In: **Epistême**, Porto Alegre, [199-] p. 131-175.
- PARQUES Nacionais do Brasil. Guias Philips. São Paulo: Publifolha, 1999. 384 p.
- PEIXOTO, Madalena Guasco. **A condição política na pós-modernidade: a questão da democracia**. São Paulo: EDUC, 1998. 302p.
- PINEDO-VASQUEZ, Miguel et al. A tradition of change: the dynamic relationship between biodiversity and society in sector Muyuy, Peru. In: **Environmental Science & Policy**. vol. 5. p. 43-53. 2002.
- PIMBERT, Michel P. & PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. Pág. 183-223.
- PRÉ-SOCRÁTICOS. **Fragmentos, doxografia e comentários**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 320 p.
- REGO, Nelson et al. O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora. In: **Terra Livre**. São Paulo, n. 16. v. 1. 2001. Pág. 169-193.
- RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001. 176p.
- RIVIÈRE, Claude. Culture inavouée dans la nature, nature soumise dans la culture. In: **Horizontes Antropológicos: natureza e cultura**. Porto Alegre, ano 7, n. 16. p. 11-34. dez. 2001.
- ROHDE, Geraldo Mário. **Epistemologia ambiental: uma abordagem filosófico-científica sobre a efetuação humana alopoiética**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. 107p.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. Pág. 67-79.

SANTOS, Regina Célia Bega dos. **A perda da identidade na relação homem-natureza**. [mimeo]. Sd.

SARKAR, Sahotra. Restaurando o mundo selvagem. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. Pág. 47-65.

SCHWARTZMAN, Stephan. Florestas cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. Pág. 257-272.

SILVA, Simone Rezende da. Camburi, transformações em uma comunidade caiçara. In: **Paisagens**. São Paulo, ano 2, n. 3. p. 37-38. nov. 1998.

SILVA, Simone Rezende da. Populações tradicionais campesinas e as unidades de conservação ambiental. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2003, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2003. 1 CD-ROM.

SILVA, Simone Rezende da. **Camburi - território de negros, brancos e índios no limite do consenso caiçara**. Transformações de uma população tradicional camponesa. São Paulo, 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/FFLCH - Universidade de São Paulo/USP.

SMITH, Neil. A produção da natureza. In: **Geografia**. Rio Claro, vol. 9. n. 17-18. p. 1-36. out. 1984.

STROPPER, Maria Terezinha Dalbem. **O contexto econômico-social em que emergem as ONGs ambientalistas em diferentes escalas – do global ao local**. Porto Alegre, 2002. 75 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia / Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY et al. (orgs). **Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física, Geografia ambiental ou Geografia e ambiente?. In: COLÓQUIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1. 2001, Curitiba. **Textos básicos relativos aos temas das mesas redondas**. Curitiba: Programa de Pós-graduação em Geografia/UFPR, 2001.

VIOLA, Eduardo J. & HÉCTOR, R. Leis. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo J. et al. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2ª edição. São Paulo: Cortez / Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. Pág. 134-160.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2001. 126p.

WOODCOCK, George. Anarquismo: introdução histórica. In: WOODCOCK, George (org). **Os grandes escritos anarquistas**. 1ª edição. Porto Alegre: L&PM. 1998. Pág. 11-52.

## **ANEXOS**

**Anexo 1** – Mapa de localização do Parque Nacional dos Aparados da Serra.

**Anexo 2** – Carta-imagem com os limites do Parque Nacional dos Aparados da Serra.

**Anexo 3** – Croqui do Núcleo Picinguaba – Parque Estadual da Serra do Mar.

**Anexo 4** – Imagem com os limites do Parque Estadual da Serra do Mar e Núcleo Picinguaba.

**Anexo 5** – Carta-imagem com os limites da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu.

**Anexo 6** – Carta-imagem com os limites da Reserva Ecológica da Juatinga.

**Anexo 7** – Mapa de localização da APA do Cairuçu e Croqui das UC's em Parati.

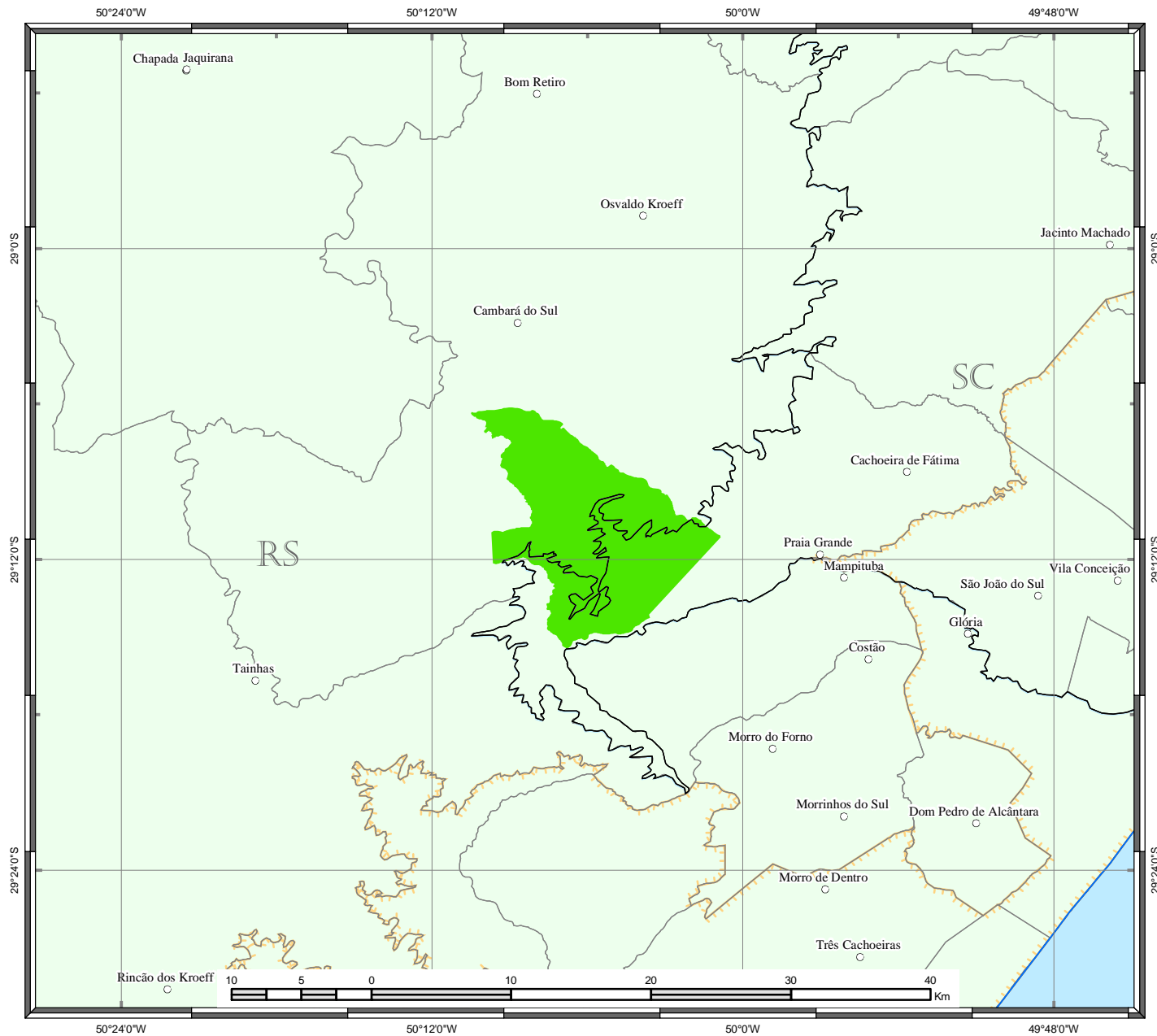
**Anexo 8** – Fotografias do Parque Nacional dos Aparados da Serra - RS/SC.

**Anexo 9** – Fotografias do Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Picinguaba – SP.

**Anexo 10** – Fotografias da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e Reserva Ecológica da Juatinga – RJ.

# ANEXO 1

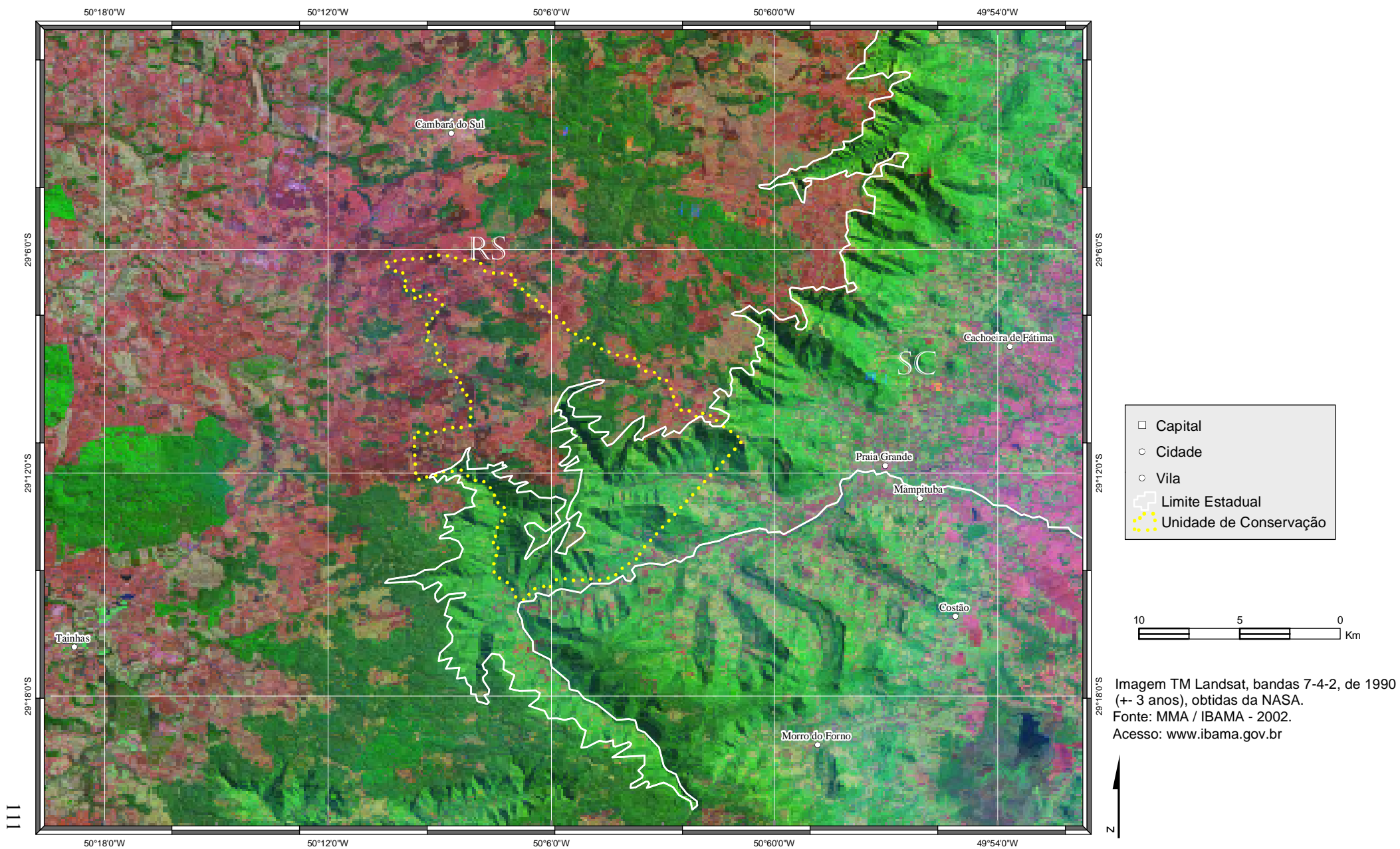
## Mapa 1: Localização do Parque Nacional de Aparados da Serra



Fonte: MMA / IBAMA - 2002. Acesso: [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

## ANEXO 2

### Carta-Imagem 1: Limites do Parque Nacional de Aparados da Serra





# ANEXO 5

## Carta-imagem 2: Limites da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu

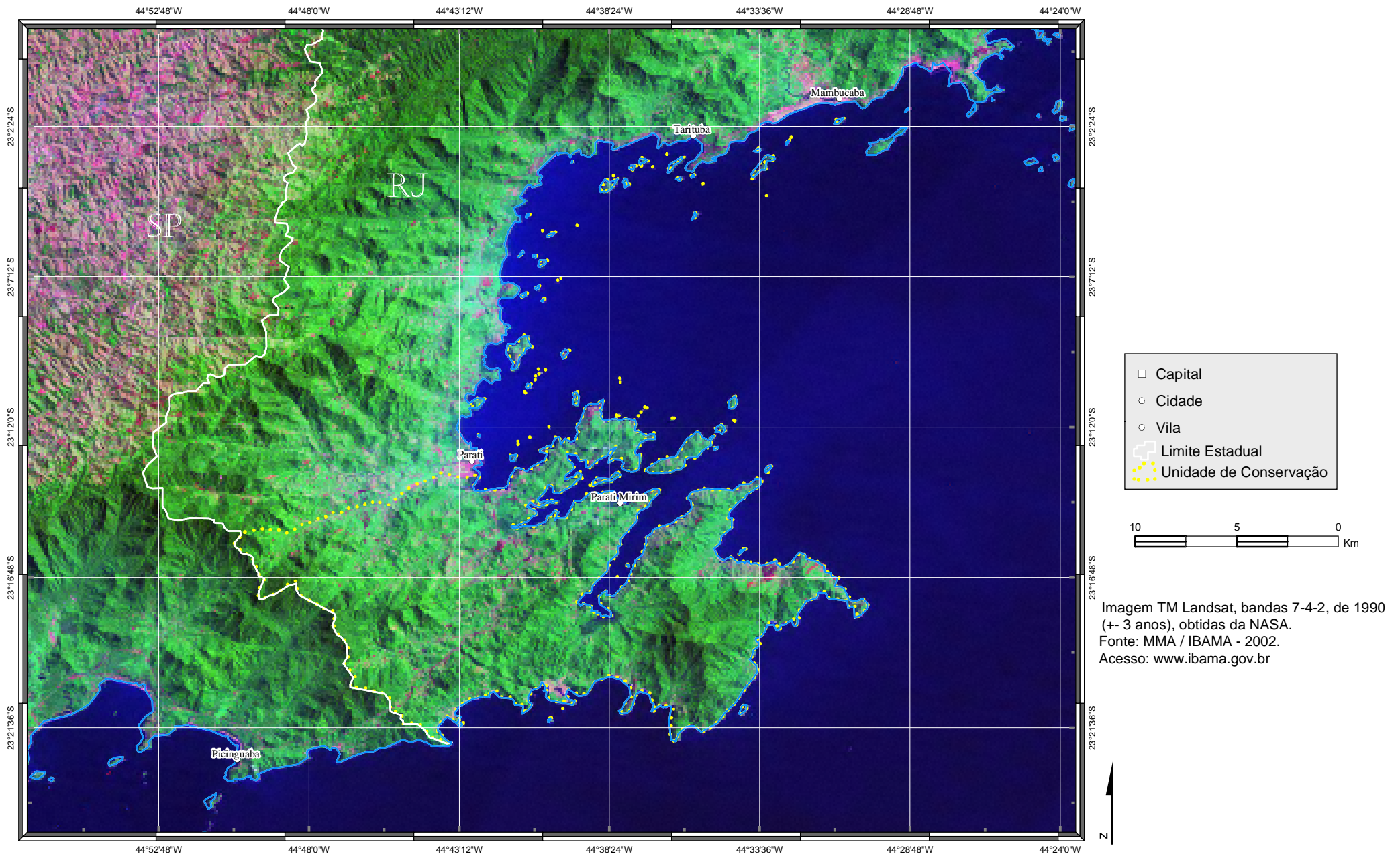


Imagem TM Landsat, bandas 7-4-2, de 1990  
(+/- 3 anos), obtidas da NASA.  
Fonte: MMA / IBAMA - 2002.  
Acesso: [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)